

**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PAULA
FRASSINETTI**

MESTRADO EM INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

**O IMPACTO DO RENDIMENTO SOCIAL DE
INSERÇÃO NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS
SEUS BENEFICIÁRIOS**

Vanessa Sofia de Carvalho Guedes

Orientação: Prof.^a Doutora Florbela Maria Samagaio

outubro de 2016

**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PAULA
FRASSINETTI**

MESTRADO EM INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

**O IMPACTO DO RENDIMENTO SOCIAL DE
INSERÇÃO NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS
SEUS BENEFICIÁRIOS**

**Trabalho de Projeto apresentado à Escola Superior de Educação
Paula Frassinetti para obtenção do grau de Mestre em Intervenção
Comunitária**

Vanessa Sofia de Carvalho Guedes

Orientação: Prof.^a Doutora Florbela Maria Samagaio

outubro de 2016

*“Sem sonhos, os monstros que nos assediam,
estejam eles alojados na nossa mente ou
no terreno social, nos controlarão.
O objetivo fundamental dos sonhos não é o sucesso,
mas nos livrar do fantasma do conformismo”.*
(Augusto Cury, 2008 - O Vendedor de Sonhos)

RESUMO

Neste trabalho de projeto iremos refletir sobre o funcionamento das políticas sociais existentes, nomeadamente o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), atual Rendimento Social de Inserção (RSI).

Foi em 1996 que tudo mudou. No cenário das políticas sociais, o Rendimento Social de Inserção (RSI), cria a possibilidade de elaborar um plano de inserção social acoplado ao pagamento de uma prestação monetária mensal. Iniciado, assim, o processo de distanciamento com as práticas assistencialistas, principia-se a relação entre a participação do próprio beneficiário no seu caminho de emancipação e a aplicação de princípios socialmente inclusivos. Sendo estes últimos, o fio condutor do objetivo da medida.

Num contexto atual de desemprego, pobreza e exclusão social, após vinte anos de implementação desta política, e, na insuficiência de um número de estudos neste âmbito, sentimos a necessidade de compreender os efeitos e alterações surtidas nos percursos de vida dos seus beneficiários. Para tal, procedemos à redação deste trabalho, onde relacionamos os conceitos inerentes a esta temática com uma contextualização teórica e trabalho empírico.

O trabalho apresenta um conjunto de histórias de vida de beneficiários de RSI, sendo que cada história é um momento único e complexo.

Palavras-chave: Políticas sociais, pobreza e exclusão social e histórias de vida.

ABSTRACT

In this project work we will reflect on the functioning of existing social policies, including the Guaranteed Minimum Income (GMI), current Social Insertion Income (RSI).

It was in 1996 that everything changed. In the scenario of social policies, the Social Insertion Income (RSI), creates the possibility of a social inclusion plan attached to the payment of a monthly monetary benefit. Started the process of distance with the paternalistic practices, principia-if the relationship between the beneficiary's own participation in its path of emancipation and the application of socially inclusive principles. Being the latter, the objective of the measure.

In a current context of unemployment, poverty and social exclusion, after twenty years of implementation of this policy, and the lack of a number of studies in this area, we need to understand the effects and changes of routes us sorties lives of its beneficiaries. To this end, we writing work, where we link the concepts inherent in this issue with a theoretical contextualization and empirical work.

The work presents a collection of life stories of recipients of RSI, each story is a unique moment and complex.

Key words: Social Policy, poverty and social exclusion and and life stories.

RÉSUMÉ

Dans ce travail de projet, nous allons réfléchir sur le fonctionnement des politiques sociales existantes, y compris le revenu minimum garanti (RMG), le courant d'insertion revenu social (RSI).

Il est en 1996 que tout a changé. Dans le scénario des politiques sociales, l'insertion du revenu social (RSI), crée la possibilité d'un plan d'inclusion sociale attachée au versement d'une prestation mensuelle monétaire. A lancé le processus de la distance avec les pratiques paternalistes, principia-si la relation entre la participation propre du bénéficiaire dans son chemin d'accès de l'émancipation et l'application des principes socialement inclusives. En ce dernier, l'objectif de la mesure.

Dans un contexte actuel de chômage, la pauvreté et l'exclusion sociale, après vingt ans de mise en œuvre de cette politique et l'absence d'un certain nombre d'études dans ce domaine, nous avons besoin de comprendre les effets et change des routes nous la vie des sorties de ses bénéficiaires. À cette fin, nous écrit de travail, où nous relient les concepts inhérents à cette question avec une contextualisation théorique et empirique travailler.

L'ouvrage présente une collection d'histoires de vie des bénéficiaires du RSI, chaque histoire est un moment unique et complexe.

Mots clés: politique sociale, la pauvreté et l'exclusion sociale et et histoires de vie.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, devidamente, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho de projeto, deixarei apenas algumas palavras sentidas de reconhecimento àqueles que permitiram a concretização de mais uma etapa de formação académica e os quais merecem impreterivelmente distinção:

À Direção da *Escola Superior de Educação Paula Frassinetti*, em particular ao Conselho de Direção, representado pelo *Professor José Luís Gonçalves*, pela sua disponibilidade ao longo destes dois anos.

À *Comissão Executiva do Mestrado em Intervenção Comunitária* constituída pelo *Professor Doutor Miguel Prata Gomes*, pela *Professor Doutora Florbela Samagaio Gandra* e pela *Professora Mestre Paula Medeiros*, agradeço a oportunidade de frequentar este mestrado e todos os momentos de aprendizagem que me permitiram enriquecer pessoal e profissionalmente adquirido durante este percurso.

À *Professora Doutora Florbela Samagaio Gandra*, manifesto o meu sentido agradecimento pela orientação, compreensão e paciência em todas as etapas deste trabalho de investigação.

Ao *Protocolo de RSI da Associação Mutualista Benéfica e Previdente*, em especial à *Dr.ª Zelinda Pinto*, pela eficácia no encaminhamento do público-entrevistado que em muito permitiu agilizar a investigação neste trabalho.

Ao *Técnico Superior de Serviço Social da Junta de Freguesia de Campanhã*, Dr. José António Pinto, pela sua colaboração, sobretudo no primeiro contacto com o terreno e público-alvo a investigar. Para além da simpatia, boa disposição, sensibilidade social e humana, agradeço também todos os estímulos e momentos sábios de partilha ao longo deste trabalho de projeto.

À *Junta de Freguesia de Campanhã*, em particular ao *Senhor Presidente Ernesto Santos* pela disponibilização do auditório para apresentação dos dados empíricos recolhidos e respetiva devolução à comunidade. Agradeço também a sua participação neste evento.

A *Todos os Entrevistados* um agradecimento muito especial por me permitirem conhecer as suas histórias e aceitarem partilhar as suas vidas. Prestaram uma contribuição fundamental para a concretização deste estudo.

Às *Minhas Colegas do Mestrado em Intervenção Comunitária*, particularmente à *Maria Soares* e à *Cláudia Coelho* pela entreaajuda e amizade construídas. Obrigada pela partilha de bons momentos e pela motivação nas alturas de desânimo e de maior angústia.

À *Minha Família*, em especial aos *Meus Pais* e ao *Meu Irmão*, um muito obrigada pela amizade, amor, compreensão, motivação nos momentos de desânimo e, principalmente, pela educação de luta e de coragem na concretização dos sonhos mais longínquos. As pessoas mais importantes da minha vida e a quem dedico este trabalho.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	19
1.1. Enquadramento teórico dos conceitos de pobreza e exclusão social.....	19
1.2. Abordagem socioeconómica: pobreza absoluta, limiar da pobreza e pobreza relativa..	24
1.3. Abordagem culturalista da Pobreza.....	26
1.4. A exclusão social.....	28
1.5. Formas e mecanismos de exclusão social.....	30
CAPÍTULO II. ESTADO PROVIDÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS.....	34
2.1. Os modelos europeus de proteção social.....	34
2.2. O surgimento do Estado-Providência em Portugal.....	38
2.3. Do Rendimento Mínimo Garantido ao Rendimento Social de Inserção.....	43
CAPÍTULO III. A QUESTÃO DO RSI NA REGIÃO NORTE E NA FREGUESIA DE CAMPANHÃ	48
3.1. Território em análise: Região Norte.....	48
3.2. Caracterização da freguesia de Campanhã.....	52
3.2.1. Mudanças demográficas.....	52
3.2.2. Atividade Económica e Emprego.....	54
3.2.3. Rendimentos e desigualdades.....	55
3.2.4. Educação de Adultos.....	57
3.2.5. Condições de Habitação.....	57
3.2.6. Saúde.....	59
3.2.7. Segurança.....	60
CAPÍTULO IV. AS METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO UTILIZADAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	62
4.1. Metodologia qualitativa.....	62
4.2. O estudo de caso.....	63
4.3. Histórias de vida.....	64
4.4. A entrevista.....	65
4.5. Percorso metodológico.....	66
CAPÍTULO V. O IMPACTO DO RSI NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS SEUS BENEFICIÁRIOS: ANÁLISE, DISCUSSÃO E DEVOLUÇÃO DE DADOS.	71
5.1. Caracterização dos beneficiários entrevistados.....	71
5.2. Desestruturação familiar e instabilidade económica: O acentuar da pobreza.....	75
5.2.1. Educação parental e insuficiência económica: Uma relação?	79
5.2.2. A prostituição e a toxicodependência como fontes de rendimento	83
5.3. Trabalho e escolaridade: (des)valorização e realização pessoal.....	85

5.4. O insuficiente conhecimento sobre o funcionamento do RSI.....	91
5.5. RSI: Vergonha e revolta	94
5.6. Visitas domiciliárias: uma dualidade de perspetivas.....	95
5.7. Lazer e ocupação de tempos livres	97
5.8. A participação do indivíduo na construção do projeto de vida	101
5.9. Devolução dos dados à comunidade como forma de participação e intervenção comunitária.....	102
5.9.1. Seminário de intervenção comunitária	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
BIBLIOGRAFIA	111

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Beneficiários de RMG e RSI segundo o sexo e a idade, 2014 49

Gráfico 2 – Nível de desigualdade e Taxa de Pobreza em Portugal, 2013. 50

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Taxa de risco de pobreza (60% da mediana), segundo o sexo e grupo etário, Portugal, EU-SILC 2011-2014..... 51

Quadro 2 – Caracterização dos entrevistados..... 72

Quadro 3 - Estrutura familiar e económica 75

Quadro 4 – Situação económica dos entrevistados 77

Quadro 5 – Educação parental..... 79

Quadro 6 – Prática de educação parental autoritária..... 83

Quadro 7 – Perceção do trabalho por parte dos entrevistados 86

Quadro 8 – A ineficácia da formação profissional 90

Quadro 9 – O “desconforto” dos entrevistados para com a medida RSI.. 91

Quadro 10 –As privações sentidas pelos entrevistados 93

Quadro 11 – A estigmatização face ao RSI 94

Quadro 12 – O apoio transmitido nas visitas domiciliárias..... 95

Quadro 13 – O desconforto causado pelas visitas domiciliárias..... 96

Quadro 14 - A ocupação dos tempos livres..... 97

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I – Caraterização da freguesia de Campanhã: Dados Quantitativos

ANEXO II – Entrevista do Informante Privilegiado

- 1 - Guião de entrevista: Informante privilegiado da Junta Freguesia de Campanhã
- 2 - Transcrição da entrevista do Informante Privilegiado
- 3 - Análise de Conteúdo da entrevista do Informante Privilegiado

ANEXO III - Entrevista aos beneficiários de RSI

- 1 - Guião de entrevista: beneficiários de RSI
- 2 – Transcrição das entrevistas dos 12 beneficiários de RSI
- 3 – 12 Grelhas de análise de conteúdo das entrevistas dos beneficiários RSI
- 4 – Grelha de análise de conteúdo com as 12 entrevistas
- 5 - Listagem de alterações propostas/necessidades demonstradas pelos entrevistados em relação à freguesia de Campanhã

ANEXO IV - Seminário Campanhã: O impacto do RSI nas trajetórias de vida dos seus beneficiários

- 1 – Cartaz do Seminário
- 2 - Powerpoint de devolução de dados - Seminário Campanhã: O impacto do RSI nas trajetórias de vida dos seus beneficiários
- 3 - Questionário de Avaliação da Seminário – Campanhã: O impacto do RSI nas trajetórias de vida dos seus beneficiários
- 4 – Resultados do Questionário de Avaliação da Seminário – Campanhã: O impacto do RSI nas trajetórias de vida dos seus beneficiários

LISTA DE ABREVIATURAS

AMP - Área Metropolitana do Porto

APECDA - Associação de Educação e Desenvolvimento Social

CI - Contrato de Inserção

CLA - Comissão Local de Acompanhamento

CMP - Câmara Municipal do Porto

CPCJ - Comissão de Proteção a Crianças e Jovens

DMU - Direção Municipal de Urbanismo

DMPU - Divisão Municipal de Parques Urbanos

DMPOT - Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território

EEM - Entidade Empresarial Municipal

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPSS's – Instituições Particulares de Solidariedade Social

NLI - Núcleo Local de Inserção

PSP - Polícia de Segurança Pública

RMG - Rendimento Mínimo Garantido

RMI - Rendimento Mínimo de Inserção

RSI - Rendimento Social de Inserção

SSI - Sistema de Segurança Interna

VIH - Vírus da Imunodeficiência Humana

INTRODUÇÃO

A pobreza e a exclusão social são fenómenos estruturais nas sociedades e com que nos deparamos diariamente seja através dos meios de comunicação social ou pelas ruas, a “olho nu”. Sendo certo que este tipo de questões nos suscitaram dúvidas e interesse em compreender a sua complexidade, consideramos pertinente e necessário realizar um estudo nesta área de conhecimento, a fim de obtermos uma resposta eficaz e eficiente sobre a mesma.

De forma a atenuar estas problemáticas foi criado um conjunto de políticas e programas sociais, que suscitam a participação do indivíduo no seu próprio projeto de vida, nomeadamente o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e /ou programas, como é o exemplo do Plano Nacional de Inclusão.

A partir do momento que a responsabilidade do cumprimento de um plano de inserção depende do contrato acordado entre indivíduo e o técnico de acompanhamento, a prática assistencialista é colocada em causa, havendo uma procura maior no trabalho ao nível da construção de projetos de vida.

Durante estes vinte anos de Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e treze de Rendimento Social de Inserção (RSI), fomos nos apercebendo através dos trabalhos científicos realizados por Alfredo Bruto da Costa, Eduardo Vítor Rodrigues ou Carlos Farinha Rodrigues, através das experiências partilhadas pelos técnicos especializados e, até mesmo, pelo desânimo visível no discurso dos beneficiários, que a implementação destas práticas participativas, com vista a autonomização do indivíduo, não têm sido de fácil concretização.

Através do presente trabalho de investigação percebemos os efeitos que esta medida tem tido, nestes últimos anos, na vida dos seus beneficiários. Mais propriamente, no que concerne ao impacto nas dimensões económico, social e profissional.

Sendo o Rendimento Social de Inserção (RSI) o tema central deste trabalho decidimos estudar em profundidade doze famílias beneficiárias desta prestação residentes na freguesia de Campanhã, no concelho do Porto.

Para uma melhor perceção do estudo realizado, apresentamos de seguida, os objetivos gerais e objetivos específicos estabelecidos.

No que respeita aos **objetivos gerais** deste trabalho, procuramos:

a) Compreender uma política social na sua implementação, através da percepção do funcionamento do Rendimento Social de Inserção, enquanto medida política, desde a sua origem até aos dias de hoje;

b) Contribuir para a promoção do desenvolvimento local e da coesão social no território, recorrendo à incitação de sinergias, competências e recursos com entidades parceiras – união de forças sociais, no sentido de proporcionar à população local, as condições e o acesso aos recursos necessários para que participem socialmente.

c) Realizar uma abordagem no território procurando uma relação entre investigação e intervenção. Procuramos primeiro efetuar um diagnóstico social e, depois, com base na informação obtida, uma intervenção na comunidade no sentido de identificar necessidades e promover potencialidades através de uma ação refletida entre agentes e população local.

d) Percecionar e analisar o impacto do RSI nas trajetórias de vida dos seus beneficiários no sentido de percebermos a importância desta política na vida das pessoas e quais os seus efeitos.

Considerando os objetivos gerais mencionados e de forma a estabelecer uma relação particularizada com os detalhes do trabalho em presença, ressaltamos os seguintes **objetivos específicos**:

a) Analisar o impacto do RSI nas trajetórias de vida dos beneficiários residentes na freguesia de Campanhã.

b) Identificar e interpretar situações de pobreza e exclusão social.

c) Conhecer a percepção que os beneficiários têm da medida.

d) Promover a participação social dos entrevistados através da partilha de experiências, desejos, receios ou necessidades no âmbito da sua trajetória de vida enquanto beneficiários.

e) Sensibilizar a sociedade civil para questões de vulnerabilidade social emergentes.

O estudo realizado compreende um trabalho técnico de proximidade e intrínseco à realidade social que circunda o público-entrevistado, para assim responder, de forma clara, à pergunta de partida: **Qual o impacto do RSI nas trajetórias de vida dos seus beneficiários?**, esta questão suscita, inevitavelmente, outras questões pertinentes, nomeadamente: Qual a ideia que os beneficiários têm desta medida? O que entendem por Rendimento Social de

Inserção? Até que ponto os beneficiários conhecem efetivamente a medida? As trajetórias de vida dos beneficiários são afetadas? De que forma? Que motivos podem justificar a permanência dos beneficiários no RSI nesta medida?

Nos primeiros capítulos deste trabalho e, com base na análise documental realizada, foi-nos possível constatar que o surgimento das políticas sociais, em especial o RSI, teve o propósito de melhorar a situação económica de indivíduos e/ou famílias e possibilitar a inserção profissional dos mesmos. Assim, no seguimento das questões já colocadas, e no sentido de obter respostas para as mesmas, apresentamos as seguintes hipóteses orientadoras de pesquisa:

a) Durante o período em que auferem esta prestação, os beneficiários de RSI reconhecem, nesta medida, práticas facilitadoras de mudança e evolução nas trajetórias das suas vidas.

Esta hipótese de pesquisa remete-nos também para outras:

a1) Enquanto medida de carácter temporário o RSI permite o acesso à inserção social e profissional dos seus beneficiários;

a2) A prestação em dinheiro, atribuída aos beneficiários de RSI, garante a satisfação das necessidades básicas dos mesmos.

As hipóteses aqui apresentadas são essenciais para a compreensão do impacto da medida do RSI, tidas como um apoio e uma direção na análise da história de vida de cada entrevistado.

Para além do que foi mencionado, desejamos que este estudo seja também impulsionador da criação de laços sociais entre parceiros. Para isso, uma vez que o trabalho em rede facilita as práticas interventivas, contamos com a colaboração do Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Campanhã e da Associação Mutualista Benéfica e Previdente, para a concretização da pretensão do presente estudo.

Tendo em conta o que foi supracitado, passamos a apresentar a estrutura do trabalho.

O presente trabalho encontra-se dividido em sete capítulos. O primeiro capítulo é destinado por um lado às noções sobre a pobreza e suas abordagens e, por outro lado, à noção de exclusão e às suas formas. Neste capítulo importa-nos também perceber a relação interdependente entre pobreza e exclusão.

No segundo capítulo abordamos conceitos relacionados com o surgimento dos modelos europeus de proteção social, questões relacionadas com o funcionamento do Estado Providência em Portugal e o surgimento das políticas sociais, nomeadamente, ao Rendimento Mínimo/Rendimento Social de Inserção. Considerando a implementação e funcionamento da medida, pretendemos compreender, junto dos seus beneficiários, os efeitos que esta causa nas suas vidas.

O terceiro capítulo é dedicado à caracterização do local empírico de estudo: a freguesia de Campanhã. Neste capítulo inicialmente analisaremos a região norte de Portugal e de seguida analisamos as seguintes dimensões da freguesia de Campanhã: demográfica, económica, educacional, habitacional, saúde e segurança.

Reservamos o quarto capítulo para a metodologia, sendo que recorreremos à metodologia qualitativa baseada nas histórias de vida, com recurso às entrevistas semiestruturadas em profundidade. Neste capítulo iremos proceder à descrição e análise dos dados obtidos através do estudo realizado.

No quinto capítulo realizamos a caracterização dos beneficiários de RSI entrevistados bem como as suas trajetórias de vida. Este capítulo é de extrema importância uma vez que diz respeito à discussão, à análise e à devolução dos dados recolhidos sobre as trajetórias de vida dos beneficiários residentes na freguesia de Campanhã bem como o impacto do RSI nas mesmas. A devolução dos dados é realizada através da concretização do Seminário de divulgação pública no âmbito de uma perspetiva de intervenção e participação comunitária onde também fazemos referência à organização e realização do Seminário no Auditório da Junta de Freguesia de Campanhã, intitulado de *Campanhã: O Impacto do RSI nas Trajetórias de Vida dos seus Beneficiários* e em que foi necessário mobilizar pessoas e meios e, ao mesmo tempo, reunir com os membros da autarquia local. A realização deste Seminário, como forma de intervenção comunitária, foi o resultado de todo o trabalho desenvolvido, constituindo-se como espaço de devolução dos dados à comunidade e participação dos indivíduos.

Nas considerações finais construímos e partilhamos as principais conclusões deste trabalho com base nos objetivos inicialmente estabelecidos. Neste capítulo haverá também espaço para sugestões de investigação futuras.

CAPÍTULO I. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

1.1. Enquadramento teórico dos conceitos de pobreza e exclusão social

Do ponto de vista histórico o conceito de pobreza é variável ao longo do tempo. Na Idade Média este conceito era representado pela mendicidade, em que o pobre era definido como um *interlocutor privilegiado junto de Deus* (Baptista, Perista e Reis, 1995).

Contudo, no âmbito deste fenómeno, importa fazermos referência a dois marcos históricos que potenciaram grandes transformações sociais: a Revolução Industrial e o Capitalismo. São várias as perspetivas sobre o capitalismo¹.

Podemos referir que o capitalismo surgiu na Inglaterra, no século XVII e, consistia numa economia de mercado, no controlo privado dos meios de produção e numa sociedade de classes (Schumpeter, 1961:40).

A partir desta altura o pobre começa a ser conotado a uma fraca resistência face a uma jornada diária de 16 horas e relacionada com as condições precárias de trabalho e levando à mendicidade e vagabundagem (Baptista, Perista e Reis, 1995).

Neste sentido e, por oposição ao capitalismo, o socialismo apresentava uma economia planificada e uma sociedade igualitária – sem classes, tendo como mentores Karl Marx e Friedrich Engels (Schumpeter, 1961:40). Em 1848, com a publicação do *Manifesto Comunista*, estes autores pretenderam, através da crítica, evidenciar as consequências da produção capitalista como o predomínio de poder e a desigualdade social existente entre chefe e trabalhador, referindo “(...) pois, os que no regime burguês trabalham não lucram e os que lucram não trabalham” (Marx & Engels, 1998:24).

Com a Revolução Industrial, o pobre que apenas trabalhava adquire o estatuto de operário, nascendo assim uma nova classe, a operária (Capucha, 2005).

¹Uma outra perspetiva é a de Max Weber que refere que a riqueza é válida estando ao serviço do desenvolvimento pessoal e comunitário - WEBER, M. (2015). A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 8ª Ed. Lisboa: Editorial Presença.

A par deste contexto socioeconómico e, numa altura de grande crescimento económico mundial, a Revolução Industrial – substituição do trabalho artesanal pela utilização das máquinas -, nos séculos XVIII e XIX, foi impulsionadora de um conjunto de mudanças económicas, políticas e sociais que ocorreram na Europa, durante o século XVIII, atingindo a vida das populações.

A Revolução Industrial obrigou a que muitos trabalhadores rurais passassem a subsistir nas cidades com condições de vida precárias.

Ainda no século XIX a industrialização, acompanhada da urbanização, trouxe consigo a emergência da questão social.

A este propósito Robert Castel designa o despontar das inquietações sociais, referindo que “(...) *existir socialmente equivaleria a ter, efetivamente, um lugar na sociedade... ao mesmo tempo, eles estão bem presentes – e isso é o problema, pois são numerosos demais*” (Castel, 1998:33).

Por sua vez, com o crescimento do desemprego e o investimento de novas formas de pobreza, Rosanvallon (1995) faz referência a uma *Nova Questão Social* que implica, por parte do Estado, uma reflexão sobre as práticas assistencialistas aplicadas até então. Nesta linha de pensamento, o mesmo autor, salienta a necessidade de análise da história de cada indivíduo, de forma a não agrupar todos os indivíduos numa mesma categoria – os excluídos.

Nesta altura são criados vários Programas Europeus de Luta Contra a Pobreza que visam a autonomização e integração social do indivíduo. O *Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (1975-1980)* é concebido, neste período, com o intuito de ser realizada uma investigação sobre as “novas questões sociais”.

O fenómeno da pobreza seja no plano individual, familiar ou comunitário, constitui sempre uma experiência humana particularmente dolorosa.

Para José Pereirinha “o conceito de pobreza, analisado enquanto situação de escassez de recursos de que um indivíduo, ou família, dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas, acentua o aspeto distributivo do fenómeno” (Pereirinha, 1992:170).

Bruto da Costa (2007) definiu a pobreza como sendo “uma situação de privação por falta de recursos”, referindo que o estado de privação está

intrinsecamente relacionado com a não satisfação das necessidades básicas, sendo elas “*alimentação, vestuário, condições habitacionais, transportes, comunicações, condições de trabalho, possibilidades de escolha, saúde e cuidados de saúde, educação, formação profissional, cultura, participação na vida social e política*”, enquanto a falta de recursos “*(...) impedirá naturalmente, ou limitará fortemente, o acesso ao mercado de bens e serviços*” (Costa, 2007:27-28).

No seguimento da linha de pensamento deste autor, podemos referir que as pessoas beneficiárias da prestação de RSI são exemplo disso, dado que não possuem recursos para aceder a alguns “sistemas sociais básicos”, impedindo-os de participar cívica e socialmente.

De acordo com Amartya Sen, a pobreza resulta essencialmente da ausência da forma de obtenção de recursos em que as pessoas não estão habilitadas para adquiri-los ou capacitadas para encontrar o que necessitam.

Neste sentido, é possível afirmarmos que, a satisfação das necessidades pode ser considerada um meio e não um fim (Sen, 1982; 1999).

A pobreza é talvez dos assuntos mais antigos da civilização, sendo assim considerada estrutural e presente em todos os povos.

No que respeita à exclusão, a discussão pública é bastante recente, centrando-se esta, até à década de 80, nas questões da pobreza. É precisamente no despontar do *II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza* (1984-1989), que surge a referência à exclusão e à integração de Portugal neste programa (Rodrigues, 2003).

Contudo, a noção de exclusão é anterior à década de 80 tendo surgido em França nos anos 70, a partir da publicação do livro “*Les exclus*”, em 1974, de René Lenoir, onde este conceito ganha efetivamente visibilidade (Fassin, 1996). De facto, com o decorrer do desenvolvimento industrial e o início da Crise do Petróleo, em 1970, assistimos a uma redução do número de postos de trabalho e, conseqüentemente, a um desemprego massivo e uma maior precarização do trabalho, o que originou novas situações de pobreza atingindo indivíduos e famílias, que, na altura, estavam estáveis profissionalmente e incluídos na sociedade.

A publicação deste livro teve como objetivo aludir à marginalização de bens e serviços de que parte da população era alvo, alertando para o

aparecimento de grupos vulneráveis quer a nível físico, psico ou social, em resultado de uma economia em crescimento.

A nível nacional, a par deste acontecimento, a Revolução dos Cravos de 1974 para além de terminar com a época opressiva vivida até então, permitiu que Portugal se tornasse sensível para as questões sociais, nomeadamente, para com situações de pobreza e desigualdade provenientes do regime político anterior.

No início dos anos 80, em consequência da crise económica internacional e das medidas aplicadas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), tornou-se imperativo encontrar soluções para o aumento das situações de desemprego e, por conseguinte, de pobreza e exclusão social que se fazia sentir.

De acordo com Rodrigues (2003), até este período e, tendo como referência documentos europeus oficiais, como relatórios e publicações dos Programas Europeus de Luta Contra a Pobreza, a única designação usada era a de pobreza, percecionada como sendo uma ausência ou privação económica numa determinada sociedade.

É posteriormente nos documentos oficiais do *III Programa de Luta Contra a Pobreza* (1989-1994), que de acordo com Rodrigues (2003), surge a distinção entre aquilo que é exclusão e pobreza, distinção esta que é reforçada em 1993 no discurso efetuado pelo Presidente da Comunidade Europeia, Jacques Delors, numa Conferência realizada em Copenhaga quando este refere que: “(...) *o desemprego progride, atingindo todas as categorias de trabalhadores, ameaçando o equilíbrio da nossa sociedade, comprometendo o financiamento dos sistemas de proteção social e estando na base de um fenómeno inquietante de marginalização e de exclusão*” (Comunidades Europeias. Comissão Europeia, 1967-1993:6).

Na década de 90 surge com ênfase, o reconhecimento do carácter multidimensional da exclusão. Isto acontece, em anos de consolidação de algumas mudanças como a globalização e generalização do desemprego.

Desta forma, o termo *Exclusão Social* é eminentemente contemporâneo, surgindo assim num contexto de mutações na divisão internacional do trabalho, de reestruturações industriais e financeiras, assim como de desemprego e precarização em massa (Perista & Baptista, 2010).

Por outro lado, também importa referir que há um uso inapropriado deste termo, dado que Exclusão e Exclusão Social são conceitos diferentes.

Enquanto o primeiro se refere a exclusões particulares como é o caso da exclusão escolar, profissional, habitacional, a Exclusão Social pode acontecer em qualquer lugar, sem quaisquer fronteiras, englobando todas as exclusões (Rodrigues et al., 1999).

De acordo com Xiberras (1993) para definirmos exclusão é necessário precisar o espaço de referência, ou seja, considerando que o conceito é um contexto localizado e temporal implica automaticamente um contexto social, histórico e geográfico.

Segundo Clavel (2004), a palavra “exclusão” é polissémica, não tendo o mesmo significado para todos que a utilizam. Posto isto, é essencial compreender as diferentes perspetivas sobre este conceito, para podermos identificar os atores do debate (quem fala), o seu objeto (quem é excluído), quem exclui quem, a maneira como os atores colocam o problema (que tipo de exclusão se trata), assim como permite conhecer as estratégias a utilizar como resolução.

Xiberras (1993) refere que as formas mais visíveis do processo de exclusão passam pela rejeição das representações normalizantes da sociedade moderna. No fundo, o autor salienta uma rutura do laço económico que une, através da norma social, os atores sociais ao modelo de sociedade. Ou seja, todos aqueles que se encontram para além daquilo que é a “normalidade” são vistos como fracassados e constituintes de exclusão.

No entanto, importa estarmos atentos sobre o uso generalizado e impreciso do termo Exclusão Social, dado que este serve para retratar realidades diferentes.

Desta forma, reconhecemos que os conceitos de exclusão e de excluídos abrem caminhos para a complexidade teórica.

Atualmente a pobreza e a exclusão social são vistas como erro do crescimento económico e, igualmente, como um obstáculo ao desenvolvimento, definidas em função das condições materiais e sociais de vida e em função do estágio de desenvolvimento de uma sociedade (Ferreira, 1997).

A relação mútua entre pobreza e exclusão social é evidente e as sociedades atuais demonstram de forma clara esta relação.

1.2. Abordagem socioeconómica: pobreza absoluta, limiar da pobreza e pobreza relativa

No seguimento do que foi referido anteriormente, consideramos pertinente analisar, com base numa abordagem socioeconómica, os principais conceitos relacionados - pobreza absoluta, limiar da pobreza e pobreza relativa.

De facto, esta abordagem está intimamente ligada a uma condição na qual os indivíduos estão privados por não terem rendimentos insuficientes.

No entanto, quando falamos em privação, esta é sempre múltipla, dado que esta inclui um conjunto de indicadores e dimensões que não estão contemplados na privação económica da vida do indivíduo, designadamente, na satisfação das suas necessidades básicas: alimentação, vestuário, cuidados de saúde, condições de trabalho, participação social, entre outros (Costa, 2007:27).

Luís Capucha designa como pobreza absoluta a: “*condição caracterizada por uma privação severa de necessidades humanas básicas, incluindo comida... saúde, habitação, educação e informação*” (Capucha, 2005:72; 2008). Portanto, falamos de situações de privação extrema em que existe uma impossibilidade para adquirir bens essenciais e básicos à sua sobrevivência. Referimo-nos essencialmente à não satisfação das necessidades primárias representadas pela alimentação, vestuário e habitação.

Nesta linha de pensamento do conceito de pobreza absoluta, Rowntree e Bradshaw (2000) fazem a distinção entre pobreza primária e pobreza secundária, referindo que a primária diz respeito à satisfação das necessidades físicas do ser humano, ou seja, quando o indivíduo não consegue manter a sua condição económica e vive de forma precária. A pobreza secundária vem alertar para a prevenção educacional (gestão incorreta dos recursos financeiros), uma vez que o indivíduo consegue viver, mas em condições pouco eficientes.

Existe assim, uma preocupação no sentido de definir um padrão de vida mínimo considerado suficiente para satisfazer as necessidades básicas humanas à luz dos conhecimentos científicos existentes.

A análise sobre as necessidades básicas preconiza uma abordagem focada na fixação de uma linha da pobreza aplicada a um padrão de rendimento e de consumo universal, sendo considerados como pobres os que se situam abaixo dessa linha. Esta linha é designada como limiar de pobreza e é caracterizada como: “*um indicador da distribuição de recursos que dá conta do nível de acesso aos mesmos necessários para uma vida digna em determinada sociedade*” e que possibilita distinguir os indivíduos pobres e não pobres de um determinado país (Capucha, 2008:1).

Neste sentido, a União Europeia estabeleceu um limiar oficial de pobreza para definir como pobres as pessoas, famílias e grupos cujos rendimentos são inferiores a 60% da mediana do rendimento disponível no país, por “adulto equivalente” (Capucha, 2008). Assim, um indivíduo encontra-se em risco de pobreza quando o valor dos rendimentos forem inferiores a este limiar.

Portanto, como podemos constatar, a pobreza depende da condição económica e do contexto social em que acontece Townsend & Gordon (2000) introduzem a noção de relatividade no conceito de pobreza, referindo que esta é variável e complexa, uma vez que depende do tempo histórico e espaço geográfico, pois os padrões de referência dos países, em diferentes graus de desenvolvimento, são diferenciados.

Para estes autores, o conceito de pobreza relativa é mais abrangente que o de pobreza absoluta, estando inerente um padrão do nível e qualidade de vida da generalidade dos habitantes de uma determinada sociedade. Assim, a pobreza relativa depende do acesso a um padrão de vida estabelecido, que permitam viver condignamente, e pela incapacidade de participação em atividades sociais e culturais consideradas aceitáveis.

Na verdade, seria interessante questionarmos sobre aquilo que deve conter um cabaz de alimentos para que os indivíduos possam viver condignamente dentro do que é expetável numa sociedade.

Posto isto, percebemos que estes conceitos são estruturais face ao fenómeno da pobreza, uma vez que as causas são extrínsecas ao indivíduo ou

seja, a estrutura económico-social de uma sociedade vai definir a própria posição social do indivíduo através “(...) *da distribuição dos recursos económicos*” (Capucha, 2005:69), com o objetivo destes poderem satisfazer as suas necessidades básicas, o que nem sempre acontece com todos. Exemplo disso são os indivíduos que, ausentes de rendimentos, são vistos como desinteressantes e incapazes de regressar ao mundo do trabalho, uma vez que “ (...) *as desigualdades tendem a ser encaradas como naturais, imprevisíveis e incontornáveis*” (Rodrigues, 2010b:71).

1.3. Abordagem culturalista da Pobreza

Contrariamente à abordagem socioeconómica que atribui à própria estrutura económica às condições existência de indivíduos em situação de pobreza, impedindo-os de participarem ativamente em diversos níveis na sociedade, como vimos atrás, a abordagem culturalista baseia-se sobretudo na reprodução da pobreza a partir de causas intrínsecas atribuindo a responsabilidade aos próprios indivíduos e respetivamente aos seus traços culturais, comportamentos e atitudes.

O conceito de cultura da pobreza foi fundado por Óscar Lewis e surge nos anos 60, aquando de um estudo protagonizado por Óscar Lewis e que envolvia família e comunidades pobres do México. Este autor defende que a pobreza permanente em várias gerações fomentava a criação de um ciclo vicioso de privações. (Lewis, citado por Paugam, 2003:27).

Através da metodologia qualitativa, nomeadamente, histórias de vida e estudos de caso, o autor procurou fazer a descrição, mais próxima do real, sobre dinâmicas familiares e os territórios pobres em que aquelas estavam inseridas. Com recurso às perspetivas dos indivíduos pobres, Óscar Lewis para explicar o fenómeno da pobreza através da análise das condições de carência dos mesmos (Lewis, citado por Paugam, 2003:27).

Fernandes (1991) reforça esta ideia indicando que “ (...) *os pobres tomam-se, eles mesmos, agentes de exploração*” reforçando a ideia de habituação à pobreza. (Fernandes, 1991:55).

Face ao mesmo conceito de cultura de pobreza, Óscar Lewis apresenta três perspetivas, sendo que a primeira está sobretudo ligada à transmissão de valores e conhecimentos transmitidos de geração em geração, baseados na socialização primária e na criação de um ciclo de dependência da pobreza. A segunda perspetiva consiste na conformidade dos indivíduos perante novas oportunidades que possam surgir. Não há uma adaptação para uma melhoria das condições de vida por parte dos indivíduos, eles limitam-se apenas a viver nas condições e modos de vida com que sempre viveram. Por último, a terceira perspetiva refere que os traços culturais associados à cultura da pobreza estão presentes em qualquer sociedade, principalmente ocidental e capitalista (Lewis, citado por Diogo, 1993:19-20).

Capucha (2005) acrescenta que a abordagem culturalista se efetua através da verificação dos padrões culturais de comportamento das pessoas, onde o quotidiano é orientado pela instabilidade económica e familiar e os indivíduos lançados para trabalhos paralelos e inseguros, muitas vezes instáveis, originando emocionalmente crises de identidade, angústia e baixa autoestima.

De facto, estas questões perpetuam-se no seio das famílias pobres e ao longo dos tempos. Neste sentido, *“um passado multiproblemático e pobre antecipa um futuro idêntico e é evidente no presente”* (Sousa, et al., 2007:34). É sobretudo, um ciclo vicioso de pobreza que é necessário ser quebrado.

Murray (1984), por seu lado, fazendo referência à cultura da dependência indica que: *“Em vez de se orientarem para o futuro e lutarem por uma vida melhor, os dependentes da segurança social contentam-se em aceitar as ajudas”* (Murray, 1984, citado por Giddens, 2013:554).

Assim, enquanto a abordagem socioeconómica favorece um tipo de entendimento do estudo do grupo-alvo em situação de pobreza abrangido por uma política social – RSI por outro lado, a análise da abordagem culturalista da pobreza, assente numa perspetiva subjetiva permite, neste trabalho, uma melhor compreensão qualitativa das trajetórias dos beneficiários entrevistados.

1.4. A exclusão social

O conceito de exclusão tem uma utilização relativamente recente, sendo a sua abordagem dificultada pela propagação que vai tendo nos vários discursos, designadamente político e intercultural. Na prática, à medida que esta noção se generalizou a sua utilização tornou-se mais comum e consensual.

De acordo com Carvalho & Baptista (2004), “Os conceitos traduzem concepções ao mesmo tempo que as condicionam”. Desta forma, depreendemos que os conceitos são fundamentais para podermos compreender o mundo em que vivemos e para podermos interagir, do ponto de vista científico, com o mesmo.

Ao fazermos referência à hermenêutica ou à epistemologia, o contexto de exclusão oscila entre o défice e o excesso de sentido, isto porque, a própria sociedade varia entre o individualismo e a solidariedade, entre a ignorância, a indiferença e o mediatismo (Carvalho & Baptista, 2004).

De acordo com Rodrigues et al. (1999), a exclusão surge como sendo o agravar das desigualdades, resultando numa discussão de oposição entre os que na verdade movimentam os recursos, para uma participação social de forma plena e aqueles que, por falta desses recursos, se encontram privados de participar socialmente.

Deste modo, a exclusão é caracterizada como sendo um fenómeno multidimensional, social ou um conjunto de fenómenos sociais que contribuem para a produção do excluído. De acordo com Fernandes (1995), a exclusão é definida como transformação da identidade do indivíduo, que é forçosamente marcada por um sentimento de inutilidade, que está ligado à sua própria incapacidade de conseguir ultrapassar os obstáculos e os processos que provocam e/ou frisam a sua exclusão.

Ao nível da exclusão podemos considerar que coexistem fenómenos sociais diferenciados, como o desemprego, marginalidade, discriminação, pobreza, entre outros.

Em conformidade com Rodrigues et al. (1999), a exclusão tem um carácter cumulativo, dinâmico e persistente, que enclausura no seu núcleo processos de reprodução, por transmissão geracional e processos de

evolução, por surgimento de novas formas, que garantem as suas vias de persistência, ao mesmo tempo que constituem a causa e consequência de múltiplas ruturas na coesão social, o que inclui manifestações de dualismo e fragmentação social.

Neste sentido, os processos de exclusão exprimem o amontoar das deficiências ou insucessos em várias esferas sociais, assumindo de igual forma a rutura dos laços simbólicos (Xiberras, 1993). A formatação da exclusão está precisamente relacionada com a desintegração social (desagregação dos laços de solidariedade e risco de marginalização), a desintegração do sistema de atividade (associada às modificações económicas) e com a desintegração das relações sociais e familiares (surgimento de novos tipos de estruturas familiares que são mais vulneráveis à exclusão e ao enfraquecimento das redes de entajuda familiar, vizinhança e comunitárias).

Tendo em conta Magalhães & Stoer (2005), o conceito de exclusão incorpora a dureza e o drama das formas estruturais de desqualificação societal, no sentido em que são concebidas novas formas de desigualdade e diferenciação.

A expressão “exclusão social” foi assim introduzida no início dos anos 90, pela Comissão Europeia, no discurso comunitário europeu, por razões científicas e políticas (Costa, 2007).

A expressão exclusão social é assim muito recente, apesar de ter uma exibição manifesta nos longos anos da história mundial. Nos dias de hoje, é um tema de grande importância para a compreensão das desigualdades sociais, que se encontra em pleno debate e longe de chegar a um consenso.

Tendo em conta, Alfredo Bruto da Costa, especialista nas questões relacionadas com a exclusão social, podemos notar que:

A noção de «exclusão social» pertence à perspectiva própria da tradição francesa na análise de pessoas e grupos desfavorecidos. Em termos simplificados, Robert Castel (...) define «exclusão social» como a fase extrema do processo de «marginalização», entendido este como um percurso «descendente», ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade. Um ponto relevante desse percurso corresponde à rutura em relação ao mercado de trabalho, a qual se traduz em desemprego (sobretudo desemprego prolongado) (...). A fase extrema – a da «exclusão social» - é caracterizada não só pela rutura com o mercado de trabalho, mas por ruturas familiares, afetivas e de amizade. (Costa, 2007:10).

Desta forma, para Costa (2007), a noção de exclusão implica a pergunta “excluído de quê?” e remete para presença de um contexto de referência, do qual se é ou se está excluído.

Assim sendo, a exclusão surge como oposição aqueles que conseguem mobilizar os seus recursos, participando de forma ativa na sociedade e aqueles que não conseguem participar, por falta desses mesmos recursos, encontrando-se por isso incapacitados para o fazer.

A exclusão é uma das situações mais presentes nas nossas sociedades e, apesar das sensibilizações que foram e continuam a ser feitas, parece ser um problema sem fim. Um excluído será, desta forma, aquele que não consegue formar uma identidade (social) no trabalho, na família ou na comunidade, tornando-se por isso um excluído das relações sociais e do mundo das representações a elas associadas (Rodrigues et al., 1999), sendo nada mais que um reflexo social de insucesso - *handicap* (Paugam, 2003:23).

Hoje em dia podemos dizer que a ideia de exclusão social tornou-se predominante, parecendo que a pobreza já não existe, Serge Paugam refere que o conceito de exclusão social passou a ser utilizado como “conceito-horizonte”, descrevendo-o como uma noção imprecisa, produzida sem rigor analítico ou científico, com o intuito de ser utilizado como indicador para um conjunto de problemas afins (desigualdade, pobreza, vulnerabilidade social) (Paugam, 1996:566).

1.5. Formas e mecanismos de exclusão social

Devido ao surgimento de situações provocadas pela instabilidade económica e do sistema produtivo, aparecem também novas formas de pobreza, consequência do próprio desenvolvimento tecnológico.

Os diferentes tipos de exclusão caracterizam-se por um peso desigual dos diversos *handicaps*, isto é, da exclusão do mercado de trabalho ou precariedade de inserção no mesmo, insuficiência de rendimentos, carências habitacionais, baixa escolarização e qualificações reduzidas, fraca participação social e política, entre outras que aumentam a vulnerabilidade e determinadas categorias sociais (Rodrigues et al., 1999).

Lenoir (1989) indica que “*as pessoas idosas, os deficientes e os inadaptados sociais, grupo heterogéneo em que se encontram jovens em*

dificuldade, pais sós, incapazes de acorrer às necessidades familiares, isolados, suicidários, drogados, alcoólicos”, podem ser associados a processos de exclusão e a novas categorias de excluídos, nomeadamente: o desemprego, a saúde mental e física, a prostituição, o insucesso escolar, o racismo, a xenofobia, a *guetização*, a saúde, como iremos analisar de seguida (Lenoir, 1989, citado por Xiberras, 1993:15-18).

Nesta linha de pensamento, Costa (2007) define cinco modalidades de exclusão: social, cultural, económico, patológica e por comportamentos autodestrutivos.

Os fatores de natureza social levam à exclusão e afetam os indivíduos que não têm possibilidades de participar devidamente na sociedade, devido ao modo como esta está organizada e ao seu estilo de vida. Na prática temos como exemplo a população idosa, que mesmo possuindo recursos pode viver isolada, o que implica a sua exclusão. Por outro lado, a nível educacional, é presumível que uma criança frequente um equipamento escolar durante doze anos letivos e exetável que esta cumpra todas as etapas e atinja um desenvolvimento pessoal. O que, por diversos fatores condicionantes, nem sempre acontece.

Neste sentido, apesar do aluno não ser totalmente isento de culpa, deparamo-nos com uma situação de culpabilização do individuo devido ao fracasso, o que origina práticas de rotulação e de conseqüente exclusão.

Segundo Costa (2007), também o modo cultural conduz à exclusão através das práticas racistas, xenófobas ou preconceituosas existentes na sociedade. Similarmente, a *guetização* está associada sobretudo aos “guetos” ou bairros sociais situados nas periferias dos concelhos de forma a promover o afastamento do convívio social em determinados setores da sociedade, sendo claramente uma atitude discriminatória e etnocêntrica face ao outro.

Fernandes (1991) acrescenta que *“a consciência da pobreza desperta-se e desenvolve-se normalmente com a residência em bairros periféricos e degradados, como que é bem visível a segregação espacial e social”* e que *“(…) a sociedade da opulência discrimina e segrega os pobres e fá-los viver em bairros separados (...)”* (Fernandes, 1991:40-50).

Importa referir que na sociedade contemporânea, o racismo está associado a fortes componentes económicas, mas sobretudo políticas, sociais

e culturais, principalmente no que diz respeito à sua componente ideológica, enquanto a xenofobia corresponde à profunda antipatia e desconfiança em relação às pessoas emigrantes, estrangeiros e minorias étnicas, manifestando-se de várias formas como a exclusão social, incluindo o medo de perda de identidade, desconfiança acerca de suas atividades, agressão e desejo de eliminar a sua presença para assegurar uma suposta naturalidade (Xiberras, 1993:33).

Em relação aos fatores económicos, os indivíduos ausentes de qualquer rendimento são comumente excluídos. A situação de desemprego implica que a inexistência uma remuneração e a dificuldade em estabelecer e manter relações sociais, dado que não é previsto que os desempregados, em particular os de longa duração, voltem a integrar formalmente o mercado de trabalho. Neste contexto, os indivíduos que não estejam a exercer qualquer atividade profissional passam a ser vistos como incapazes de participar no mercado de produção. Deste modo, o estado de precariedade laboral é comparado ao fracasso e ao insucesso.

No que concerne aos fatores patológicos, comumente associados às deficiências mentais e/ou físicas, para além destes acentuarem a exclusão, também permitem evidenciar que o acesso a um posto de trabalho, por exemplo, mesmo através das redes especializadas, está distante de ser uma integração social dita “normal”, dada a difícil aceitação da diferença (Costa, 2007).

A exclusão na saúde constitui o não acesso à satisfação das necessidades na área da saúde e pode colocar depender de fatores geográficos, culturais e económico-sociais (OIT & OPS, 1999). Esta tem origem em três dimensões: falta de acesso, problemas de financiamento e baixa qualidade e oportunidade dos serviços.

Por último, os comportamentos autodestrutivos são uma das consequências que faz com que algumas pessoas estejam em situação de exclusão social ou de autoexclusão. Refere-se assim a comportamentos que estão relacionados com a toxicodependência, o alcoolismo, a prostituição, entre outros. De realçar, que por detrás destas causas que são mais imediatas, estão também problemas de pobreza, aparecendo também muitas das vezes, associadas à situação de “sem-abrigo”. Exemplo disso é o facto de a pobreza

ser, uma das formas de exclusão social mais generalizada entre nós e, os sem-abrigo representarem a forma mais extrema e complexa de exclusão (Costa, 2007).

Após esta análise sobre os processos de exclusão, constatamos que existem múltiplas formas pelas quais a exclusão se “(re)produz, sendo as mais visíveis, socialmente, as que ocorrem através da uniformização dos bens materiais (pobreza, desemprego), das zonas geográficas ou territoriais (*guetização*) ou a nível físico e mental (deficiência mental e física) (Xiberras, 1993:33).

Contudo, é também possível encontrar a exclusão social de forma invisível e pela falta das riquezas espirituais (Xiberras, 1993:19) ou como refere Lopes (2008) que em relação aos excluídos “(...) *os seus valores têm falta de reconhecimento e estão banidos do universo simbólico*” (Lopes, 2008:357).

Tendo em conta os vários estudos existentes sobre as representações sociais dos beneficiários de RSI, nomeadamente o de Eduardo Vítor Rodrigues, constatamos que este público é a prova que a estigmatização e as representações sociais existem e que correspondem a formas invisíveis de exclusão. É sobretudo através de atitudes e comportamentos de evitamento, de desconfiança, de rejeição e de ódio que estes cidadãos são muitas vezes alvo, sendo colocados frequentemente os próprios valores pessoais destes indivíduos.

Na realidade, muitas vezes estes tipos de exclusão aparecem sobrepostos e de acordo com uma análise mais aprofundada, por vezes, verifica-se que uma forma de exclusão pode em determinados casos, ser consequência de uma outra forma de exclusão (Costa, 2007).

A pobreza e a exclusão social são dois conceitos fundamentais para a compreensão dos capítulos que se seguem e onde iremos apresentar a pertinência da criação de um conjunto de políticas para intervenção em fenómenos como estes.

CAPÍTULO II. ESTADO PROVIDÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS

2.1. Os modelos europeus de proteção social

Tendo por base a clarificação dos conceitos anteriores, de pobreza e exclusão social, no sentido de ir ao encontro do objetivo deste trabalho que consiste na análise do impacto do RSI nas trajetórias de vida dos seus beneficiários importa, no contexto das políticas públicas, perceber a origem da proteção social. Dubet (2001), neste sentido, refere que a decadência do mundo salarial levou à concentração de “(...) *grupos mais frágeis, mais pobres, mais estigmatizados*” provocando, deste modo, inquietações sociais face à proteção desses mesmos grupos (Dubet, 2001:9).

Assim, apesar de cada país possuir diferentes especificidades sociais, económicas, culturais e históricas, não obstante das suas posições individuais de interesses heterogêneos, podemos referir que “*Todos os sistemas de proteção social da União Europeia se caracterizam por uma forte interação do Estado, do mercado e da família e distinguem-se pela conceção que cada país faz dos diferentes direitos*” (Rodrigues, 2010b:41).

Desta forma, torna-se relevante identificar as características exclusivas, assentes nas diversas políticas sociais de cada país, para a existência de uma Europa unificada, socialmente dialogante e recetiva à partilha de experiências sociais, no sentido da universalização de diversas medidas, como é o caso do Rendimento Social de Inserção.

Para uma melhor compreensão das políticas sociais passamos de seguida a explicar o seu surgimento através dos modelos de proteção social, primeiramente a nível europeu.

Considerando as características mistas dos países europeus, Esping-Andersen (1990; 1991; 2001) faz referência à existência de três tipos de modelos europeus de proteção social ou de *welfare states*: o Escandinavo ou Social-Democrata (Dinamarca, Suécia e Finlândia); o Liberal ou Anglo-Saxónico (Reino Unido e Irlanda) e o Continental (Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Holanda, Luxemburgo) e onde o autor inclui os países do Sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia).

Passamos agora a descrever as principais características de cada modelo europeu de proteção social. O primeiro modelo, Escandinavo ou Social-Democrata, com origem beveridgiana, defende uma proteção social baseada na inclusão e na solidariedade através de princípios democráticos de igualdade e universalidade, transversais a todas as classes sociais. A intervenção é assumida pelo Estado, em relação às políticas sociais e às políticas económicas (Esping-Andersen, citado por Rodrigues, 2010b).

Este modelo, para além de ter como objetivo atenuar os efeitos da pobreza, promove também o pleno emprego e as medidas ativas para este último. Os cidadãos têm acesso a prestações com valor significativo e à cobertura dos riscos sociais, sem que seja necessário existir uma obrigatoriedade de contribuições originárias do trabalho, como ilustra Eduardo Vítor Rodrigues mencionando países como a Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia (Rodrigues, 2010b:43).

Por exemplo, a Suécia possibilitou um sistema de saúde, a atribuição de abonos de família e as pensões de velhice igualitários. O princípio de igualdade chega mesmo a abranger a mulher no mercado de trabalho, evitando situações discriminatórias “(...) *as políticas de emprego postas em prática têm como principal objetivo o estabelecimento de condições para a conciliação da vida familiar com a vida profissional*” (Rodrigues, 2010b:43).

Este modelo, como refere Eduardo Vítor Rodrigues, também preconiza um interesse mais voltado para assistência social, principalmente, no que concerne ao “*reajustamento dos sem-abrigo, (...) à redução do valor das rendas (...) à inserção no mercado de trabalho dos desempregados de longa duração (...)*”, em países como a Dinamarca, a Suécia e a Finlândia (Rodrigues, 2010b:44). Assim, podemos concluir que estes países possuem uma riqueza e um modelo de bem-estar com um nível superior, em comparação, aos restantes.

Este autor também acrescenta que “(...) *os modelos mais fortes de intervenção do Estado no domínio social coincidem, geralmente, com as democracias mais aperfeiçoadas (...)*” e que “(...) *os países mais ricos da Europa são aqueles que têm os mais fortes Estados-Providência*” (Rodrigues, 2010b:44).

O segundo modelo, Liberal ou Anglo-saxónico é marcado por uma intervenção mínima do Estado, onde este só atua em situações limite e de proteção social e providência no trabalho. Contudo, nem todos os grupos sociais são abrangidos, uma vez que o Estado realiza uma intervenção seletiva. A classe trabalhadora, principalmente em países como o Reino Unido e a Irlanda, é para quem este modelo direciona maioritariamente as políticas sociais.

O terceiro modelo, Continental, é marcado por influências bismarckianas em que a proteção social é, essencialmente, baseada no trabalho, em que aqueles que mais contribuem são os que mais usufruem dos direitos sociais, em detrimento daqueles que não trabalham. Podemos verificar esta situação em países como a França, a Bélgica, a Alemanha, a Holanda, a Áustria e o Luxemburgo. Constatamos que esta distinção entre empregados e desempregados acaba por promover desigualdades.

Contudo, a França tem-se evidenciado nesta linha de atuação com a promoção de medidas ativas e inovadoras como é exemplo, o RMI - Rendimento Mínimo de Inserção.

Já por seu lado a Alemanha, desde o século XIX, impulsionou o seguro obrigatório que abrangia situações de doença, de velhice, de acidentes de trabalho e de desemprego dos funcionários públicos, baseado nas contribuições destes para as áreas da saúde e da educação.

Contudo, o modelo Continental, apresenta também aspetos negativos como as despesas avultadas com o pagamento de prestações sociais e a dificuldade de inserção social dos inúmeros desempregados.

Assim, autores como Esping-Andersen (2001), Palier (2002) e Amaral (2010) além de considerarem o modelo continental pouco viável, também indicam que este apresenta dificuldades na aplicação de reformas necessárias perante novos contextos socioeconómicos.

Em relação aos países do Sul, como Portugal, Espanha, Itália e Grécia, estes são constituídos por influências bismarckianas assentes numa proteção social instável para contribuintes e numa reinserção profissional débil. Por sua vez, estes países recebem também influências beveridgianas alicerçadas nos serviços de saúde universais.

Bismarck a este respeito, com ideologias baseadas na ação laboral, em 1881, criou pela primeira vez um seguro social obrigatório, que abrange situações no desemprego e na incapacidade para o trabalho, sendo o Estado, apenas responsável por compensar os indivíduos em situações de velhice, infância, invalidez e doença e em situações regulares de desemprego, pressupondo que o mercado tenha competência na concentração de recursos humanos e respetiva criação de pleno emprego (Bismarck, citado por Rodrigues, 2010b:117).

Porém, como nem tudo correu como previsto, a classe trabalhadora ficou aquém da proteção desejada, dado que não auferia de lucros suficientes para saldar o seguro social (Rodrigues, 2010b:64).

Em 1942, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, é concebido na Inglaterra o Relatório de Beveridge, opondo-se ao modelo de Bismarck e propondo a fundação do *welfare state*. Os princípios Beveridgianos baseiam-se no carácter universal dos direitos, aplicados a todos os cidadãos com o intuito de garantir os mínimos sociais a todos que se encontrem em situações de necessidade. O financiamento é procedente dos impostos fiscais, e a gestão é pública, estatal. Deste modo, constatamos uma unificação das instituições e uma homogeneização dos benefícios (Castel, 1998).

Para Esping-Andersen (citado por Rodrigues, 2010b:75): *“o sistema de proteção social dos países do Sul não constitui, por si só, um quarto modelo de proteção social, mas forma antes um conjunto de países menos desenvolvidos dentro do modelo continental”*.

Contudo, nos anos 70, verificamos que os benefícios assistenciais são compatíveis com o trabalho, tornando-se num complemento essencial na redução das desigualdades sociais e na satisfação das necessidades básicas.

Por sua vez, atualmente, o pagamento das transferências sociais têm sido fundamentais para à subsistência das famílias não assalariadas.

De facto, esta situação não resolve, pelo contrário agrava a tensão entre ausência de trabalho e a assistência social. Assim sendo, a assistência social não pode substituir uma atividade profissional, mas deverá ser um elemento de relevância no respeito à proteção social e aos direitos do trabalho.

2.2. O surgimento do Estado-Providência em Portugal

O surgimento do Estado Providência em Portugal foi dos acontecimentos mais marcantes a nível político, social e económico na democracia portuguesa.

Ao contrário de muitos países da Europa Ocidental, Portugal desenvolveu de forma tardia e lenta as suas formas de Estado-Providência através de medidas específicas, fragmentadas e repartidas (Rodrigues et al., 1999; Rodrigues, 2000:197; Rodrigues, 2010b:50).

Em 1835, Portugal criou a sua primeira instituição de assistência pública, o Conselho Geral de Beneficência, que tinha como objetivo a abolição da mendigagem.

A partir de 1866, as leis de desamortização, proibiram as instituições religiosas e mosteiros de herdarem bens. Apesar deste acontecimento, as misericórdias continuaram a ser consideradas insubstituíveis nas questões da assistência aos mais necessitados. No entanto, também foram surgindo outras instituições como os asilos e as associações de socorros mútuos e, a partir da década de 70, as creches e os albergues noturnos (Paiva, 2010:10).

Como refere Guibentif (1997), em 1911, foi instituída a reformulação dos serviços de assistência pública e criado o Fundo Nacional de Assistência com o intuito de proteger os indigentes. Em 1916 foi criado o Ministério do Trabalho e da Previdência Social e em 1919 a, consecutiva, fundação do Instituto da Segurança Social (Guibentif, 1997, citado por Rodrigues, 2010b:167).

Já em 1929, foi instituído o primeiro grande sistema de pensões, designado de Caixa Geral de Aposentações, exclusivamente para os funcionários públicos (Rodrigues, 2010b:168).

No que diz respeito ao sector privado, em 1933 e apenas para trabalhadores fabris, comerciantes ou de serviços, foram criados seguros sociais obrigatórios, sustentados não só por instituições de previdência, mas também financiados através de pagamentos em numerário e, possibilitavam proteção em situação de velhice, invalidez e doença.

O sociólogo António Barreto descreve de forma precisa Portugal, nos anos 60, como sendo:

País fechado. Estado autoritário. Povo inculto. Gente rural e conservadora. Pequenos, pobres e periféricos. Éramos assim, nos anos sessenta. Com horizontes estreitos, péssima escola, má saúde, pouco

emprego e nenhuma liberdade. Sem segurança social, com uma obscena mortalidade infantil, uma baixa esperança de vida e uma alta mortalidade por doenças contagiosas próprias da pobreza. Com poucos esgotos, reduzida água canalizada em casa e eletricidade doméstica para a minoria. Legalmente oprimidas, mulheres sem emprego eram mantidas à margem do espaço público e do estatuto pleno de cidadania: viviam e morriam entregues à vida doméstica. (Barreto & Pontes, 2007:26).

Tendo por base este contexto e, reforçando que é nos anos 60 que Portugal dá os seus primeiros passos na construção do Estado Social, posteriormente, com a Revolução dos Cravos de 1974, assistimos à substituição gradual dos sistemas de providência e assistência por um sistema adaptado de segurança social. Em 1977 foi criada a Autoridade Distrital de Segurança Social e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. A estas segue, em 1984, a aprovação da primeira Lei de Bases da Segurança Social – Lei 28/84 de 14 de agosto que segundo o art.º 2:

*(...) protege os trabalhadores e suas famílias nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, de desemprego involuntário e de morte, e garante a compensação de encargos familiares” e “ (...) protege ainda as pessoas que se encontram em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência.
(Lei 28/84 de 14 de agosto, art.º 2).*

De facto, na década de 70, entre vários acontecimentos, podemos destacar a revolucionária criação de bases para o sistema de Segurança Social, cuja conclusão só aconteceu passada uma década (Rodrigues, 2010b:168).

No entanto, em Portugal, apesar da crise económica dos anos 70, despontam os pilares do Estado-Providência, fruto de uma evolução política, social e histórica, com fortes tendências dos sistemas de proteção social, ao seguir o modelo dos países industrializados, mas permanecendo retido à diversidade social e estrutura reprodutiva característica dos países da Europa do Sul.

Com a chegada da democracia em 1974, reconhecemos que Portugal atravessou transformações súbitas e de extrema importância, que marcaram um sentido estratégico e socioeconómico de todo um país.

Neste sentido, após o 25 de abril de 1974, assistimos a uma nova organização política que começou por conferir a resolução das questões

sociais mais complexas ao Estado-Providência, configurado para esse fim. Desta forma, o Estado-Providência tornou-se responsável por uma proteção social que consistia em assegurar uma democracia igualitária e de colmatar as desigualdades, como é o exemplo da precariedade laboral.

No que respeita a Portugal, o Estado demonstrou um interesse gradual em relação à proteção social na saúde e a partir da segunda metade do século XX "(...) inicia a organização dos cuidados públicos de saúde através de serviços próprios" (Rodrigues et al., 1999:80).

Com o surgimento da Lei de Bases da Saúde – Lei nº48/90 de 24/08, volta a frisar o dever do Estado assegurar o acesso à proteção da saúde, como um direito básico e universal para todos os cidadãos.

De acordo com Rodrigues et al. (1999): "*Apesar do seu carácter universal, o sistema de saúde torna-se tendencialmente gratuito*". Ou seja, para além do apoio financeiro do Estado, o sistema de saúde passou a auferir do pagamento de taxas moderadoras por parte dos próprios utentes (Rodrigues et al., 1999:82).

Neste sentido, importa também salientar a crescente intervenção na saúde por parte das instituições privadas através dos Contratos – Programa estabelecidos com o Estado.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) que foi, inicialmente, criado como sendo universal e com acesso gratuito a todos os cidadãos é, nos dias de hoje, uma responsabilidade partilhada entre o setor público e o setor privado, envolvendo particulares e utentes.

Em situações de carência alimentar ou até mesmo económica, no que respeita o acesso à saúde, muitos são os indivíduos que, não possuindo recursos suficientes, procuram retaguarda familiar e/ou comunitária, para serem assim compensados por algumas formas de sociedade-providência (Santos, 1993:46).

Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, a "sociedade-providência" é um conjunto de: "*redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreatajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade (...)*" (Santos,1993:46).

Estamos, portanto, perante uma “*sociedade-providência*” que contribui para ilibar as responsabilidades do “*Estado-Providência*” e apesar de não o poder substituir, colmata os seus fracassos e carências.

Através do conceito de “*sociedade-providência*” salientamos a importância de uma intervenção mais próxima da população como instrumento capaz de reduzir riscos e colmatar, neste caso, as lacunas do Estado, uma vez que fortalece competências e impulsiona iniciativas em conjunto.

Posto isto, constatamos um enfraquecimento do Estado que, perante todas as situações de risco social, de forma isolada, não consegue dar resposta. Assim, foi necessária a criação de parcerias com instituições particulares dando origem a um “*welfare mix*” (Goméz, 1998, citado por Rodrigues, 2010b:42). Com base neste conjunto de variações de intervenções estatais e particulares Ferrera (1996) propõe um quarto modelo europeu de proteção social, em que Portugal estaria integrado, a par da Espanha, Grécia e Itália, designado de Modelo Mediterrânico (Ferrera, 1996 citado por Ferreira, E. V., 2015).

No entanto, importa também referirmos que, até à década de 90, o Estado-Providência, em Portugal, na sua obrigação de promotor de bem-estar social, igualizou e universalizou o sistema escolar e alargou o sistema de proteção social, constatando-se assim uma maior proteção no desemprego e na saúde entre 1985 e 1995 (Barreto, 1995:847).

De 1979 a 1980, no curto governo de Maria de Lurdes Pintassilgo, a primeira e única mulher até à presente data a ocupar o cargo de primeiro-ministro, são atribuídos os primeiros apoios sociais na saúde e na segurança social aos cidadãos não contributivos (Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro).

De facto, só nesta altura é que Portugal assistiu ao início e à amplificação institucional de uma rede de proteção social baseada em princípios universais. O primeiro passo foi dado no sentido da construção de uma pensão social não contributiva, destinada essencialmente aos idosos e portadores de deficiência que se encontravam dependentes de assistência estatal.

Contudo, apesar da criação do subsídio de desemprego, em 1985, em Portugal, o serviço de assistência social além de se desenvolver de forma

lenta, também não garantia os rendimentos relativos às prestações sociais provocando, desta forma, situações dominadas pela exclusão (Branco, 2001:306).

Podemos reforçar que Portugal foi tomando medidas pelos governos provisórios como: a criação de um subsídio de Natal, a assistência no desemprego, a criação de um suplemento de grande invalidez, a extensão das prestações de maternidade, o subsídio por morte e a pensão de sobrevivência para agricultores (Rodrigues, 2010b:179).

A Constituição de 1976 define Portugal como *“Estado de direito democrático baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa”* (art.º2) e concede a todos os cidadãos *“a mesma dignidade social”* (art.º13) (CRP, 2005). Este documento vê-se revigorada pela adoção dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem (art.º16), pela eleição direta, mediante sufrágio universal da Assembleia legislativa e do Presidente da República, pela interdependência dos tribunais.

A Constituição da República Portuguesa, sendo a VII revisão constitucional em 2005 foi, sem dúvida, o documento fundador da democracia portuguesa que permitiu o alargamento dos direitos sociais, políticos e cívicos no trabalho, no emprego, a apoios financeiros no desemprego tal como o estabelecimento e atualização do salário mínimo, à Segurança Social, à proteção na saúde, na habitação, na educação e na cultura (Rodrigues, 2010a:205).

Na verdade, foi nos anos 80 que o desenvolvimento do sistema de proteção atingiu o seu auge com o surgimento da primeira Lei estruturadora do sistema de segurança social – Lei de Bases da Segurança Social 28/84 de 14 de agosto, em 1984. Assim e, uma vez já legislada, seria possível fazer-se a distinção da dicotomia do sistema de proteção social. Desta forma, assistimos à existência de dois tipos de regimes: por um lado, o regime contributivo baseado na segurança social e destinado aos cidadãos que realizam os seus descontos através da sua função laboral e, por outro lado, o regime não

contributivo baseado na solidariedade e destinado a idosos com mais de sessenta e cinco anos que tinham trabalhado toda a vida, que não tenham realizado descontos para a segurança social, e pessoas com idade ativa inábeis (Rodrigues, 2010a:207).

De facto, a evolução e a expansão do Estado-Providência em Portugal foi um marco na história da democracia, que atravessou quatro fases de desenvolvimento: até 1968 são realizadas alguns ensaios no que diz respeito à proteção social; de 1969 a 1974 verificamos a inclusão, no sistema da segurança social, os agricultores e trabalhadoras domésticas (regime não contributivo). Entre 1975 e 1985, a nível educativo, a escola básica é universalizada, o número de inscrições no ensino superior duplica e, por último, assistimos à atribuição de apoios como as pensões e os abonos (Barreto,1995:847).

No seguimento da sua integração na União Europeia, Portugal consolidou o seu sistema de proteção social entre 1985 e 1995. É pertinente referir que, nos anos 90, a pobreza e os grupos vulneráveis suscitaram preocupações sociais e adquiriram visibilidade política.

Uma das políticas criadas para o combate das fragilidades sociais e de inclusão social foi o Rendimento Mínimo Garantido em 1996, como iremos verificar de seguida.

2.3. Do Rendimento Mínimo Garantido ao Rendimento Social de Inserção

No contexto pós 25 de abril, Portugal procura alargar as bases do Estado-Providência. As políticas sociais surgiram com o intuito de garantir a igualdade e dignidade a todos os cidadãos, prevenindo as causas e intervindo nas consequências. Contudo, importa questionar se alguma vez estes objetivos foram, são ou serão atingidos.

Em 1990, António Teixeira Fernandes (2006) refere que:

O RMI serviu para revelar e proporcionar uma discussão pública sobre o número e a diversidade de situações graves de vulnerabilidade social [onde] era posta em relevo a relação entre o grau de estabilidade no emprego e o risco de marginalização. Uma sensibilidade particular era criada a respeito da exclusão. Aqueles que, até aí, sofriam o peso da

miséria, porque isolada, permaneciam ignorados e esquecidos da sociedade (Fernandes, 2006:224).

Segundo o mesmo autor, *“O RMI procurou subordinar a ajuda social a uma contrapartida, rompendo com a tradicional assistencial social”,* uma vez que o pretendido seria *“(...) tornar cada beneficiário num verdadeiro ator social”* (Fernandes, 2006:225).

Toda esta série de transformações implicou mudanças necessárias, principalmente na criação de serviços sociais, até então inexistentes (Rosanvallon & Fitoussi, 1997:139; Rosanvallon, 1995:126-129).

Nos anos 80, a entrada de Portugal na União Europeia permitiu a possibilidade de desenvolver programas de luta contra a pobreza e criar novas modalidades de combate à exclusão e aperfeiçoamento da Segurança Social, assumindo desta forma um carácter mais ativo nas suas políticas sociais e valorizando o trabalho em rede entre as várias instituições sociais existentes (Rodrigues et al.,1999).

Uma das políticas criadas para o combate das fragilidades sociais e de inclusão social foi o Rendimento Mínimo Garantido, em 1996, atual Rendimento Social de Inserção, através da Lei nº 19-A de 1996. Esta política, segundo Branco (2001): *“(...) institui pela primeira vez em Portugal um sistema universal de mínimos sociais e funda um novo patamar na rede de proteção universalista (...)”* sendo esta definida como: *“(...) um direito que não deriva da lógica contributiva, mas da lógica de redistribuição de recursos e de solidariedade (...) baseados na consideração de necessidades básicas e na condição de cidadania (...)”*. (Branco, 2001:308).

Neste sentido, o mesmo autor acrescenta que *“(...) o direito a um rendimento mínimo é um fator de extensão de cidadania social em Portugal e um vetor de institucionalização de uma política de assistência social universal baseada na condição de cidadania”* (Idem, 2001:308).

O desejo de minimizar situações de pobreza e de exclusão social permitiu a criação do Rendimento Mínimo Garantido de forma contígua com as políticas ativas de emprego e reinserção social e com uma proteção social mínima e universal.

Assim sendo, com base em indicadores sociais desfavoráveis, em 1996, foram criados vários projetos-pilotos com o intuito de verificar a fiabilidade

desta medida, na altura apresentados ao Conselho Económico e Social (CES), de forma a serem implementados e que abrangessem a população de norte a sul do país (CES, 1996).

Uma vez que estes projetos-pilotos foram bem-sucedidos, a Comissão Nacional do Rendimento Mínimo, existente na altura, apresentou, como proposta, o alargamento desta medida por todo o país, a partir de 1 de julho de 1997.

O principal objetivo do Rendimento Mínimo Garantido passava por propagar a inserção dos indivíduos, através de um apoio financeiro e integrá-los num programa que facilitasse a atenuação das suas fraquezas económico-sociais e ao nível da saúde.

A participação dos beneficiários no seu próprio processo de autonomização, é imprescindível, sem o qual não seria possível atingir o principal objetivo da medida: a inserção.

No entanto, faremos de seguida, a apresentação das principais diferenças entre o atual Rendimento Social de Inserção e o anterior Rendimento Mínimo Garantido, apesar de sustentados pela mesma estrutura.

No que diz respeito ao momento da elaboração do Contrato de Inserção inicial, verificamos algumas alterações relativamente aos prazos os quais destacamos de seguida: enquanto o programa de inserção do RMG demorava três meses, em relação ao RSI, a prestação é paga 60 dias após a entrega do requerimento, em caso de deferimento (Rodrigues, 2010:103).

Outra mudança que constatamos foi alteração dos CLA's (Comissões Locais de Acompanhamento) pelos NLI's (Núcleos Locais de Inserção). Estes núcleos são constituídos por uma rede de parceiros locais que fazem chegar os processos de RSI para aprovação e avaliação. Normalmente os parceiros e protocolos do RSI reúnem-se quinzenalmente. As famílias são acompanhadas pelas Equipas dos Protocolos de RSI em função das necessidades avaliadas, através de visitas domiciliárias e atendimentos (Rodrigues, 2010:103).

Também a este respeito, Ricardo Ferreira (2015) acrescenta que “a própria falta de investimento das instituições públicas – nomeadamente nos Núcleos de Inserção – torna a relação entre direitos e deveres unilateral, já que o Estado e as suas instituições têm o direito de suspender a prestação mas

não cumprem com a obrigação de criar oportunidades de inserção” (Ferreira, 2015:153).

Sendo o RMG ou sendo o RSI, o facto é que constatamos alguns imobilismos da medida, nomeadamente, uma demorada mudança das políticas de inserção social de *welfare* (direitos sociais garantidos pelo estado) para as políticas sociais de ativação baseadas no *workfare* (benefícios sociais em troca de inserção profissional. Desta forma, o RSI: “(...) *passa de um mecanismo de inserção para um mecanismo de regulação, de controlo, de moralização e disciplinização dos beneficiários*” (Ferreira, R, S. 2015:153).

O mesmo autor acrescenta que “*apenas aos beneficiários são impostas obrigações e, caso não as aceitem, ficam sem a prestação financeira de RSI, o que transforma a medida num não-direito*” (Ferreira, R, S. 2015:153).

Exemplo disso é a alteração da penalização, 12 para 24 meses, caso o beneficiário não aceite nem justifique, dentro do prazo legalmente estabelecido – 10 dias úteis, uma oferta de emprego, de formação profissional ou uma atividade socialmente útil.

As alterações dos regimes políticos também surtiram efeito na execução da medida. A mudança governamental, em 2011, teve grandes implicações na medida, dado que acarretou cortes nas despesas do Estado e com vista a redução do défice orçamental e, por sua vez, na alteração do valor da capitação da prestação social atribuída aos beneficiários de RSI.

A crise económica afetou as políticas sociais, sobretudo o RSI, e passou a verificar-se um aumento das desigualdades, um enfraquecimento dos mais vulneráveis.

Carlos Farinha Rodrigues (2012) reforça esta ideia acrescentando que “(...) *não temos tido em Portugal políticas efetivas de combate às desigualdades. Nos últimos anos são raras as políticas que tenham sido concebidas e aplicadas para reduzir as desigualdades*” (Rodrigues, 2012).

Com a criação deste tipo de políticas sociais de ativação, é esperada autonomização e inserção em vários níveis, a partir da vontade e iniciativas dos próprios beneficiários.

Contudo, na maior parte das vezes, estes indivíduos não possuem estrutura nem económica, nem psíquica ou física para tal. Por isso, mais que

uma prestação em dinheiro, é necessário um acompanhamento socioeducativo de proximidade, no terreno, para e com as famílias.

De seguida, passamos a analisar o território do estudo em presença, através da caracterização da Região Norte de Portugal e, em particular, a freguesia de Campanhã.

CAPÍTULO III. A QUESTÃO DO RSI NA REGIÃO NORTE E NA FREGUESIA DE CAMPANHÃ

3.1. Território em análise: Região Norte

A **Região Norte** compreende os distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Bragança, contemplando ainda os distritos de Aveiro, Viseu e Guarda. A Região Norte faz fronteira a Norte e a Este com Espanha, a sul com a Região Centro e a Oeste com o Oceano Atlântico. Esta região constitui, para fins estatísticos, a Nomenclatura de Unidades Territoriais II (NUTS II)².

A Comissão de Coordenação Regional do Norte (CCDR-N)³ é a entidade responsável pela execução das políticas ambientais, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento desta região, para além de auxiliar nas questões técnicas as autarquias e as várias associações locais.

O Norte de Portugal² é também composto por 86 municípios e 1.426 freguesias. Os municípios pertencem ao nível III da Nomenclatura de Unidades Territoriais (NUTS), sendo um deles o concelho do Porto.

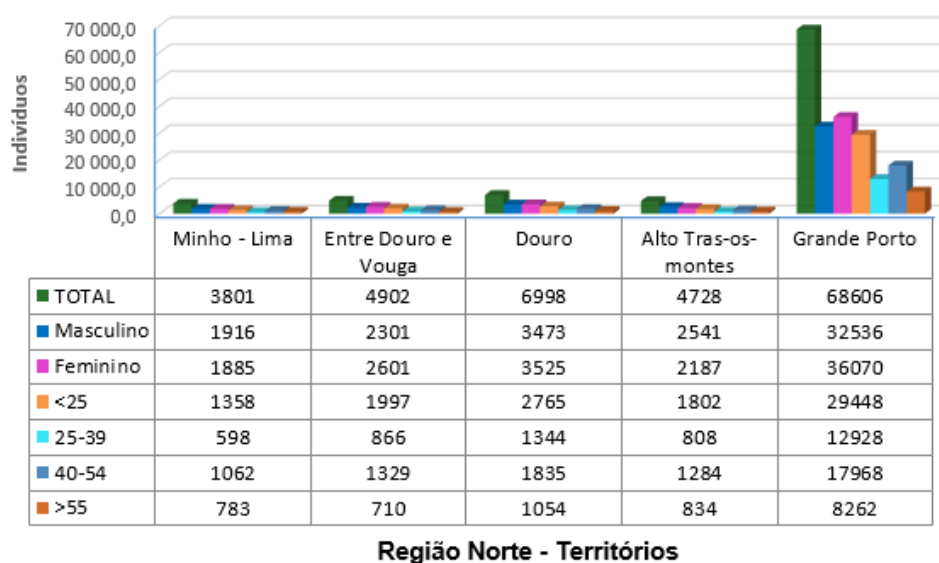
A este respeito Rodrigues (2008) descreve a região Norte, dizendo que esta: “ (...) *apresenta acentuadas características de vulnerabilidade social que, a breve prazo, poderá induzir processos de vulnerabilização de vastos grupos sociais, com consequências preocupantes para o tecido social e para a coesão social e territorial*” (Rodrigues, 2008:169).

No panorama da pobreza e da exclusão social, podemos apontar que um desses grupos é precisamente os beneficiários de RSI como é visível no **Gráfico 1**. Considerando os territórios da Região Norte de Portugal, o Grande Porto é o território onde, comparativamente aos territórios de Minho – Lima, Entre Douro e Vouga, Douro, Alto Trás-os-Montes, apresenta um número bastante elevado (68606) de cidadãos beneficiários de RSI. Existindo assim, uma prevalência de beneficiários neste território do sexo feminino e com faixa etária inferior aos 25 anos.

² Estes dados podem ser consultados em: www.pordata.pt

³ Esta informação pode ser consultada em: [/www.ccdr-n.pt/](http://www.ccdr-n.pt/)

Gráfico 1 – Beneficiários de RMG e RSI segundo o sexo e a idade, 2014



Fonte: Pordata, 2014

Face a estes dados, podemos concluir que os jovens, do sexo feminino, são um grupo potencialmente vulnerável.

Na sociedade, um indivíduo vulnerável apresenta limitações educativas, políticas ou socioeconómicas, comparativamente a outras pessoas e, assim sendo, podemos dizer que estamos perante uma situação desigual. Isto quer dizer que quanto maior for a vulnerabilidade de um indivíduo, maior poderá ser a desigualdade.

João Ferreira de Almeida define desigualdades como:

Sistemas de diferenças que se traduzem em desvantagens duradouras e penalizadoras de indivíduos e grupos e que são geradas, mantidas e reproduzidas — independentemente de méritos ou deméritos individuais — através de diversos mecanismos identificáveis nas sociedades. (Almeida, 2013:25).

A desigualdade de rendimento é uma das formas mais frequentes desse sistema de diferenças e desvantagens. Esta ocorrência é considerada não só um fenómeno oriundo de situações consideradas socialmente distintas, mas também um meio que permite a reprodução das desigualdades.

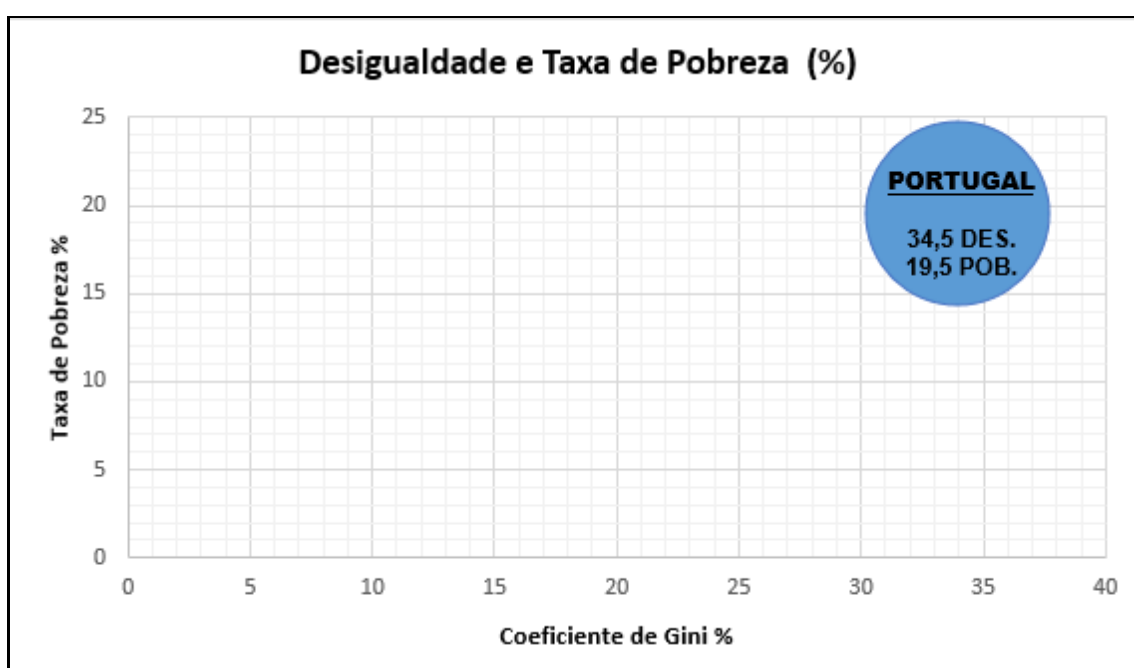
No que concerne à distribuição do rendimento, este é um fator determinante para a compreensão das condições de vida das populações/grupos (Rodrigues, Figueiras & Junqueira, 2012).

De facto, a desigualdade e pobreza são fenómenos independentes, mas que na prática se relacionam. As desigualdades referentes aos recursos económicos estão, desde modo, articulados com as desigualdades das condições de vida e de oportunidades.

O Coeficiente de *Gini* é um:

Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição, assumindo valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).
(Pordata, 2016).

Gráfico 2 – Nível de desigualdade e Taxa de Pobreza em Portugal, 2013.



Fonte: <http://portugaldesigual.ffms.pt> (2016)

Conforme podemos visualizar no **Gráfico 2**, em 2013, Portugal apresenta, com base no *Coeficiente de Gini*, o valor percentual de desigualdade de 34,5% e taxa de pobreza de 19,5%. Com base nestes dados percebemos que existe uma acentuada desigualdade na distribuição dos rendimentos, uma vez que estes estão concentrados numa parte da população e que quanto maior for a desigualdade, tendencialmente maior será a taxa de pobreza.

Observando estes valores percentual do **Gráfico 2**, salientamos a importância das políticas sociais como fator compensatório e de equilíbrio entre

os grupos sociais vulneráveis e os grupos mais beneficiados da sociedade (Carmo, Cantante & Carvalho, 2012).

Com base no **Quadro 1** e considerando apenas os rendimentos do trabalho, de capital e antes de qualquer transferência social, verificamos que 88,9% da população em Portugal, em 2013, estaria em risco de pobreza.

Quadro 1 – Taxa de risco de pobreza (60% da mediana), segundo o sexo e grupo etário, Portugal, EU-SILC 2011-2014

Ano de referência dos dados	2010				2011				2012				2013 (Po)			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Após transferências sociais⁽¹⁾																
Total	18,0	22,4	16,2	20,0	17,9	21,8	16,9	17,4	18,7	24,4	18,4	14,6	19,5	25,6	19,1	15,1
Homens	17,6	x	15,7	18,0	17,5	x	16,4	16,1	18,8	x	18,5	13,7	18,9	x	18,7	12,6
Mulheres	18,4	x	16,7	21,4	18,2	x	17,4	18,4	18,7 Rc	x	18,3	15,2	20,0	x	19,5	16,9
Após transferências relativas a pensões⁽²⁾																
Total	25,4	30,9	24,4	23,3	25,2	29,6	25,5	20,2	25,5	31,7	26,3	17,4 Rc	26,7	33,6	27,4	18,5
Homens	25,2	x	24,1	21,1	25,1	x	25,2	18,4	25,9	x	26,7	16,2 Rc	26,5	x	27,1	15,9
Mulheres	25,6	x	24,7	24,9	25,3	x	25,9	21,4	25,2	x	25,8	18,2 Rc	26,9	x	27,7	20,3
Antes de qualquer transferência social⁽³⁾																
Total	42,5	33,4	33,0	85,0	45,4	33,0	35,8	87,5	46,9	35,4 Rc	37,8	87,0	47,8	36,5	37,9	88,9
Homens	41,0	x	32,6	84,2	43,7	x	34,9	87,6	45,6	x	37,6	87,8	46,1	x	36,8	90,0
Mulheres	44,0	x	33,5	85,6	46,9	x	36,7	87,5	48,1	x	38,0	86,5	49,3	x	38,8	88,2
EU-SILC	2011				2012				2013				2014 (Po)			

Po - Valor provisório

Rc - Valor retificado

x - dado não disponível (de acordo com a metodologia aprovada para o EU-SILC, a diferenciação por sexo dos indivíduos com menos de 18 anos não se apresenta relevante na caracterização da taxa de risco de pobreza)

⁽¹⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais

⁽²⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência

⁽³⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados

Fonte: INE/ EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2014

Por sua vez, também as transferências sociais relacionadas com a doença e a incapacidade, a família, o desemprego e a inclusão social contribuíram para a redução do risco de pobreza de 15,1% em 2013. Já as transferências sociais provenientes da reforma e sobrevivência contribuíram para uma redução da taxa de risco de pobreza em 18,5% conforme o **Quadro 1**.

Ao estabelecermos a relação entre as desigualdades e as transferências sociais percebemos que a influência das políticas sociais no crescimento económico, na criação de emprego e, por sua vez, na correção dos *deficits* de qualificação, tomam um lugar preponderante para a diminuição das desigualdades e da pobreza (Carmo, Cantante e Carvalho, 2012:322-323).

Tendo-se analisado a Região Norte e concretamente a freguesia de Campanhã com base nos resultados verificados, pareceu-nos pertinente a realização deste Trabalho de Projeto neste território.

3.2. Caracterização da freguesia de Campanhã

No que respeita à freguesia estudada, podemos referir que Campanhã ou Vale de Campanhã é uma freguesia do concelho do Porto, com 8,13 km² de área e 32 659 habitantes (Censos 2011).⁴

Considerada a maior freguesia do concelho do Porto e a segunda mais populosa, com traços rurais e urbanos, delimitada pelo rio Douro a sul, a este e nordeste pelo município de Gondomar. A oeste liga-se às freguesias do Bonfim e Paranhos, situando-se na zona Oriental da cidade do Porto.⁵

3.2.1. Mudanças demográficas

Perante um cenário de envelhecimento demográfico a par das baixas taxas de natalidade e de fecundidade, em Portugal, o papel da família tem sofrido alterações, contribuindo para o aumento das famílias unipessoais e monoparentais.

Estes acontecimentos são sobretudo resultantes dos fortes fluxos migratórios para concelhos vizinhos. De acordo com o Censos 2011, de 2001 a 2011 foi no centro histórico que se registou a maior perda de famílias residentes com uma taxa de variação que oscila entre -25%, na freguesia de São Nicolau, e -11% em Miragaia. Em freguesias como o centro (Bonfim) e da zona Oriental (Campanhã) registou-se ainda alguma variação negativa na

⁴ Poderão ser consultados no Anexo I. 1, o quadro com os dados sobre a população residente na freguesia de Campanhã e de outras freguesias do concelho do Porto.

⁵ Poderão ser consultadas no Anexo I. 2 e 3 correspondem às imagens referentes à localização da freguesia de Campanhã.

percentagem de famílias residentes. Inversamente, foi na zona ocidental da cidade que se verificou um aumento de famílias, atingindo as maiores variações positivas em freguesias como Lordelo do Ouro (10%) e Ramalde (12%).⁶

A diminuição da população no Porto deve-se a fatores como o envelhecimento da população,⁷ a diminuição da taxa bruta de natalidade e ao elevado custo do terreno por metro quadrado no concelho do Porto.

No que diz respeito à taxa bruta de mortalidade do Porto, podemos dizer que se encontra estável, mas com tendência decrescente (de 12,4% em 2001 para 12,1% em 2012) (C.M.Porto, 2013).⁸

No que se refere à taxa bruta de natalidade importa destacar que, entre 2001 e 2012, o Porto foi a cidade com menor decréscimo da taxa bruta de natalidade, de 9,2% em 2001 para 8% em 2012 (C.M.Porto, 2013).⁸

No que diz respeito às estruturas familiares, considerando as transformações atuais ocorridas, em 2011, as famílias unipessoais representavam 1/3 do total das famílias clássicas residentes e a maioria concentrava-se em algumas freguesias do centro histórico como Vitória, Sé e Miragaia e, principalmente na zona central da cidade, como é o caso da freguesia de Santo Ildefonso, na qual as famílias com uma só pessoa atingem os 47% do total.⁹

Na freguesia de Campanhã, a proporção das famílias unipessoais é mais moderada, em 2011, regista valores entre os 20% e 30%, acusando indícios de vulnerabilidade social.⁹

Campanhã é, também, a freguesia que proporcionalmente possui mais indivíduos com 65 ou mais anos a residirem sós (mais de metade), logo seguida das freguesias situadas no centro histórico e zona ocidental que

⁶ Poderá ser consultados no Anexo I. 4.o gráfico sobre a variação dos fluxos migratórios da população residente no concelho do Porto (2001-2011).

⁷ Poderão ser consultados no Anexo I. 5.o quadro sobre o Índice de envelhecimento na Região Norte, em 2014.

⁸ Poderão ser consultados no Anexo I. 6.o quadro sobre a taxa de mortalidade e taxa de natalidade sobre a população residente no Distrito do Porto, 2001-2012.

⁹ Poderá ser consultado no Anexo I. 7.o gráfico com a percentagem de famílias unipessoais, no concelho do Porto, em 2011.

ultrapassam os 40%. Santo Ildefonso e Massarelos, apresentam os valores mais baixos com um valor de 38%.¹⁰

No Porto, em 2011, os núcleos monoparentais representavam 22% no total dos núcleos familiares, sendo a monoparentalidade feminina a situação dominante (88%). Na freguesia de Campanhã, em relação aos núcleos familiares monoparentais, verificamos um crescimento significativo de cerca de 19% em 2001 para cerca de 24% em 2011¹¹, resultando deste facto carências socioeconómicas.

3.2.2. Atividade Económica e Emprego

O trabalho é, ainda hoje, para a maior parte dos indivíduos a principal fonte de rendimento para poder aceder aos bens básicos.

Para compreendermos a existência de pobreza numa dada região, importa percebermos o tipo de atividade laboral praticada pelos indivíduos.

De acordo com os Censos de 2011, o município do Porto apresentava, em 2011, uma taxa de atividade de 45,17%, valor inferior comparativamente aos outros municípios pertencentes à AMP (INE, 2012).¹²

No que se refere ao desemprego, ainda de acordo com os Censos, em 2011, o município do Porto contava com uma taxa na ordem dos 17,59%, sendo a terceira mais elevada na AMP, seguido por Vila Nova de Gaia com 17,92% e Espinho com 18,38% (INE, 2012).¹³

Neste sentido, a taxa de desemprego é um indicador relevante para a avaliação de determinada população. Mesmo os indivíduos que beneficiam de subsídio de desemprego, sendo uma prestação de atribuição limitada no tempo, estes podem vivenciar situações de vulnerabilidade e carência material. Os desempregados, principalmente os de longa duração, têm mais

¹⁰ Poderá ser consultado no Anexo I. 8.o gráfico com a percentagem de famílias unipessoais com mais de 65 anos, residentes no concelho do Porto, em 2011.

¹¹ Poderá ser consultado no Anexo I. 9.o gráfico com a percentagem de famílias monoparentais, residentes no concelho do Porto, em 2011.

¹² Poderão ser consultados no Anexo I.10.o quadro referente à população residente economicamente ativa e empregada, segundo o sexo e o ramo de atividade e taxas de atividade no distrito do Porto, 2012.

¹³ Poderão ser consultados no Anexo I.11.o quadro referente à população residente desempregada, segundo a condição de emprego e sexo, taxas de desemprego no distrito do Porto, 2012

probabilidade de desenvolver sentimentos de resignação, de descrédito e de vergonha, o que dificulta a reintegração profissional.

De 2001 a 2011 verificamos um aumento significativo da taxa de desemprego, de 13,7% para 24,2% que posiciona Campanhã em 4º lugar (INE, 2012). Vitória (27,1%), São Nicolau (26,8%) e Sé (26,1%) ocupam os três primeiros lugares com taxas de desemprego mais elevadas, em 2011.¹⁴

Relativamente à percentagem de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente, no concelho do Porto constatamos um aumento progressivo do valor de 12,4% em 2012, 15,2% em 2013 e 15,6% em 2014.¹⁵

De salienta que, como analisaremos no ponto 4.4, os baixos níveis de escolaridade também dificultam a inserção no mercado de trabalho cada vez mais exigente.

De acordo com os dados supracitados, constatamos que a freguesia de Campanhã acompanha a tendência de aumento da taxa de desemprego.

3.2.3. Rendimentos e desigualdades

Uma vez que os baixos rendimentos estão associados de forma direta à pobreza e às desigualdades sociais, importa perceber a fonte de rendimento das famílias de Campanhã. Para além do trabalho e da economia informal, esta última muito presente nos bairros sociais, sabemos que existem outras formas para obtenção de rendimentos, nomeadamente, o subsídio de desemprego¹⁶, as pensões de velhice¹⁷ e o Rendimento Social de Inserção.¹⁸

Quanto à medida de proteção social RSI, verificamos que o Porto,¹⁸ de 2009 a 2010 apresenta um ligeiro aumento percentual de beneficiários ativos.

¹⁴ Estes dados podem ser consultados no Anexo I,12. Evolução da taxa de desemprego na cidade do Porto, por freguesias entre 2001 e 2011.

¹⁵ Estes dados podem ser consultados no Anexo I,13. no quadro desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%)

¹⁶ Poderão ser consultados no Anexo I,14.Beneficiária/os de Subsídios de Desemprego da Segurança Social da AMP, segundo o sexo e a idade, 2014

¹⁷ Poderão ser consultados no Anexo I,15.Pensionistas da Segurança Social da AMP, segundo o tipo de pensão, 2014

¹⁸ Poderão ser consultados no Anexo I,16.Beneficiárias/os do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total de beneficiários ativos (%), 2015.

Contudo, a partir de 2011 verificamos uma diminuição constante em relação ao número de beneficiários ativos. Em 2011 o valor é de 29,0% descendo até aos 22,6% em 2014.

Uma das explicações que podemos adiantar relativamente a esta descida percentual é o facto desta medida ter sido alvo de várias alterações legislativas ao longo do tempo. Em 2010 a introdução de alterações na legislação, para uma maior responsabilização dos destinatários (cessação no caso de recusa de emprego considerado conveniente, entre outras medidas), terá contribuído para a quebra registada em 2011, apesar do contexto social existente amplamente desfavorável. Este declínio poderá ter sido reforçado ultimamente com a introdução de novas medidas destinadas a intensificar o carácter temporário¹⁹ e contratual da prestação.

Segundo a *Domussocial* (2010-2011)²⁰ 47% dos rendimentos dos indivíduos residentes na freguesia de Campanhã proveem de reformas e pensões. Do trabalho são provenientes 24% dos rendimentos. Relativamente ao desemprego em geral, 13% são subsidiários do RSI e apenas 6% beneficia do Subsídio Social de Desemprego.²¹

De acordo com informações do Centro Regional de Segurança Social do Porto, em 2014, 28% das pessoas atendidas, relativas à freguesia de Campanhã, revelam um rendimento inferior ao salário mínimo, sendo que o maior problema apresentado é a insuficiência de recursos económicos.

Perante situações de privação alimentar, resultantes da insuficiência/ausência de rendimentos, esta freguesia dispõe de quatro cantinas sociais (Centros Sociais da Obra Diocesana do Cerco e S. Roque, e APECDA) que, apesar de situadas em contexto de bairro e deslocalizadas, são muito procuradas por indivíduos carenciados e muitas vezes sujeitos e expostos à estigmatização.

¹⁹ Descrição referida por Eduardo Vítor Rodrigues em relação à duração de permanência na medida de RSI, no livro: “Escassos Caminhos - processos de imobilização social dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção”(p.46), devidamente referenciado na bibliografia deste trabalho.

²⁰ A Domussocial é uma Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM e tem como objetivos: promover, gerir as habitações sociais do Município do Porto, bem como a manutenção dos edifícios e suas infraestruturas municipais. Mais informações em: <http://www.domussocial.pt/>

²¹ Estes dados podem ser consultados no Anexo I, 17. sobre a providência dos rendimentos dos indivíduos residentes na freguesia de Campanhã, 2010-2011.

3.2.4. Educação de Adultos

As qualificações escolares são decisivas para futuras oportunidades laborais e respetiva integração no mercado de trabalho.

Com base nos dados do Censos 2011²² constatamos que, no concelho do Porto em 1287282 residentes, 85215 indivíduos não têm nenhum nível de escolaridade, 371103 indivíduos possuem o 1º ciclo no ensino básico, seguidos de 206426 indivíduos que concluíram o 3º ciclo do ensino básico e, por último, seguidos de 134683 indivíduos que perfizeram o 2º ciclo do ensino básico (INE, 2016).

Na freguesia de Campanhã verificamos que numa população residente de 32659 habitantes, 2340 não têm nenhum nível de escolaridade, 12054 concluíram o 1º ciclo do ensino básico, 5613 terminaram o 3º ciclo do ensino básico e, por último, 3644 atingiram o 2º ciclo do ensino básico. Apenas 4407 indivíduos residentes na freguesia de Campanhã concluíram o secundário e 3809 terminaram o ensino superior.²²

Os valores apresentados podem estar diretamente associados à cultura intergeracional existente em contexto familiar, em que a informação face à escola transmitida aos filhos, sobre o meio escolar, é desvalorizada, provocando comumente situações de absentismo e insucesso escolares.

Torna-se, deste modo, imprescindível um trabalho de mediação e relação entre família-escola-comunidade.

3.2.5. Condições de Habitação

A questão habitacional é considerada como um dos principais fatores que desencadeiam a reprodução da pobreza e da exclusão social.

A cidade do Porto conta com 48 bairros sociais, 14 dos quais localizados na freguesia de Campanhã nomeadamente: Bairro S. João de Deus, Bairro de Contumil, Bairro do Cerco do Porto, Bairro do Cerco – Novo, Bairro do Falcão, Bairro do Lagarteiro, Bairro do Engenheiro Machado Vaz, Bairro Pio XII, Bairro São Roque da Lameira, São Vicente de Paulo, Bairro do Monte da Bela,

²² Os dados referidos podem ser consultados no Anexo I, 18.no quadro sobre a o sexo, grupo etário e nível de escolaridade da população residente no concelho do Porto e na freguesia de Campanhã, 2011.

Agrupamento Habitacional do Falcão, Agrupamento Habitacional das Antas, Agrupamento Habitacional do Ilhéu (Domussocial, EEM, 2010-2011).

Um indicador que confirma a dificuldade das famílias em aceder a uma habitação digna e adequada é a existência de alojamentos sobrelotados que caracterizam Campanhã, como nos é indicado pelo Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Campanhã. Desta forma, a conservação e reabilitação dos edifícios é fundamental.

Contudo, segundo dados do INE verificamos que em 2012, no concelho do Porto, num total de 721 edifícios de habitação social, apenas 59 sofreram obras de conservação no último ano. O mesmo acontece com os fogos de habitação social do mesmo concelho, que com um total de 14086 fogos dos quais 13613 são arrendados, apenas 957 sofreram obras de reabilitação no último ano.²³ Perante este cenário e como se torna evidente, também a freguesia de Campanhã apresenta este tipo de necessidades com edifícios construídos antes dos anos 60.

Importa acrescentar que, no que concerne à idade dos indivíduos, segundo dados disponíveis no, Domussocial, EEM., entre 2010 e 2011 27% da população tem entre 45 e 64 anos, 26% entre 25 a 44 anos, 22% entre 15 a 24, 13% com idade inferior a 15 anos e 12% com idade superior a 65 anos.²⁴

Nestes bairros sociais, descritos como contextos sociais frágeis, vulneráveis, sem acompanhamento social/familiar, onde o acesso à informação é inexistente, verificamos o fenómeno da maternidade na adolescência. O concelho do Porto teve, entre 2012 e 2014 uma quantidade de nados vivos de mães adolescentes correspondendo em 2012 a 19,8% e a 12,3% em 2014, ultrapassando a AMP com uma taxa de fecundidade de 11,1% em 2012 e 7,1% em 2014.²⁵

Este fenómeno contribui claramente para o aumento das famílias alargadas, caracterizadas pela coabitação intergeracional e provocando consequências como: a superlotação habitacional, desconforto devido à

²³ Estes dados podem ser consultados no Anexo I, 19.no quadro sobre a Habitação Social por município da AMP, 2012

²⁴ Estes dados podem ser consultados no Anexo I, 20.no gráfico da distribuição dos residentes por escalão etário da freguesia de Campanhã, concelho do Porto, 2010-2011 (%)

²⁵ Estes dados podem ser consultados no Anexo I, 21.no quadro taxa de fecundidade por grupo etário (15-19 anos) (2012-2014).

diminuição do espaço, aumento do valor das despesas fixas mensais e consequente degradação acelerada das habitações e conflitos familiares.

Segundo Sousa (2005) e Sousa et al. (2007) estas famílias são designadas como multiproblemáticas pobres. São famílias caracterizadas por vários problemas a vários níveis que afetam igualmente vários elementos do agregado familiar.

As sucessivas situações de realojamento, para além da existência de ilhas, fizeram de Campanhã a zona com mais “Bairros Sociais”, acarretando cada vez mais consequências negativas ao nível do desemprego, consumos aditivos, estigmatização, desvalorização simbólica (perda de identidade positiva e autoestima).

Segundo o Gabinete de Ação Social, a freguesia de Campanhã não dispõe de nenhuma instituição vocacionada para dar resposta a este tipo de solicitações.

3.2.6. Saúde

No que concerne à saúde, no concelho do Porto, verificamos que ainda é necessário colmatar algumas lacunas.

Em relação ao número de utentes sem médico de família nos centros de saúde, no Porto, verificamos que existe um aumento entre 2006 e 2012, havendo um aumento de 9% para 12%. No ano de 2012, na cidade do Porto, existiam 38.085 utentes inscritos, mas sem atribuição de médico de família.²⁶

No que diz respeito às doenças, as do aparelho circulatório são as responsáveis pela mortalidade, apresentando uma oscilação entre 26-28%, entre 2006 e 2010, em que o Grande Porto registou um valor de 27% e o Continente um valor mais elevado, da ordem dos 32%.²⁷

Em 2010, no Continente e no Grande Porto, as doenças do aparelho respiratório representaram 12% correspondendo a 2916 mortes e o que nos

²⁶ Estes dados podem ser consultados no Anexo I,22.no gráfico sobre os utentes que não têm médico de família no concelho do Porto, 2006-2012.

²⁷ Estes dados podem ser consultados no Anexo I,23.no gráfico sobre os óbitos por doenças do aparelho circulatório no concelho do Porto, 2006 – 2010.

leva a constatar um acréscimo face ao valor de 10%, em 2008 e ao valor de 11% em 2010.²⁸

Nos últimos anos, assistimos ao crescimento do número de mortes provenientes de tumores entre o ano de 2006 e 2010. Sendo que em 2010 situava-se nos 26%. No Grande Porto o valor analisado foi ligeiramente superior (27%), enquanto no Continente foi de apenas 24%.²⁹

O SIDA constitui uma doença que apresenta uma trajetória de evolução estável e com tendência para o decréscimo. Entre 2006 e 2011, no Porto, apresentou uma variação negativa de cerca 52%.

Em 2010, o número de casos notificados de SIDA foram 90 enquanto em 2006 tinham sido 184. Esta evolução favorável, entre 2006 e 2010, também se verificou no País, com menos 25% dos casos.³⁰

No concelho do Porto e a par do Continente, a tuberculose constitui uma das doenças infecciosas com tendência para diminuir nos últimos anos.

Em 2010, o Porto registou 104 casos de tuberculose, menos 90 casos que em 2006. Contudo, a taxa de notificação de casos de tuberculose por 1000 habitantes (hab) registou um valor superior no Porto face ao país.³¹

3.2.7. Segurança

No questões relativas à segurança, importa ressaltar que as vítimas de crime sofrem muitas vezes de exclusão social, sendo fulcral compreender a tendência evolutiva dos diversos tipos de crime existentes e que afetam para além do comportamento individual e coletivo, a atividade económica local.

Entre 2013 e 2014, relativamente ao número de participações por crime, verificamos que o distrito do Porto teve um decréscimo de -4,6% a par dos outros distritos que apresentam também valores de decréscimo (SSI, 2014).³²

²⁸ Estes dados podem ser consultados no Anexo I, 24.no gráfico sobre os óbitos por doenças do aparelho respiratório, no concelho do Porto, 2006 -2010.

²⁹ Estes dados podem ser consultados no Anexo I, 25.no gráfico sobre óbitos devidos a tumores, no concelho do Porto,2006 – 2010.

³⁰ Estes dados podem ser consultados no Anexo I, 26.no gráfico sobre a taxa de variação dos casos notificados de VIH/Sida, 2006 – 2010.

³¹ Estes dados podem ser consultados no Anexo I, 27.no gráfico sobre a Taxa de variação dos casos notificados de Tuberculose, 2006 – 2010.

³² Estes dados podem ser consultados no Anexo I, 28.no quadro sobre a distribuição geográfica das participações, por distrito, em 2014.

O Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Campanhã tem também percecionado um aumento destas situações, uma vez que o acréscimo do fenómeno da toxicodependência e do consumo abusivo de álcool agravam a o bem-estar físico e psicológico do indivíduo.

Ainda no concelho do Porto, segundo dados recolhidos através da PORDATA (2016), considerando os crimes como violência doméstica contra cônjuge ou análogos, furto em veículo motorizado, furto em residência e furto em edifício comercial ou industrial, verificamos também uma descida progressiva do número de crimes registados, sendo que em 2011 havia um total de 15987 crimes registados e em 2014 um total de 15212 crimes registados.^{33 34}

Na freguesia de Campanhã, em questões de segurança, a zona do Bairro do Cerco é considerada a mais insegura. Esta conclusão provém da informação recolhida através do Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Campanhã, pelo atendimento realizado às famílias residentes neste bairro; das visitas domiciliárias; da articulação interinstitucional; dos estágios curriculares no terreno e da intervenção/estudo realizada no âmbito do Contrato Local de Segurança do Cerco.

De forma sucinta, com base na análise multidimensional realizada a Campanhã, esta é uma freguesia onde se tem verificado um aumento das famílias unipessoais e monoparentais, uma baixa taxa de atividade económica e uma elevada taxa de desemprego.

A par disso, na freguesia de Campanhã, constatamos que a maior parte dos rendimentos da população são provenientes das prestações sociais, nomeadamente do RSI, perpetuando-se uma relação com a baixa escolaridade e o desemprego.

Para impedir o agravamento destas situações importa aplicar ações de caráter interventivo e sociocomunitário baseadas em serviços de proximidade, direcionadas a grupos mais vulneráveis através de dinâmicas de estudo, com o intuito de promover comportamentos de vida saudável.

³³ Estes dados podem ser consultados no Anexo I, 29.no quadro de crimes registados pelas polícias: total e por algumas categorias de crime no concelho do Porto, em 2016.

³⁴ Estes dados podem ser consultados no Anexo I, 30.no quadro Crimes registados pelas polícias: total e por algumas categorias de crime no concelho do Porto, em 2016.

CAPÍTULO IV. AS METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO UTILIZADAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

4.1. Metodologia qualitativa

Num trabalho de investigação é pertinente que se realize a descrição das metodologias, métodos e técnicas utilizadas. Neste sentido, este capítulo serve para explicar e fundamentar as opções metodológicas escolhidas e todo o caminho percorrido no sentido de se alcançarem os objetivos pretendidos.

A metodologia aplicada, no estudo em presença, é centrada nas histórias de vida dos entrevistados da freguesia de Campanhã. O estudo realizado é de natureza qualitativa e pretende analisar o impacto dos RSI nas trajetórias de vida dos seus beneficiários.

Metodologia pode ser definida como um *“corpo orientador da pesquisa que, obedecendo a um sistema de normas, torna possíveis a seleção e articulação de técnicas, no intuito de se poder desenvolver o processo de verificação empírica”* (Pardal & Correia, 1995:10) e tem como objetivo a descrição e compreensão da complexidade do comportamento humano através da explicação de todo o processo construído, desde as interpretações atribuídas ao social, pelos próprios atores sociais até à produção de conceitos que traduzam essa realidade (Bodgan & Biklen, 1994:69-70).

O recurso à metodologia qualitativa, segundo os mesmos autores, permite ao investigador realizar uma construção e compreensão mais profundas do que pretende estudar através de uma partilha de experiências e saberes conjuntos entre investigador e sujeito (Bodgan & Biklen, 1994:47).

Na investigação de carácter qualitativo, os dados obtidos *“(...) são ricos em fenómenos descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas”* (Bodgan & Biklen, 1994:16), e permitem estudar a complexidade dos fenómenos em contexto natural e real, ao estabelecer uma aproximação dos aspetos principais.

4.2. O estudo de caso

Ainda no seguimento da metodologia qualitativa, autores como Yin (2005) e Stake (1999), o estudo de caso é uma estratégia de investigação.

De entre as perceções existentes de alguns autores sobre estudo de caso, destacamos as seguintes: “*O Estudo de Caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno no seu ambiente natural, quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são bem definidas (...) em que múltiplas fontes de evidência são usadas*” (Yin, 1994).

Ou seja, através do estudo das particularidades de uma situação única, o método de estudo de caso possibilita aprofundar, com base nisso, um fenómeno de interesse global.

Neste sentido, Ponte (2006) ainda acrescenta que:

Um Estudo de Caso pode com vantagem apoiar-se numa orientação teórica bem definida; além disso, pode seguir uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes ou uma perspectiva pragmática, tendo em vista proporcionar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente do objeto de estudo. (Ponte, 2006:1).

Assim sendo, o estudo de caso contribui para a compreensão, através da descrição dos fenómenos, de um conhecimento mais aprofundado do objeto estudado.

Posto isto, Yin (1993) e Meirinhos & Osório (2010) classificam os estudos de caso em cinco tipos diferentes. Para além de serem únicos ou múltiplos, os estudos de caso também podem ser classificados como **exploratórios**, **descritivos** ou **explanatórios**.

Os estudos exploratórios consistem em esclarecer numa fase inicial as hipóteses de pesquisa, sendo estas orientadoras para a realização de estudos posteriores.

Por sua vez, os estudos descritivos, tal como o próprio nome indica, referem-se à descrição completa de um acontecimento numa determinada circunstância.

Os estudos explanatórios com base na informação reunida a partir da teoria visam estabelecer uma relação de causa-efeito.

De acordo com os autores anteriormente mencionados vamos percebendo que há uma sobreposição na utilização dos estudos de caso. No

trabalho em presença através do estudo de caso procuramos perceber o funcionamento e o impacto da medida de RSI com base na análise das trajetórias de vida dos seus beneficiários e das várias relações que lhes são implícitas.

4.3. Histórias de vida

As histórias de vida, segundo Vieira (1999; 2003) e Souza (2004) não são mero passado. São processos históricos, na interpretação total da palavra.

É assim que a vida individual e social não pode ser considerada um dado, mas sim uma construção em auto-reorganização permanente. (Vieira, 1999, 2003; Souza, 2004, citados por Vieira, 2007:9).

Quando o objetivo é estudar a experiência ou perspectiva de um indivíduo ou de vários indivíduos, nada melhor que obtermos essas informações pessoais a partir da (s) própria (s) pessoa (s).

Como refere Brandão (2007) a história de vida permite “ (...) captar o que escapa às estatísticas (...) tornando acessível o particular, o marginal, as ruturas, os interstícios e os equívocos, elementos fundamentais da realidade social, que explicam por que é que não existe apenas reprodução, e reconhecendo, ao mesmo tempo, valor sociológico no saber individual” (Brandão, 2007:10).

As histórias de vida como **metodologia** pretendem estimular mudanças na vida das pessoas. Na opinião de Josso (2002) este tipo de metodologia permite às pessoas, sendo os sujeitos da sua própria história, produzirem conhecimento com sentido para elas.

Souza (2004) reforça esta noção indicando que perante a diversidade cultural da pessoa, é pertinente utilizar as histórias de vida enquanto metodologia no sentido de pensar a transformação das pessoas e, portanto, as suas metamorfoses e reconstruções identitárias (Souza, 2004, citado por Vieira, 2007:8).

As histórias de vida permitem a compreensão da vida dos indivíduos com base nas suas biografias sendo, deste modo, um método de investigação capaz para a perceção das reproduções e respetiva construção de mudança social (Vieira, 2007:9).

Colás acrescenta que a informação recolhida deve ser sempre contextualizada numa dimensão sociocultural (Cólás, 1998:264).

Como refere O'Neil (2003): *“Aqui, os sujeitos humanos têm uma voz ativa na esfera social; a análise social-científica pode descortinar (em vez de ocultar ou abafar) o papel estratégico do indivíduo e das suas disposições pessoais”* (O' Neill, 2003:238).

4.4. A entrevista

Considerando os objetivos estabelecidos, salientamos a necessidade de recorrer à utilização da metodologia qualitativa baseada nas histórias de vida, recolhendo dados e utilizando a análise de conteúdo baseada na aplicação de entrevistas, sendo estas últimas o suporte empírico dos instrumentos de apresentação de resultados.

Segundo Quivy & Campenhoudt (1998) a criação de uma relação entre o investigador e o interlocutor, para a realização da entrevista, é fundamental e traduz-se numa:

(...) verdadeira troca durante a qual o interlocutor (...) exprime as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que (...), o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e profundidade.
(Quivy & Campenhoudt, 1998:192).

As histórias de vida são, sobretudo, entrevistas exaustivas com o público informante em estudo e visam obter uma narrativa dos seus percursos de vida.

Para Aires (2011) *“a entrevista é uma das técnicas mais comuns e importantes no estudo e compreensão do ser humano”* (Aires, 2011:27).

Segundo o mesmo autor, as entrevistas podem ser utilizadas para diversos fins, sendo a mais comum a entrevista individual falada. No entanto, existem outras formas como as entrevistas de grupo ou para fins comercial, algumas são de curta duração, outras podem demorar horas ou dias, como é o exemplo da realização da entrevista nas histórias de vida (Aires, 2011:28).

No que concerne à tipologia das entrevistas Aires (2011) refere que as entrevistas podem ser estruturadas ou não-estruturadas. As entrevistas estruturadas são realizadas entre o entrevistador e o entrevistado, com base

num conjunto de questões pré-definidas que implica, por sua vez, um conjunto limitado de respostas.

Por outro lado, nas entrevistas não-estruturadas, de acordo com o mesmo autor, apesar de não haver uma ausência de orientação, as questões não são definidas e por esse motivo, surgem no decorrer da interação entre entrevistador e entrevistado.

Segundo outros autores, as entrevistas também podem ser semi-diretivas ou semiestruturadas. Estas entrevistas são constituídas por um determinado número de questões pré-elaboradas e permite ao entrevistador, consoante a informação proferida pelo entrevistado, explorar determinadas áreas e interesses através da aplicação de outras questões (Ghiglione & Matalon, 2001:64; Pardal & Lopes, 2011:86). Sendo estas as utilizadas para o estudo em presença, como técnica de recolha de dados. Para além disso, as entrevistas também foram utilizadas em profundidade na recolha da informação, permitindo perceber informações sobre comportamentos passados, presentes ou futuros, cuja influência é patente nas práticas individuais do entrevistado. Para além de obter informação sobre a forma como o entrevistado pensa, pretendemos saber como ele atua em relação a um determinado assunto ou situação (Aires, 2011:29).

4.5. Percurso metodológico

Em qualquer trabalho de carácter científico, a utilização dos instrumentos de investigação deverá possibilitar uma fiabilidade rigorosa face aos dados recolhidos.

Neste sentido e para uma melhor compreensão da realidade que estudada, é essencial delimitar uma estratégia metodológica para atingir os objetivos pretendidos e também, de forma a irmos ao encontro das respostas para a pergunta de partida: *Qual o impacto do RSI nas trajetórias de vida dos seus beneficiários?*

Passemos a apresentar de seguida, de uma forma generalizada, o percurso metodológico realizado na execução do trabalho de investigação em presença.

O trabalho empírico deste estudo foi realizado entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016.

O interesse peculiar pelo estudo de Campanhã deve-se ao facto de ser uma das freguesias do concelho do Porto, onde se verificam mais beneficiários de RSI residentes, para além do elevado número de bairros existentes.

Numa fase inicial efetuamos uma abordagem à comunidade através do Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Campanhã. A colaboração do informante privilegiado - Técnico Superior de Serviço Social deste gabinete – inicialmente, com a sua participação na entrevista (no sentido de retratar informações relevantes sobre a realidade a ser estudada), posteriormente, com a sua presença no terreno foi, sem dúvida, um elemento essencial para a introdução e continuidade deste estudo.

A proximidade já previamente estabelecida com o informante privilegiado permitiu a realização de seis entrevistas a beneficiários de RSI.

Posteriormente, após vários contactos no terreno, optamos por realizar uma aproximação, em contexto de bairro, “face-a-face” com os beneficiários, de modo a convidá-los a participarem no estudo em causa. Com esta estratégia foi possível persuadir apenas uma pessoa, sendo que as seis anteriores terão sido por intermédio da primeira entrevistada.

Depois de efetuados vários contactos com IPSS's pertencentes à freguesia de Campanhã e com protocolos de RSI, a *Associação Mutualista Benéfica e Previdente*, após ter ficado a conhecer o estudo a realizar, concordou em colaborar, fazendo o encaminhamento para entrevista de mais famílias beneficiárias de RSI.

De um modo geral, verificamos por parte dos entrevistados uma abertura e colaboração enormes, principalmente em assuntos íntimos, delicados e de partilha difícil.

Para estabelecermos uma relação de confiança com o entrevistado, como refere o informante privilegiado, em primeiro lugar, é fulcral “ (...) *criar uma relação de afeto e de proximidade que a seguir a senhora abre-te o frigorífico*” (J.A.P., 2015) e, neste aspeto, o nosso objetivo foi, sem dúvida, atingido. Uma vez que todos os entrevistados disponibilizaram grande parte do seu tempo para “abrir os seus corações” e partilharem algumas das mais “sagradas” experiências pessoais.

Assim, após a realização de algumas entrevistas fomos verificando uma regularidade de informação obtida, pelo que concluímos que a “amostra” estaria esgotada.

Para este estudo representativo, com recurso à metodologia qualitativa, foram realizadas entrevistas semi-diretivas ou semiestruturadas em profundidade, através de um guião de entrevista³⁵, previamente construído, agrupado em 11 categorias diversas, para ser aplicado aos beneficiários de RSI.

Importa realçar a ideia de que, neste estudo representativo, as 12 entrevistas semiestruturadas foram realizadas a titulares da medida, identificados pelas entidades parceiras tratando-se pois de um universo cooperante (colaboração por iniciativa dos próprios sujeitos).

Importa mencionar que a realização da entrevista ao informante privilegiado decorreu em 11/12/2015 e as entrevistas aos beneficiários entre 19/01/2016 e 13/02/2016.

No que respeita ao local de realização das entrevistas, o informante privilegiado foi entrevistado na Junta de Freguesia de Campanhã³⁶ e os beneficiários de RSI nas suas residências por decisão e preferência dos mesmos - (a maioria em habitações sociais) e, desta forma, sendo uma mais-valia para os entrevistados, uma vez que estamos a falar das suas próprias “zonas de conforto”.

Importa também salientar que, ao longo de todo este processo estivemos conscientes das dificuldades com que nos podíamos deparar. Tanto por parte das entidades parceiras, como em relação à disponibilidade dos beneficiários para na participação nas entrevistas. Contudo, conseguimos superar da melhor forma os obstáculos que ao longo deste percurso foram surgindo.

À medida que foi possível termos contacto com os beneficiários, as entrevistas foram sendo realizadas, salientando sempre a importância da confidencialidade e anonimato dos beneficiários entrevistados durante as mesmas, com recurso à gravação áudio e segundo a autorização dos mesmos.

³⁵ O guião de entrevista aplicado aos beneficiários de RSI pode ser consultado no Anexo III,1.

³⁶ A entrevista realizada ao informante privilegiado bem como o respectivo guião de entrevista, transcrição e respectiva análise de conteúdo da mesma podem ser consultados no Anexo II, 1.2.3. deste trabalho.

Para além da demonstração de alguma desconfiança inicial sobre a finalidade dos seus testemunhos, a adesão e simplicidade com que as pessoas colaboraram neste estudo, foi notória.

De maneira a esmiuçarmos a informação de cada entrevista, efetuamos a transcrição integral de cada uma (Anexo VI) e com o intuito de preservarmos as informações facultadas, procedemos à codificação das mesmas ao longo do trabalho, com a atribuição de nomes fictícios e à sua divisão por categorias e subcategorias. Procedemos, portanto, à análise de conteúdo de cada entrevista, debruçando-nos sobre as formas e sequência do discurso e a análise da expressividade, sobre o discurso criado como sendo um processo dinâmico e revelador (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Posteriormente a isto, foi elaborada uma grelha de análise de cada uma das entrevistas³⁷ e, por fim, construímos uma grelha com o conjunto das 12 entrevistas para melhor identificarmos informações em comum³³.

A análise de conteúdo é, atualmente, uma das técnicas mais utilizadas por parte das ciências sociais e humanas na investigação empírica (Vala, 1986:101), principalmente no que respeita à análise de dados qualitativos.

Bardin (1995) refere que a análise de conteúdo, com base na informação escrita, consiste em *“reduzir as muitas palavras de um texto a um conjunto de categorias de conteúdo”* (Bardin, 1995 citado por Lima, 2013:7). Assim, a análise de conteúdo baseia-se na construção de categorias de forma a facilitar a análise da informação recolhida.

No trabalho em presença, com base na análise de conteúdo, procedemos à identificação de categorias à priori ou seja, categorias sobre os fenómenos em estudo e previstos à partida e, de categorias à posteriori que dizem respeito a temas que surgiram no decorrer da entrevista. Desta forma conseguimos obter uma informação mais completa.

Durante este percurso foram igualmente acionadas metodologias complementares que permitiram comparar informações, nomeadamente a análise documental através dos relatórios facultados pela Junta de Freguesia

³⁷ Estes dados podem ser consultados no Anexo III, 3 e 4.

de Campanhã, a legislação em vigor no que concerne à Segurança Social, nomeadamente o Guia Prático do Rendimento Social de Inserção (2016)³⁸.

Depois de obtermos os resultados, por intermédio destas etapas, das entrevistas realizadas, estabelecemos a relação entre a informação recolhida e os conceitos teóricos problematizados, para assim chegarmos às conclusões finais e, apresentarmos uma proposta ao nível da intervenção comunitária.

Contudo, face ao enquadramento empírico deste estudo, importa compreender, durante o período em que auferem desta prestação, se os beneficiários de RSI reconhecem, nesta medida, práticas facilitadoras de mudança e evolução nas trajetórias das suas vidas. Para tal e com base na informação obtida através das entrevistas pretendemos perceber o impacto do RSI nas trajetórias de vida dos seus beneficiários.

³⁸ O Guia Prático do Rendimento Social de Inserção pode ser consultado em: www.seg-social.pt/documents/10152/15010/rendimento_social_insercao

CAPÍTULO V. O IMPACTO DO RSI NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS SEUS BENEFICIÁRIOS: ANÁLISE, DISCUSSÃO E DEVOLUÇÃO DE DADOS.

Começamos por explicar a noção de trajetória social que, segundo Claude Dubar (1998), é possível dividir em trajetória objetiva e trajetória subjetiva. De acordo com o autor, enquanto a trajetória objetiva corresponde a “posições sociais ocupadas durante a vida”, por sua vez, a trajetória subjetiva diz respeito a “relatos biográficos” de “mundos sociais” e “formas identitárias” heterogêneas.

Por outro lado, Born (2001) oferece-nos uma noção mais simplista dizendo que a trajetória de vida é *“um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa. (...) Determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida”* (Born, 2001:243). A autora acrescenta que, para além do que foi referido, também as normas incutidas pelas instituições reguladoras como a escola ou o mercado de trabalho, também podem ter uma forte influência nas trajetórias de vida das pessoas.

Neste sentido, devemos destacar o trabalho realizado por Pierre Bourdieu que salienta que a cultura influencia e reflete as condições de vida dos indivíduos (Bourdieu, citado por Costa, 2015:77). Deste modo, Pierre Bourdieu reforça que, para compreendermos as trajetórias de vida dos beneficiários, precisamos identificar valores, diferentes características - “habitus”, experiências e perspetivas sociais intrinsecamente ligadas ao grupo a que estes indivíduos pertencem (Bourdieu, citado por Costa, 2015:77).

Importa fazer referência a Pierre Bourdieu neste trabalho dado que os indivíduos entrevistados possuem baixos níveis de capital social, cultural e económico.

5.1. Caracterização dos beneficiários entrevistados

Como já foi referido anteriormente, procuramos centrar este trabalho na análise do impacto do RSI nas trajetórias de vida dos seus beneficiários. As

perspetivas teóricas são importantes, contudo não são suficientes para satisfazer as nossas inquietações perante uma medida política tão debatida.

Foi este propósito que nos levou a entrevistar titulares da prestação de RSI no sentido de percebermos, de uma forma mais próxima, as suas experiências e histórias de vida.

Quadro 2 – Caracterização dos entrevistados

Entrevistados	Idade	Escolaridade	Agregado fam.	Ocupação	Duração RSI
1. Sónia	41	3ºano	Nuclear c/ 4 filhos	Desempreg.	+ de 10 anos
2. Maria	62	4ºano	Isolada	Desempreg.	Antes de 2003
3. Sérgio	52	9ºano	Isolado	Desempreg.	20 anos
4. Augusto	47	2ºano	Nuclear c/2filhos	Desempreg.	+ de 10 anos
5. Matilde	65	4ºano	Isolada	Desempreg.	Desde 1996
6. Ana	34	9ºano	Nuclear c/4filhos	Desempreg.	Há 12 anos
7. Camila	48	6ºano	Monop. c/1filho	Desempreg.	+/- 10 anos
8. Marília	50	2ºano	Alargada	Desempreg.	17 anos
9. Idalina	45	2ºano	Nuclear s/filhos	Desempreg.	+/- 10 anos
10. Andreia	51	4ºano	Monop. c/3filhos	Desempreg.	Desde 1996
11. Heloísa	42	2ºano	Nuclear c/2filhos	Desempreg.	17 anos
12. Adelina	45	9ºano	Nuclear c/2filhos	Desempreg.	Desde 1999

Fonte: Transcrição das entrevistas – **Anexo III, 2.**

Considerando as informações mencionadas no **Quadro 2** importa referir que, por questões de confidencialidade, os nomes dos entrevistados são fictícios. As entrevistas realizadas compreendem beneficiários da prestação de RSI com idades entre os 34 e os 65 anos, possuidores de baixa escolaridade sendo o mínimo o 2º ano e o máximo o 9º ano. No que concerne à estrutura familiar, entrevistamos agregados familiares isolados (3), monoparentais (2), alargados (1), nucleares com filhos (5), nucleares sem filhos (1). Os beneficiários entrevistados encontram-se desempregados e auferem da prestação do Rendimento Social de Inserção há mais de 10 anos.

Tendo conta a informação sobre o tempo e ou duração da medida aplicada aos beneficiários (há mais de 10 anos) somos levados a refletir sobre a importância deste estudo, no sentido de demonstrar que, do ponto de vista da inserção, passados 10 anos, a vida destas pessoas mantém-se “inalterável”.

Posto isto, pela observação do **Quadro 2** dos entrevistados, é possível verificarmos a heterogeneidade das pessoas identificadas, principalmente no que diz respeito às idades, à escolaridade, ao tipo de agregado familiar existente e à permanência na medida RSI há mais de 10 anos. Os entrevistados possuem também outros pontos diversificados, não referenciados no **Quadro 2**, como é o exemplo dos vários caminhos percorridos no que respeita à experiência profissional de cada um, nomeadamente em: restauração (3), construção civil (3), hotelaria (2), feiras (2), limpezas (1) e costura (1).

De facto, a heterogeneidade é um fator crucial e que deve ser considerado. Aquando da realização da entrevista ao informante privilegiado (J.A.P, 2015)³⁹, este alerta-nos para esta questão, salientando que se deve ter em conta a diversidade e as necessidades de cada indivíduo e que se deve “trabalhar todas as dimensões” de forma a ser possível autonomizá-lo.

No sentido de ir ao encontro da perspetiva do informante privilegiado, podemos referir que a exclusão é heterogénea porque envolve pessoas e situações diferentes designadas por Bruto da Costa, como exclusões.

Em relação aos fatores homogéneos, importa destacar o sexo – onde verificamos claramente um predomínio feminino -, a situação de desemprego que é assumida por todos os entrevistados, tal como as várias doenças – não referenciadas no **Quadro 2** – das quais são portadores.

Neste sentido, as doenças crónicas, de acordo com CIES/CESO I&D (1998) são pertencentes às novas categorias sociais desfavorecidas acompanhando as tendências analisadas, podemos afirmar que: “(...) *indivíduos com doenças crónicas, cuja debilidade física dificulta o exercício de uma profissão*” (CIES/CESO I&D (1998), citados por Rodrigues et al., 1999:72).

Ainda em relação à caracterização dos entrevistados importa referir que, para os titulares da prestação, a autonomização face ao Rendimento Social de Inserção passaria pela integração profissional à exceção de dois casos: de Maria que, devido ao seu estado de saúde, referiu um aumento face ao valor da prestação e de Matilde que, em breve, irá requerer a pensão de velhice.

³⁹ A transcrição da entrevista com o informante privilegiado pode ser consultado no Anexo II, 2.

Antes de receberem o RSI, estes doze entrevistados tinham como fonte de rendimentos de trabalho precários com longas cargas horárias. Aquando das entrevistas foi claramente notório a demonstração de atitudes de culpabilização e responsabilização face à situação em que se encontram e às dificuldades económicas que atravessam a par dos sentimentos de vergonha e revolta face à medida.

Também o informante privilegiado faz referência a este ponto quando menciona que: “*É o estigma. O rótulo desvalorizante que dói (...)*” e refere a existência de três tipos de grupos beneficiários da medida RSI, em primeiro lugar:

(...) os que estão a chegar à medida que estão cheios de vergonha e sentem-se constrangidos por ter de recorrer a isto (...). Depois tens o outro grupo, daqueles que ainda estão a lutar para tentar sair da medida...acreditam que vão sair (...) e depois tens os outros que já estão no RSI há dez anos ou há quinze que se acomodaram (...) e já é um modo de vida (J.A.P, 2015).

De acordo com Juan (1991) “*O modo de vida é, em larga medida, uma noção trivial que banaliza todo o pensamento, mesmo o mais rigoroso, já que não exige nenhuma clarificação*” (Juan, 1991:13, citado por Guerra, 1993:59).

Na mesma linha de pensamento, Isabel Guerra (2002b) define modos de vida como sendo “*(...) um conjunto integrado de práticas articuladas a “representações do mundo” e a “imaginários sociais”, que irá exigir um conceito aglutinador das lógicas estruturantes das práticas*” (Guerra, 2002b:68).

Neste contexto e com base nos dados apresentados no **Quadro 2**, percebemos que os modos de vida estão diretamente associados a um ciclo de privações e à cultura de pobreza anteriormente mencionados através da abordagem culturalista por Fernando Diogo ou Luís Capucha.

É possível assim constatar que a pobreza passa a ser um modo de vida cujos valores presentes nos contextos familiares e comunitários são transmitidos de geração em geração e em que os beneficiários permanecem claramente na medida mais de uma década.

5.2. Desestruturação familiar e instabilidade económica: O acentuar da pobreza

Através da análise do conteúdo das entrevistas constatamos que as problemáticas relacionadas com a estrutura familiar e situação económica atual e de origem são as que mais ocorrem no discurso dos entrevistados.

De acordo com a nossa análise empírica passamos a apresentar duas tipologias de estrutura familiar, as que ocorrem com maior regularidade nas situações estudadas.

A família estruturada é como “*um subsistema social que, em função do desenvolvimento histórico e social, da classe social e da conjuntura económica, preenche certas funções e adota uma certa estrutura*” (Boulanger, 1992 & Viana, 2000).

No que diz respeito à família desestruturada, considera-se que com as transformações ocorridas na sociedade, as interações familiares foram-se alterando e originando novos modelos familiares, nomeadamente: nuclear (tradicional), recompostas, monoparentais, homossexuais (Ferreira & Barreira, 2010:464).

Quadro 3 - Estrutura familiar e económica

Entrevistados	Família de origem	Família atual	Situação económica família de origem	Situação económica família atual
1. Sónia	Estruturada	Desestruturada	Remediada	Pobreza
2. Maria	Desestruturada	Desestruturada	Remediada	Pobreza
3. Sérgio	Desestruturada	Desestruturada	Miséria	Miséria
4. Augusto	Desestruturada	Estruturada	Remediada	Pobreza
5. Matilde	Desestruturada	Desestruturada	Pobreza	Pobreza
6. Ana	Desestruturada	Estruturada	Abundância	Pobreza
7. Camila	Desestruturada	Desestruturada	Remediada	Pobreza
8. Marília	Desestruturada	Desestruturada	Miséria	Pobreza
9. Idalina	Estruturada	Estruturada	Abundância	Pobreza
10. Andreia	Estruturada	Desestruturada	Pobreza	Miséria
11. Heloísa	Estruturada	Estruturada	Remediada	Pobreza
12. Adelina	Desestruturada	Desestruturada	Pobreza	Pobreza

Fonte: Transcrição das entrevistas – Anexo III, 2.

A situação económica é referenciada pelos beneficiários como sendo de “pobreza”, “miséria”, “abundância” e “remediada” e, enquanto alguns consideram as famílias de origem pobres, outros referem que eram remediadas ou que viviam em abundância. No entanto, em relação à situação económica

atual existe uma tendência para o agravamento, uma vez que os entrevistados vivem todos ou em situação de pobreza ou de miséria. Esta última designação também podemos considerar como sendo de pobreza absoluta.

Esta análise para além de nos levar a refletir sobre a reprodução da pobreza através deste ciclo vicioso, leva-nos também a repensar sobre o funcionamento do RSI enquanto medida política de combate ou de atenuação da pobreza.

Assim, como podemos observar no **Quadro 3**, a maioria dos entrevistados provém de famílias desestruturadas (9). Atualmente, pelo menos seis das pessoas entrevistadas mantêm essa tendência justificada pelos motivos apresentados pelos mesmos entrevistados de não entendimento matrimonial ou em situação de união de facto.

Contudo, não é apenas esta tendência que se mantém ao observarmos atentamente o **Quadro 3**. Também em relação à situação dos agregados familiares é claramente evidente a reprodução da pobreza se compararmos a situação económica da família de origem dos nossos entrevistados com a atual situação económica dos mesmos.

No que concerne a esta questão e atendendo à informação recolhida, podemos observar no **Quadro 3** que a maior parte dos entrevistados provém de famílias remediadas (5), seguidos das famílias em situação de pobreza (3). Encontramos, em minoria, famílias de origem que viviam em abundância, sem qualquer tipo de dificuldade económica (2) mas, contrariamente a estas, também constatamos a existência de famílias em situação de miséria (2).

Ao contrário do que era expectável - uma vez que estão integrados no Rendimento Social de Inserção - dez dos entrevistados encontram-se, atualmente, em situação de pobreza, existindo dois casos – Andreia e Sérgio – que afirmam estar em situação de miséria. Aquando da realização da entrevista, era claramente visível a situação de privação alimentar de Andreia e, pelo que foi possível constatar, esta seria mais uma das inúmeras vezes em que ouvia os filhos a dizer: *“Oh mãe, tenho fome”* e em que esta, *dolorosamente*, lhes respondia: *“e agora o que queres que eu faça? Eu não posso ir roubar para vos dar de comer”*. Apesar do sentimento explícito de desespero, a entrevistada acrescenta que: *“(...) o teto cobre muita coisa. Mas não sou pessoa de dizer às pessoas que passo mal, tenho vergonha, ninguém*

sabe (...). Quem tem vergonha passa mal e eu sou dessas pessoas. Eu tenho vergonha e passo mal” (Entrevista 11, Anexo III, 2.).

Também Sérgio descreve com sentimento de revolta e com duras palavras, a sua situação económica atual: “Eu não me considero pobre, eu considero-me miserável” (Entrevista 3, Anexo III, 2.).

Em relação aos restantes dez beneficiários entrevistados, estes retratam a sua situação económica atual – de pobreza - utilizando expressões como as explicitadas no quadro seguinte:

Quadro 4 – Situação económica dos entrevistados

Entrevista 1	“A minha maior dificuldade, neste momento, é dar de comer aos meus filhos”.
Entrevista 2	“Fatura não tenho”.
Entrevista 6	“Extrema pobreza, não. Não. Mas considero-me uma pessoa pobre. Se eu não recebesse um mês estava desgraçada. Se isso é ser pobre, sou pobre”.
Entrevista 7	“Eu estou sempre a pensar o que eu posso fazer. (...) Para ter comida na minha casa”.
Entrevista 8	“Os meus maiores medos ou receios é não ter nada...é nunca ter para comer (...)”.
Entrevista 9	“(…) A gente vivia uma vida como se diz à grande e à francesa, agora já não... estamos todos na crise e é complicado”.
Entrevista 10	“A gente quer fazer para dar de comer aos filhos e às vezes não temos. (...) Estou sempre com a vontade de querer fazer o melhor e a gente (...) querer fazer e não ter, dói muito”.
Entrevista 12	“Mas como sempre fui pobre. Ser pobre, para mim, é normal. (...) queria arranjar os dentes, não posso. Vejo mal. Tenho uns óculos que são emprestados de uma amiga. Isso é ser pobre (...)”.

Fonte: Transcrição das entrevistas – **Anexo III, 2.**

De um modo geral e como pode ser observado no **Quadro 4**, os beneficiários consideram-se pobres e apresentam vários motivos para justificar esta situação, nomeadamente: a idade, a crise económica e, o mais mencionado, a falta de trabalho (formal ou informal).

Neste ponto destacamos como principais fatores a culpa e a vergonha associados à situação de pobreza, ao mesmo tempo que os entrevistados justificam esta situação com outros fatores extrínsecos.

Com base nos dados recolhidos junto dos beneficiários, verificamos que estamos perante situações que, cumulativamente, vão contribuindo para uma reprodução social da pobreza. No entanto, sendo o RSI uma política social cujo

objetivo consiste em atenuar a pobreza e, de igual modo, promover uma progressiva inserção social e profissional, não é perceptível como situações como estas ainda aconteçam.

De facto, estes são exemplos evidentes de privação e de que também a reprodução da pobreza é evidente, especialmente associada ao Rendimento Social de Inserção, pela voz de Augusto, quando refere que a filha vai sair de casa:

Sem esta ajuda eu (...) vivia com mais dificuldades do que eu vivo agora. Só com a pensão da mulher e o abono da filha, que é trinta euros cada filha. Agora esta minha que vai sair agora (...) vai tentar meter por ela também (...). (Entrevista 4, Anexo III, 2.)

De facto, tendo os progenitores como modelos de referência, parece existir uma tendência na reprodução dos valores, princípios e, como vimos, dos próprios hábitos culturais.

Estamos, portanto, perante um ciclo de pobreza que atravessa gerações. Outro exemplo disso passa pelo testemunho de Sónia (gravidez na adolescência):

(...) Conheci o pai dos meus filhos também com os dezasseis (...).(...) fiquei logo grávida (...). “Dei-lhe preservativos (...) e tudo, apareceu-me grávida. Fui com ela à maternidade tratar dela. Ela é uma criança. Não é com dezasseis anos que acabou com um filho (...). (...) Ela já anda no tribunal dos menores, qualquer dia vai-me para um colégio, que ela já não quer ir para a escola (...). (...) No sábado, ela cortou-se toda com o x-ato (...). (Entrevista 1, Anexo III, 2.)

A filha da nossa entrevistada Sónia é mãe adolescente e a este respeito, segundo Garrett & Tidwell (1999) são vários os condicionantes de risco que influenciam as suas capacidades. Estas adolescentes fazem parte, comumente, de famílias com um elevado número de elementos do agregado familiar, com insuficiência de rendimentos e um ambiente familiar conflituoso.

De facto, a maternidade precoce acontece em todos os estratos sociais contudo, segundo Justo (2000) “(...) é mais provável encontrar uma adolescente grávida nas famílias oriundas de meios fortemente desfavorecidos (...) habitação carenciada ou do tipo social (...)” (Justo, 2000:105).

O ciclo de pobreza pode ser assim definido por Amaro, Silva, Lourenço & Silva (2001) como uma série de “acontecimentos stressantes, aleatórios e imprevisíveis”, sem uma sequência de objetivos comuns a atingir e onde, ao contrário das outras famílias com duas gerações, as famílias pobres originam

três gerações e o primeiro filho surge entre os quinze e os dezassete anos (Amaro et al., 2001:31). A informação recolhida enquadra-se assim nas perspetivas explicativas sobre o fenómeno.

A partir do momento que uma adolescente engravida, a assiduidade e frequência escolar é colocada em causa por diversos fatores, como é possível ser constatado no depoimento anteriormente citado. Assim, a desvalorização escolar é utilizada como motivo abandono escolar e demonstra que não existe um projeto de vida já definido.

5.2.1. Educação parental e insuficiência económica: Uma relação?

Por outro lado, devemos refletir sobre a educação que os entrevistados adquiriram durante a sua infância e adolescência e de que forma é que essa mesma educação influencia as suas vidas, para melhor percebermos as suas trajetórias.

Quadro 5 – Educação parental

Entrevistados	Educação de origem
1. Sónia	Autoritária
2. Maria	Permissiva
3. Sérgio	Autoritária
4. Augusto	Autoritária
5. Matilde	Autoritária
6. Ana	Negligente
7. Camila	Permissiva
8. Marília	Autoritária
9. Idalina	Permissiva
10. Andreia	Permissiva
11. Heloísa	Permissiva
12. Adelina	Autoritária

Fonte: Transcrição das entrevistas – **Anexo III, 2.**

O **Quadro 5** permite-nos percebermos que, no que respeita à educação, seis beneficiários receberam uma educação que podemos designar de autoritária, enquanto cinco obtiveram uma educação do estilo permissiva.

Posto isto, passamos a analisar os modelos parentais existentes de forma a relacionarmos com a educação praticada pelos progenitores aquando da adolescência dos entrevistados.

Segundo Baumrind (1973; 1983), citado em Martinho (2010) existem quatro estilos educativos parentais: o autoritativo, o autoritário, o permissivo e o negligente (Baumrind, 1973;1983, citado em Martinho (2010) por Oliveira (1994).

O *estilo parental autoritativo* refere-se a pais apoiantes, que conciliam o controlo com o afeto, são exigentes ao mesmo tempo que estimulam a autonomia dos filhos. Os jovens que são educados desta forma tendem a ser assertivos e competentes. Durante a realização das entrevistas não identificamos este estilo parental educativo em nenhuma das famílias.

O *estilo parental permissivo* é caracterizado por grande afetividade, baixo controlo educativo e de exigência. Neste estilo não constatamos, igualmente, práticas punitivas. Os jovens que recebem este tipo de educação tendem a não ter confiança em si mesmos e a terem sentimentos de insegurança e de falta de proteção. Este estilo parental é visível em quatro das entrevistas realizadas 2, 9, 10 e 11 (Anexo III, 2.).

O *estilo parental autoritário* corresponde aos pais que praticam uma educação muito exigente e controladora sobre os filhos, com baixos níveis de afeto e comunicação. Este estilo é constituído por princípios de obediência e violência. Os filhos regidos por este tipo de educação tendem a ser tímidos, revoltados e pouco autónomos. Este é o estilo parental mais frequentemente identificado, dado que 6 dos 12 beneficiários receberam este tipo de educação, sendo claros os sentimentos de revolta face à falta de liberdade na altura da adolescência e visíveis nas atitudes de pouca autonomia, bem patentes nestes.

O *estilo parental negligente* implica práticas poucos exigentes de pouca supervisão e elevada irresponsabilidade. Os pais correspondentes a este estilo podem ser descritos como frios, inacessíveis e indiferentes. A punição é utilizada como modo de não perturbação. Os filhos que são educados desta forma tendem a ser inseguros e desorientados. Este tipo de estilo parental é visível na entrevista de Ana (Entrevista 6, Anexo III, 2.).

É certo que existe uma relação entre a educação praticada pelos pais e a personalidade dos seus descendentes.

De realçar que em relação à educação autoritária, as seis pessoas que entrevistamos prestaram declarações dolorosas dos seus tempos de infância, retratando momentos difíceis, descrevendo, algumas delas, cenas de violência doméstica.

O entrevistado Sérgio, após ter sido entregue pelos pais ao sistema institucional e separado dos restantes irmãos pelas dificuldades económicas que atravessavam, é o exemplo de uma educação rígida obtida através da autoridade e do castigo.

Apenas uma entrevistada, Ana, refere ter recebido uma educação negligente. Ana faz uma descrição pormenorizada desses tempos e refere que na altura, não passou por qualquer tipo de privação, mas que sentiu falta de controlo e estabelecimento de regras no seu seio familiar. A entrevistada acrescenta que, se fosse nos dias de hoje, o mais provável é que tanto ela como os irmãos fossem retirados, “por ser tamanho o desleixo”.

Para melhor percebermos a influência da educação e da estrutura familiar na prática de comportamentos autodestrutivos, como a prostituição e a toxicoddependência, identificados nas entrevistas 1, 2 e 12 (Anexo III, 2.), consideramos interessante referenciar os trabalhos de Bronfenbrenner (1977). Para este autor, as relações que o indivíduo estabelece nos diversos contextos, e nos diversos níveis sistémicos em que está inserido, influenciam o seu desenvolvimento.

Esta influência depende, de acordo com o autor, da proximidade e complexidade das interações, uma vez que, os contextos mais próximos e em que o indivíduo interage de forma mais direta permitem, frequentemente, conectar com outros contextos em que o indivíduo interage de forma mais indireta.

Bronfenbrenner (1977) é conhecido pela forma como apresenta a inserção do indivíduo em diferentes níveis sistémicos, nomeadamente: microssistema, mesossistema, exossistema, macrosistema e cronossistema, que passaremos a apresentar de seguida.

O microssistema corresponde ao conjunto de contextos que influenciam de forma direta o indivíduo como são exemplo: a família, escola e amigos ou

grupo de pares. Na fase da adolescência são estes os sistemas que mais colaboram para o desenvolvimento adequado ou desadequado do jovem.

O mesossistema é um sistema que não se caracteriza de forma isolada, mas sim pelas inter-relações nos contextos do microsistema.

Assim, apesar de todos entrevistados integrarem estes dois níveis sistêmicos, importa salientar que em relação às Entrevistas 1 e 2 as inter-relações estabelecidas com os grupos de pares na adolescência tiveram uma relevante influência para o início e desenvolvimento de comportamentos autodestrutivos como a prostituição e consumo de estupefacientes.

O exossistema é constituído pela não participação direta do indivíduo nos contextos, mas que influenciam de forma direta o seu desenvolvimento e respetivas relações, como é o caso da situação de desemprego em que se encontram todos os indivíduos entrevistados.

O macrossistema é formado pelas crenças, cultura e ideologias sendo o mais abrangente de todos os contextos e a sua influência no indivíduo, apesar de indireta, está fortemente conotada em aspetos como interesses, hábitos ou estilos de vida. Neste nível sistémico, pela transmissão de valores entre gerações, é possível identificarmos a perspetiva culturalista da pobreza defendida anteriormente por Fernando Diogo e também visível na Entrevista 4, de Augusto, quando este refere que uma das filhas vai sair de casa e requerer o RSI, demonstrando que poderemos estar perante uma tendência.

O cronossistema abrange a dimensão temporal do desenvolvimento do indivíduo, sendo transversal a todos os contextos em que este se encontra inserido de forma a facilitar a perceção das suas trajetórias (Bronfenbrenner, 1977; 1986), como é o exemplo da permanência dos beneficiários entrevistados na medida há mais de dez anos.

Ao longo dos anos fomos assistindo a mudanças relativamente aos padrões familiares. Contudo, verificamos que os modelos de educação baseados no autoritarismo tiveram repercussões nas trajetórias de vida de pelo menos seis dos nossos entrevistados. Na altura da adolescência deles, a liberdade era colocada em causa, a figura do pai era mais temida que respeitada, devia-se obediência e veneração, este era visto também como “chefe de família” e as “palmadas” e “surras” faziam parte da prática educativa como forma educativa (Lima, 2009:112).

Estas situações são evidentes em três das entrevistadas, como podemos constatar no **Quadro 6**:

Quadro 6 – Prática de educação parental autoritária

Entrevista 1	“(...) Os meus também pais eram muito duros, os meus pais não me deixavam sair para lado nenhum.(...) Eu não podia ter amigas, eu não podia falar com ninguém(...). O meu pai proibiu-me completamente de ver o meu filho por ter fugido. (...) ela batia-me sem nexos nenhum (...)”.
Entrevista 2	“(...) O meu pai esteve com uma amante. Eu nesse tempo andava na droga. (...) Os meus pais tiraram-me as minhas duas filhas. Uma era bebe (...) Foram dizer que eu era toxicod dependente (...) Tiraram-me as minhas duas filhas (...)”.
Entrevista 12	“O meu pai era daqueles que tínhamos hora para entrar em casa. Mesmo o meu irmão com quarenta anos tinha hora para entrar em casa. (...)”.

Fonte: Transcrição das entrevistas – **Anexo III, 2.**

Para além da educação rígida da altura verificamos uma tendência para uma influência notória do grupo de pares sobre estas entrevistadas.

De facto, quando as famílias são descritas por alta intolerância, principalmente aos momentos que os seus filhos atravessam, juntamente com um predomínio de relações intrafamiliares conflituosas, é mais facilmente visível a capacidade e dificuldades em lidar com as circunstâncias.

5.2.2. A prostituição e a toxicod dependência como fontes de rendimento

No seguimento desta linha de pensamento, quando estamos perante a ausência de retaguarda familiar, existe uma maior probabilidade de isolamento e de rutura de relações, sendo também designados de fatores de risco.

De acordo com Cowan et al. (1996) os fatores de risco “(...) relacionam-se com eventos negativos de vida e, quando presentes, aumentam a probabilidade da pessoa apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais” (Cowan et al., 1996, citador por Poletto & Koller, 2008).

Quando assistimos a situações de desestruturação familiar e privação de liberdade quando posta em prática a educação autoritária, o indivíduo está mais propicio a estar em contacto com fatores de risco.

Na situação descrita por Sónia, perante um ambiente familiar instável, o grupo de pares constituiu um fator de risco, como ela própria descreve: “(...) *entretanto, um dia fugi de casa, que eu queria ir conhecer... As minhas amigas falavam de discotecas (...).depois eu perdi-me. Perdi-me. Comecei a fugir, comecei a ir com elas para a discoteca chegava a casa levava*”. (Entrevista 1, Anexo III, 2.)

Já no caso de Maria, para além do grupo de pares, o próprio desgosto do divórcio proporcionou o início de consumo de substâncias como ela mesma refere:

(...) essa amiga começou a ver que eu estava foleira da cabeça, (...) e apresentava-me amigos. Só que depois, ela ia parar à cama com eles. Eu vi que isso para mim não servia e eu estava divorciada do meu único grande desgosto, então (...) deixei de a acompanhar e meti-me na droga (...).eu já fumava ganza desde os meus vinte e cinco anos. Foi a minha primeira droga (...). (...) Meti-me a fumar cocaína (...) heroína (...). (Entrevista 2, Anexo III, 2.)

Também Adelina, por influência das irmãs seguiu o mesmo caminho, apesar de mais tarde se ter recuperado e ter sido um caso de sucesso: “*Eu tive duas irmãs que se tornaram toxicodependentes. Eu também fui toxicodependente, mas consegui recuperar. Aliás, eu entrei para ver... para lhes provar que conseguia e a coisa...reparei que não era tao fácil como eu pensava (...)*”. (Entrevista 12, Anexo III, 2.)

De seguida, passamos a apresentar citações das entrevistas realizadas a Sónia e a Maria que, no que concerne às formas de exclusão, nomeadamente aos comportamentos autodestrutivos através da prostituição, que as entrevistadas recorreram a esta prática por necessidades económicas, como elas mesmas demonstram:

E fui trabalhar com ela para uma boate e depois fui para um quarto para uma pensão. Tive nessa pensão, comecei a trabalhar, comecei a ganhar... a ter o meu dinheiro, comecei a comprar as minhas coisinhas. (...) Conheci o pai das minhas filhas, arranjamós depois uma casa, (...) continuei a trabalhar em boates, não era fácil mas olhe (...) Depois é assim eu também tinha poucos estudos, hum... prontos, depois uma pessoa acabou por se habituar aquilo (...).andei na noite, que trabalhei na rua, para sustentar os meus filhos (...). (Entrevista 1, Anexo III, 2.)

Eu não queria ter relações porque eu já tinha sido casada. Não queria fazer nada (...). É que eu depois comecei a fazer, para ganhar dinheiro para a droga. (Entrevista 2, Anexo III, 2.)

Constatamos assim, que o RSI atenua de alguma forma a pobreza severa, porque sem esta prestação, muitas das famílias viveriam em piores condições de vida, contudo, também verificamos que esta medida não cumpre o seu objetivo de satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, sendo que pelo menos duas das entrevistadas referem ter que recorrer à prática de comportamentos autodestrutivos como a prostituição como forma alternativa de obter rendimentos.

Desta forma, consideramos pertinente repensar no funcionamento desta medida política, principalmente no que concerne ao seu valor, para evitar que as pessoas permaneçam longos anos nestes ciclos de dependência e autodestruição.

5.3. Trabalho e escolaridade: (des)valorização e realização pessoal

A partir da análise de conteúdo das entrevistas efetuadas, podemos referir que, no que respeita à atividade profissional, seja ela formal ou informal, todos os entrevistados (12) valorizam o seu percurso profissional e reconhecem que se sentiriam mais realizados se trabalhassem, considerando o trabalho como útil, gratificante e promotor de autoestima como podemos confirmar no **Quadro 7** que se segue:

Quadro 7 – Percepção do trabalho por parte dos entrevistados

Entrevista 2	“(…) Eu até disse, maldita hora que fiz os quarenta anos...estou-lhe a dizer, nunca mais...nunca mais consegui emprego nenhum(…)”. “Eu acho que trabalhar para além de uma ajuda, uma pessoa passa um bocadinho o tempo. Para quem realmente tiver saúde”. “(…) E se tenha trabalho, que o saiba poupar”.
Entrevista 3	“(…) sem trabalho nada feito”.
Entrevista 5	“Eu acho que trabalhar para além de uma ajuda, uma pessoa passa um bocadinho o tempo. Para quem realmente tiver saúde”. “(…) E se tenha trabalho, que o saiba poupar”.
Entrevista 4	“Sem trabalho nada passa, nada muda. Porque é assim se a gente não tem dinheiro... É como se costuma dizer: “se tens dinheiro tudo vales, se não tens dinheiro nada vales”.
Entrevista 6	“(…) além de trazer um ordenado para casa. Um ordenado que é quase o dobro daquilo que eu recebo, é dignificante (...) Desde que se tenha um patrão em condições é dignificante”.
Entrevista 7	“(…) a gente sem trabalhar, sem fazer algo, não somos ninguém”.
Entrevista 8	“(…) Eu até disse, maldita hora que fiz os quarenta anos (...) nunca mais consegui emprego nenhum(...). Para mim sempre foi importante trabalhar para não depender de ninguém(...)”.
Entrevista 11	“A mim faz-me muito bem psicologicamente, tenho que estar com a cabeça ocupada”.
Entrevista 12	“(…) porque a gente se sente útil à sociedade”.

Fonte: Transcrição das entrevistas – Anexo III, 2.

Depois destas demonstrações e, salientando que entrevistamos dois agregados familiares de etnia cigana, seria importante refletirmos também sobre a própria atitude dos ciganos face ao trabalho e sobre as mudanças dos seus modos de vida num mundo globalizado (Santos & Marques, 2014:45).

Importa referir que as entrevistas realizadas aos beneficiários de etnia cigana não estavam previamente contempladas e as questões culturais relacionadas com os mesmos, surgiram como uma categoria de análise à posteriori. Neste sentido, torna-se necessário ressaltar a importância do testemunho dos beneficiários de etnia cigana uma vez que constituem um grupo com expressividade no âmbito da aplicação da medida.

De forma a comprovar o referido passamos a citar algumas expressões dos beneficiários entrevistados:

Tomáramos nós que nos arranjassem emprego para os dois. Não me importava de ir trabalhar e ganhar um ordenado mínimo. (...) não podemos estar a viver do rendimento, de ajudas (...). Se nos dissessem assim, olhe você segunda-feira começa a trabalhar, (...) nós trabalhávamos (...). Para podermos ter mais um bocadinho de conforto, (...), apetece-nos sair ao fim-de-semana sairmos. Isto em geral está uma crise que você nem imagina. As pessoas mesmo que queiram trabalhar, não conseguem.(Entrevista 9, Anexo III, 2.).

(...) não nos dão trabalho. (...) Olhe, queria trabalhar. Que dessem o que me dessem o que a gente pudesse ganhar (...) mais. (...) as pessoas que eu conheço da minha idade que não são ciganos, trabalham (...) Fui a única que sou cigana e não estou a trabalhar (...). “A vida da feira também é um bocado ingrata (...). Só que a gente vai, olham para nós: “É cigano! Não vale a pena”. Ai que aquilo e aquel’outro, “você é cigana!”. Às vezes dizem assim: vai lá que às vezes pode... mas olham, dizem que a gente somos ciganos e não podemos negar aquilo que somos e mandam logo para trás que não adianta. (Entrevista 10, Anexo III, 2.).

Face ao exposto, a par da discriminação de que são alvo, verificamos uma tendência para a mudança cultural e progressiva da própria etnia cigana. Por sua vez, a baixa escolaridade transversal a todos os entrevistados é um dos indicadores recorrentes nos beneficiários de RSI.

A partir da elevada valorização do trabalho, facilmente estabelecemos “a ponte” com a não valorização escolar por parte dos entrevistados. Das doze pessoas entrevistadas apenas três mencionam valorizar a escola e gosto em tê-la frequentado. Sete delas mencionam que não valorizam a escola, uma vez que tiveram que ir trabalhar para ajudar a família em detrimento da mesma (5), como é o exemplo de Matilde: *“(...) eu abandonei a escola para ir trabalhar”* (Entrevista 5, Anexo III, 2.), ou de Marília: *“(...) levantava-me às duas da manhã para ir vender os jornais e depois faltava à escola, claro (...)”* (Entrevista 8, Anexo III, 2.).

Para além do trabalho precoce, durante as entrevistas (2) o *bullying* foi outro dos motivos para justificar a não valorização escolar. Assim:

(...) eu também não gostava muito da escola, porque eu era a maior da sala e depois tinha umas mamãs muito grandes. Eu reduzi ao peito, mas eu tinha (...) vergonha e (...) sentia-me complexada (...) eu era a mais gordinha da sala, depois começaram-me a chamar baleia (...) E eu me sentia mal e não queria ir. (Entrevista 1, Anexo III, 2.).

Eu nunca gostei de escola. Nunca gostei. (...) O motivo era por causa daquela menina, pronto. (...) Havia pessoas que gostavam de brincar comigo (...) e ela nunca gostou de brincar comigo (...) então não queria ir à escola por causa dela. (...) quando estava a arranjar o meu grupinho, era quando ela vinha e tirava o grupo todo (...).
(Entrevista 9, Anexo III, 2.).

Considerando os testemunhos anteriores, verificamos que o *bullying* e a discriminação cultural estão patentes nestes discursos.

Para Olweus (1993), o *bullying* traduz-se numa agressão ou comportamento agressivo, caracterizado pela repetição e diferença de forças. É um comportamento intencional e constante de forma a causar dano físico ou moral em relação a um ou mais estudantes considerados incapazes de se defenderem. A provocação é uma forma de abuso repetida e tem um caráter deteriorante e ofensivo, sendo mantida apesar da emissão de sinais claros de oposição e desagrado por parte do alvo (Olweus, 1993, citado por Bandeira & Hutz, 2010).

O *bullying* é utilizado como forma de pressão social que conduz, frequentemente, a traumas irremediáveis na vida dos alunos que são sujeitos a este tipo de maus-tratos diários.

O contexto escolar, como comprovamos pela entrevista de Sónia, é onde o *bullying* mais acontece por ser no mesmo espaço em que as crianças se encontram, o que torna difícil para os adultos vigiarem todos os comportamentos e intervirem de forma antecipada e oportuna (Paías & Almeida, 2006).

Mediante a análise da informação recolhida denotámos também estar perante uma situações de discriminação cultural em que, através da entrevista de Idalina (etnia cigana) (Entrevista 9, Anexo III, 2.), verificamos que esta era praticada em contexto escolar através de juízos de valor proferidos pelos colegas da altura.

Efetivamente, o preconceito converte-se em discriminação, quando verificamos a exclusão de forma ativa da pessoa de um determinado grupo, ou quando lhe é negado o poder de participar em algo que essa pessoa deseja (Aguado, 2003), como foi o caso de Idalina.

Posto isto, é importante referirmos que tanto o *bullying* como a discriminação cultural são formas de atingir a dignidade e integridade do indivíduo.

Importa salientar que a escola é uma das instituições que tem como objetivo o desenvolvimento da cidadania nos seus alunos através do convívio pacífico com discussão de pontos de vista por meio de normas aceites coletivamente (Crochík, 2012) e que, apesar dos atos de *bullying* serem universais, conhecer o problema e orientar adolescentes e famílias sobre seus riscos e consequências, torna-se num ato essencial.

É de realçar também que face a discriminação cultural, a existência e prática de uma educação intercultural e inclusiva são cruciais, no sentido de proporcionar igualdade de oportunidades aos grupos minoritários e garantir-lhes a possibilidade de participação e desenvolvimento das suas competências através da promoção de uma sociedade e cidadania democráticas.

Recapitulando a linha de pensamento de Fernandes, na luta contra a pobreza é imprescindível que fatores suscetíveis de promover a mudança entrem em ação, e nitidamente o aumento da escolaridade continua a ser um desses fatores (Fernandes, 1991).

Por outro lado, foi-nos possível constatar que noutros trabalhos realizados (Rodrigues, 2010b), a baixa escolaridade e a desvalorização da mesma são particularidades fortemente presentes na população beneficiária do Rendimento Social de Inserção, não devendo ser esquecidas, no momento em que o plano de inserção é delineado.

Importa ainda referir que a baixa escolaridade é considerada um obstáculo à inserção profissional, não esquecendo que todos os entrevistados são portadores de algum tipo de doença e que também o seu estado de saúde dificulta em muito a integração no mercado de trabalho.

Estas conclusões inserem-se nas pretensões teóricas anteriormente expostas.

5.3.1. O desencontro entre a formação profissional e a integração no mercado formal de emprego

Outra das conclusões que foi possível retirar com a realização e análise do conteúdo das entrevistas, é referente à inserção profissional dos nossos entrevistados através dos cursos modulares ou de aprendizagem. Em relação a esta questão, alguns entrevistados indicam que praticam jogos que consideram ser infantis e inúteis, que não promovem a inserção profissional, uma vez que não asseguram quaisquer garantias de emprego e acrescentam que frequentam os cursos de ação formativa por obrigação e com sacrifício, com receio de ver a sua prestação de RSI suspensa. Verifiquemos com os seguintes exemplos:

Quadro 8 – A ineficácia da formação profissional

Entrevista 1	“(…) andamos na escola para ai um mês e tal a fazer o quê?(…) Olhe, a jogar à cadeirinha (...).Eles disseram que era uma formação e que não podíamos faltar, senão cortavam-nos o Rendimento. (...) Achei aquilo uma fantochada. Ali não se aprendia nada (...)”.
Entrevista 4	“Mas praticamente a gente (...) Fazer aquilo e não fazer nada é igual”.
Entrevista 7	“(…) havia lá um curso (...) em computadores (...) e eu pedi (...) se me davam o passe, porque eu não consigo ir daqui á junta a pé. Foi-me negado. (...) torna-se cansativo (...) tirar um curso só porque está com o rendimento mínimo...e esse curso nem diz nada a essa mãe (...) e submeter-se a esses cursos que não lhe dão nada para trabalho...nada. Eu fiz quinhentos. Então eu era doutorada em quê?(...). (...) não me alterou nada na minha vida. (...)”.
Entrevista 9	“O Rendimento Mínimo é bom. Mas há uma coisa que é preciso ver, eles agora vão-me pôr na escola a mim para quê? (...)”.
Entrevista 10	“Era bom que dissessem assim: “A senhora vai sair do curso e sai do curso e tem um trabalho”. A gente vai e se a gente não for eles cortam-nos”.
Entrevista 11	“Chamam-me para cursos. Para esses cursos. Já tenho ali cursos que dá diplomas para... forrar a minha casa. (...) Eu fui lá ao Centro de Emprego a chorar a pedir que queria trabalhar, que não quero isto. (...) Porque eu tenho ali um diploma de duzentas e cinquenta horas de turismo. Alguém me vai dar trabalho? (...) São uma mais-valia. Aprender nunca fez mal a ninguém, são. Só que... é querer-nos enganar. Porque nós não vamos conseguir trabalho (...)”.

Fonte: Transcrição das entrevistas – **Anexo III, 2.**

De igual modo, o informante privilegiado a este respeito dá o seu contributo profissional alertando para o “caráter coercivo” do RSI, nestas situações, da seguinte forma:

Tu achas que é justo? Achas que é adequado? Achas que é decente? Tu seres montador de andaimes durante uma vida toda e de um momento para o outro partes uma perna ou ficas com a clavícula... já não podes ser montador de andaimes. E eu que sou o teu técnico, gestor de RSI e mando-te faz um curso de práticas administrativas durante 2 anos?! Achas isto bonito? Achas que é decente eu obrigar-te a fazer um curso de práticas administrativas? Não é, pois não? Isso é indecente. (...) mas é obrigatório. (J.A.P., 2015).

Importa refletir que o RSI enquanto medida de inserção social e profissional possui um caráter coercivo e ações baseadas no controlo e na imposição, deixando o beneficiário, face à sua situação económica débil, sem alternativa de escolha (Ferreira, R., S.,2015).

Desta forma podemos concluir que o desajustamento entre os cursos de formação profissional e a integração no mercado formal de emprego é

evidente, sendo que este tipo de situações para além de causarem desmotivação, também acentuam a reprodução social da exclusão.

5.4. O insuficiente conhecimento sobre o funcionamento do RSI

Em relação à forma como os nossos entrevistados tomaram conhecimento da medida e à forma como o processo de requerimento de RSI se desenvolve, constatamos que as respostas são heterogéneas apontando a maioria (7) para a Segurança Social como fonte, seguido das redes de amigos e vizinhança (3) e, por último, o CAT (1) e os elementos familiares (1).

Importa realçar que pelo menos onze dos entrevistados estiveram com a medida suspensa por diversos motivos, nomeadamente: falta de renovação do Contrato de Inserção dentro do prazo estipulado (5), oportunidade de trabalho (1), hospitalização (1), mudança de residência (1) e emigração (2). Sobre este assunto alguns dos entrevistados revelam indignação e não entendimento face às respetivas alterações, que quando estas acontecem, não lhes são apresentadas alternativas perante a situação de insuficiência de rendimentos como é o caso de Camila, de Heloísa ou, como refere com desconfiança Idalina, que a suspensão do RSI “é uma estratégia para os beneficiários não receberem”:

Quadro 9 – O “desconforto” dos entrevistados para com a medida RSI

Entrevista 7	“Por exemplo, eu recebo o apoio do tribunal do L. (...). Eles foram buscar logo ao rendimento...e puseram-me com cem euros desde 2012. Sem aviso prévio, nada. Hum, eu acho que o governo é muito mal-educado, porque eu acho que devia ter sido comunicada. Porque eu tirei os meus filhos do meu agregado e fui comunicar ao Estado que os meus filhos já não viviam comigo. Fui educada com eles. Eles não foram educados comigo”.
Entrevista 9	<i>“Teve, teve, um mês. (...) Não sei, eles fazem isso a toda a gente, todo o ano. (...) É quando nós vamos renovar o contrato (...) Uns vão para averiguações, outros não vão para averiguações e naquele mês não metem os papéis (...) Deve ser uma tática deles. Isso é uma tática, eles a todas as pessoas fazem isso. Eles se fizerem... se suspenderem por exemplo, a cem pessoas ou a duzentas é muito dinheiro que eles não vão dar”.</i>
Entrevista 10	“A gente disto uma vez por ano tem que renovar. A gente mete os papéis todos. E não sei como é que eles fazem, dizem que a gente que não renova. Por acaso também guardo os papéis todos. (...) Acho mal é que a gente mete os papéis e ao fim ao último, a gente não recebe porque diz que a gente não meteu a papelada toda. Ah, pois! Isso eles não contam nada. Nem querem saber se a gente tem ou deixa de ter”.

Fonte: Transcrição das entrevistas – Anexo III, 2.

A revolta e o desagrado implícito na expressão facial dos beneficiários, aquando da realização das entrevistas face à questão da renovação do CI, foi visível.

A entrevistada Andreia, desconhecendo a atribuição do RSI como um direito, encara a medida como uma forma de caridade em que uns merecem em detrimento de outros: *“Se me dão é porque eu acho que mereço que me deem, um dia que acharem que eu não mereço, sou como as outras, não mereço”* (Entrevista 11, Anexo III,2.).

Também o informante privilegiado faz referência a este assunto definido estas alterações ao Rendimento Social de Inserção, nomeadamente, a renovação anual do Contrato de Inserção, como “alterações perigosas” ou até mesmo “conjunto de armadilhas”, acrescentando que, face à questão: *“como é que justifica que muitos saíram da medida?”*, o informante privilegiado indica que terá sido: *“(…) Com esta armadilha, não foi por as pessoas não precisarem (...)”* (J.A.P., 2015).

Sendo o RSI uma medida cujo seu objetivo é a inserção faz todo o sentido que, uma relação causa-efeito entre informação-participação seja evidenciada. De facto, a probabilidade destas pessoas participarem em algo do qual se sentes informadas, é reduzida. A baixa escolaridade e o interesse pelo valor monetário da prestação são fatores que justificam a insuficiente informação sobre a medida e, por conseguinte, a insuficiente participação social enquanto cidadãos.

Ainda a respeito da opinião sobre a medida um número significativo dos entrevistados indica que o RSI apesar de ser uma ajuda, é uma medida de sobrevivência, que não é suficiente e partilham descontentamento para com as pessoas que auferem da prestação e que, segundo eles, não tinham necessidades para tal.

Um número mais reduzido dos entrevistados refere também que o RSI é uma medida para quem se encontra desempregado, que acrescenta mais pobreza e pela qual demonstram um sentimento de vergonha, inferioridade e injustiça.

Será importante relembrar que segundo o Guia Prático do Rendimento Social de Inserção (2016), esta medida é definida como um *“apoio para os*

indivíduos e famílias mais pobres”, sendo constituído por: “um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente; e uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas” (p.4).

E, contrariamente ao que está definido, alguns dos nossos entrevistados dizem o seguinte:

Quadro 10 – As privações sentidas pelos entrevistados

Entrevista 1	“(…) eu já tenho tudo atrasado da minha luz, da água, da renda da casa, eu não estou a conseguir. É assim, ou eu pago ou dou de comer aos meus filhos (...). O RSI é uma ajuda mas não dá para conseguirmos levantar-nos a nossa vida”. “(…) se não recebesse estava numa miséria completa”.
Entrevista 2	“Eu acho que é pouquinho para quem não tem mais nada(…)”.“(…) Para já ainda não consigo, porque eu chego ao fim do rendimento mínimo e tenho de dar vinte para aqui, para a minha vizinha, dez para a outra amiga que me emprestou e prontos fico sempre com menos dinheiro. Pago depois a luz, a água. Mais dez euros para o telemóvel. Fico com muito pouco”.
Entrevista 3	“(…) se tivesse que pagar, por exemplo, uma renda...neste momento não conseguia sobreviver. E eu pagasse uma renda, ia pagar uma casa de 100€ ou que seja 150€ com água, luz...como é que eu sobreviveria?”. “(…) quando uma pessoa tem necessidade o pouco que vem já é de bom agrado (...)”.
Entrevista 5	“Com o apoio que eu tenho não convivo com ninguém, convivo comigo mesma. (...) Como é que eu convivo com as outras pessoas?”
Entrevista 9	“(…) Ajuda-nos a sobreviver. (...) O rendimento não ajuda a conviver com ninguém. (...) Convívio é quando vamos todos aos correios receber o rendimento (...)”.
Entrevista 10	“Olhe é a minha sobrevivência. (...) Mas também não se preocupam como a gente vai fazer para comer ou deixar de comer. (...) A gente precisa do rendimento, mas acho sacrificaram-nos muito, sacrificam-nos muito, sacrificam-nos. (...) A gente recebe, paga, a gente recebe, paga. A gente não sai disto”.
Entrevista 11	“(…) é uma migalhinha que ajuda, a mim ajuda neste momento, não é muito, mas quando vem faz jeitinho. (...) quando acabar acabou. Temos que esperar para o próximo”.
Entrevista 12	“Eu acho que isso não é de inserção, é de sobrevivência. (...) Ninguém vai ficar rico com o rendimento mínimo ou melhorar a vida. Agora ajuda a sobreviver. Porque se não houver isso, andamo-nos a comer uns aos outros e a roubar uns aos outros (...)”.

Fonte: Transcrição das entrevistas – **Anexo III, 2.**

Tendo em conta estes testemunhos, percebemos que o RSI criado com o objetivo efetivo de minimizar situações de pobreza, não está a ter os efeitos desejados uma vez que consistindo na atribuição de uma prestação social em dinheiro para satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, não percebemos como os entrevistados, integrados nesta medida, estão

necessariamente dependentes de terceiros para subsistirem. Este tipo de situações ao contrário do que é esperado – autonomização e emancipação da medida, levam à permanência e dependência do RSI.

5.5. RSI: Vergonha e revolta

De facto, o contacto com os entrevistados, como indica Camila, descrevendo o trabalho de terreno como “mano-a-mano”, possibilita-nos perceber de forma intensa, alguns dos momentos menos agradáveis sentidos por parte destas pessoas.

Encontramos nas entrevistas de Sónia, de Camila e de Andreia a valorização pessoal destruída e onde a revolta, indignação e vergonha a par da discriminação por integrarem a medida, são evidentes:

Quadro 11 – A estigmatização face ao RSI

Entrevista 1	“É assim, muita gente que está ali a receber a reforma ou está ali até a pagar as outras coisas, cheguei (...) estava lá uma senhora a mandar vir a dizer que nós, os que recebem o rendimento não fazem nada e ela que descontou muitos anos e que recebe uma miséria e muita gente que recebe o rendimento mínimo está a receber muito mais que ela, estavam ali a mandar vir lá no correio”.
Entrevista 7	“(...) vejo-as fugidas, fogem das lojas, fogem disto, fogem daquilo, porque as pessoas não têm como sobreviver e ficam a dever em todo lado (...). (...)Se não mentirem não têm ajudas (...) Não conseguem sobreviver com a verdade. Eu por causa do rendimento sinto-me sempre excluída. Sempre. Sempre. Falamos no rendimento mínimo, fala-se na miséria. De quem não tem outra opção (...) somos vistas como pessoas não gratas...Já não chega ser de bairros sociais (...) Porque nem toda a gente do bairro social é mal-educada. (...) mas “é do bairro do lagarteiro...rendimento mínimo...não presta”. (...) sentimo-nos como se não fossemos ninguém (...) às vezes perguntam-me assim: “De que vives?” e eu: “Tenho um subsídio...”.
Entrevista 11	“Não sou pessoa de dizer às pessoas que passo mal tenho vergonha, ninguém sabe”.

Fonte: Transcrição das entrevistas – Anexo III, 2.

De igual forma o informante privilegiado, sobre esta questão, classifica o RSI como uma medida: “ (...) *tão rotulada, tão estigmatizada, tão inferiorizante, tão desvalorizada, sem prestígio nenhum* (...) ” (J.A.P., 2015).

Para ele, o ideal é que o carácter temporário da medida se cumprisse através de “(...) *outras políticas sociais que permitissem que aqueles beneficiários rapidamente saíssem da medida. Porque se tu estiveres na*

medida um mês ou dois, numa situação transitória de emergência, nem ficas muito rotulado” (J.A.P.,2015).

5.6. Visitas domiciliárias: uma dualidade de perspetivas

Foi também possível apurarmos que, quando questionados sobre a realização das visitas domiciliárias, por parte das técnicas de acompanhamento, as opiniões dos entrevistados dividem-se e são contraditórias.

Amaro (2015) define a visita domiciliária como sendo:

uma técnica social, de natureza qualitativa, por meio da qual o profissional se debruça sobre a realidade social com que a intenção de a conhecer, descrever, compreender ou explicar. O seu diferencial em relação a outras técnicas é que tem por local de ação o meio social, especialmente o lugar social mais privativo e que diz respeito ao território social do sujeito: a sua casa ou local de domicílio (...). (Amaro, 2015:15).

Tendo em conta o contacto com os entrevistados, podemos referir que, sobre esta questão, uma parte sente apoio e à vontade aquando da realização das visitas domiciliárias, enquanto outra parte dos entrevistados sente revolta e desconforto. Posto isto, passamos a enunciar as opiniões dos entrevistados sobre as visitas domiciliárias (**Quadros 12 e 13**):

Quadro 12 – O apoio transmitido nas visitas domiciliárias

Entrevista 2	“Elas ficaram satisfeitas. (...) Eu gostei muito delas”.
Entrevista 3	“Conforto. Apoio”.
Entrevista 5	“Senti-me à vontade, senti-me sem problemas nenhuns”.
Entrevista 10	“Andaram a ver, sim senhora, viram os meus quartos, viram minhas salas. Viram tudo, viram tudo. (...) Eu não tenho nada a esconder (...)”.
Entrevista 12	“(…) eu nem tinha camas. Foram as assistentes sociais, na altura, que me arranjaram”.

Fonte: Transcrição das entrevistas – **Anexo III, 2.**

Com base nestes testemunhos constatamos que a realização das visitas domiciliárias pelos técnicos de acompanhamento pode ser uma forma de dar “apoio” e “conforto” aos beneficiários em situações menos favoráveis como verificamos na entrevista 12. A visita domiciliária para além de facilitar uma aproximação da instituição à família beneficiária de RSI permite, enquanto

instrumento de trabalho social, conhecer as condições habitacionais da mesma e verificar se existe necessidade ou não, de apoio na gestão doméstica.

No entanto, sendo a habitação um espaço particular e íntimo, nem sempre estas visitas são bem vistas por parte dos beneficiários, como podemos identificar no **Quadro 13**:

Quadro 13 – O desconforto causado pelas visitas domiciliárias

Entrevista 1	“(…) Também houve uma que eu não gostei nada dela, é assim queria saber a minha vida toda e depois queria saber como eu vivia (...). Aquela arrogância, ela era contra o rendimento, era contra as pessoas que tinham o rendimento (...). (...) Então ela ia à escola, ia saber, mandava outras técnicas dela (...) para saber o que é que os meus filhos comiam, o que é que os meus filhos... se iam bem vestidos e tudo (...)”.
Entrevista 4	“(…) então se eu digo tudo. Sou tão honesto. Conto toda a verdade a elas, parece que não acreditam, volta e meia apareciam aqui de surpresa (...)”.
Entrevista 6	“(…) elas olham para nós com uma cara, como se nós lhe devêssemos algum favor, só que elas não queiram estar no nosso lado, (...) Porque acho que ninguém gosta de estar pelo Rendimento Social de Inserção. (...) Aquela reação que eu nunca tive no colégio, discriminação. (...) Mas há aquele olhar: “tu recibes rendimento”, não há hipótese”.
Entrevista 7	“Eu acho que as doutoras assistentes sociais deviam fazer o que tu estás a fazer agora. Sentarem-se. Conversar e ver se é realmente verdade e ver se realmente aquela pessoa precisa. Mas não fazem. Porque tu dentro de um escritório, (...) de assistente social, tu não conheces a pessoa... porque a gente se quiser mentir, mente... com uma facilidade medonha. E se quisermos chorar, também choramos (...). Porque acho que as pessoas que têm estudos, deviam ter mais cultura (...) então não. Usam isso para a arrogância. Para (...) calcar (...) maltratar (...). Na minha casa só entra quem eu quero (...) enquanto eu pagar o aluguer. Só por ser técnica não tem o direito de querer entrar naquilo que é meu, sem a minha autorização”.
Entrevista 8	“Não gosto. (...) Agora, se é para ver o que tenho, prefiro que não venham a minha casa. (...) desde que vieram a minha casa, nunca mais me ajudaram. (...) Sou rica, tiro os móveis. Eu vou comer os móveis”.

Fonte: Transcrição das entrevistas – **Anexo III, 2.**

Existe apenas um entrevistado que refere que em dois anos, nunca recebeu visitas domiciliárias: *“Não, é a primeira vez (...) É a primeira vez que estamos a receber alguém (...)”* (Entrevista 9, Anexo III,2.).

Uma vez que o trabalhador social acede a um espaço íntimo e privado de alguém que normalmente se encontra fragilizado e de modo a evitar que o visitante seja visto como “intruso”, importa considerar a “subjetividade de cada ser” tomando isso como valor e não como obstáculo.

Sandrita Amaro reforça esta ideia acrescentando que *“(...) o visitante entendendo o seu papel de educador e não de moralizador, tenderá a orientar-se por perguntas e reflexões associadas ao objetivo da visita e nunca por*

juízos e indicações valorizadas em comentários proibitivos e punitivos“ (Amaro, 2015:59).

Posto isto, salientamos a importância do trabalho socioeducativo junto das populações carenciadas visando, através da imparcialidade, um projeto de vida participativo e direcionado para a autonomização.

5.7. Lazer e ocupação de tempos livres

O lazer e a ocupação dos tempos livres, por parte dos indivíduos, são fatores importantes para se aferir a qualidade de vida. Nesse sentido, estando os beneficiários desempregados, importa-nos saber, durante as entrevistas, como estes ocupam os seus tempos livres.

De facto as respostas são por si só reveladoras.

No quadro seguinte (**Quadro 14**) apresentamos as características mais proferidas pelos entrevistados para descrever a forma como ocupam o seu quotidiano.

Quadro 14 - A ocupação dos tempos livres

Entrevistados	Tempo livre	Exercício físico
1. Sónia	Trabalho doméstico	Não
2. Maria	Trabalho doméstico	Não (doente)
3. Sérgio	Pensar em resolver a vida	Sim (através de biscates)
4. Augusto	Procurar trabalho e fazer caminhadas	Não (idade)
5. Matilde	Trabalho doméstico	Sim
6. Ana	Descansar	Não
7. Camila	Biscates	Sim
8. Marília	Trabalho doméstico	Sim
9. Idalina	Trabalho doméstico	Não
10. Andreia	Trabalho doméstico	Não
11. Heloísa	Visitas a familiares	Não
12. Adelina	Trabalho doméstico	Sim (no verão)

Fonte: Transcrição das entrevistas – **Anexo III, 2.**

A maior parte dos entrevistados refere ocupar o seu tempo livre com trabalho doméstico (7) evidenciando de forma óbvia o desconhecimento sobre

a definição do conceito “tempo livre”. Importa esclarecer que alguns dos entrevistados refere que com o valor que recebe da prestação de RSI, não consegue aproveitar “a vida” da forma como gostaria.

A entrevistada Sónia exemplifica de forma clara este ponto, referindo: “Às vezes (...) digo assim: “Fogo estou cheia de estar em casa, (...) posso ir dar uma volta...”, mas depois digo assim: “Vou sair para quê? Sem dinheiro... uma pessoa também sem dinheiro não faz nada (...)” (Entrevista 1, Anexo III,2.).

Normalmente pressupomos que o lazer esteja inserido no tempo livre e que esse seja ocupado por atividades que proporcionem prazer e satisfação pela realização das mesmas. O lazer contrariamente aos deveres familiares e profissionais, posiciona-se numa dimensão de maior liberdade de escolha do individuo em relação ao seu quotidiano.

Camargo (1992) defende que o lazer deve ser utilizado pelo individuo de forma livre e opcional. Este autor indica que independentemente da escolha entre teatro ou cinema e jogar à bola ou caminhar para satisfação de desejos pessoais: “ (...) a livre escolha no lazer pode ser entendida como um tempo (...) no qual se pode exercitar com mais criatividade as alternativas de ação e participação” (Camargo, 1992:11).

No que concerne ao conceito de lazer, Dumazedier (1997) define-o como “uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimentos pessoal e social”. Considerando a perspetiva do autor anterior, o lazer pode ser descrito como uma oportunidade individual para a escolha de formas de ocupação do tempo disponível, ou mesmo no trabalho, que possibilita momentos de descanso, diversão e o desenvolvimento pessoal e social.

Por sua vez, Faria & Ramos (2014):

A conceção de tempo livre refere-se ao tempo de não trabalho, e não ao tempo produtivo ocioso, porque o tempo livre do trabalhador empregado é o tempo que o trabalhador tem ou dedica para si mesmo, tanto para seu lazer e seu repouso (chamado também de tempo socialmente supérfluo) como para sua própria formação (educação), para atividades lúdicas, artísticas ou culturais e para o convívio familiar e social (tempo socialmente disponível). (Faria & Ramos, 2014:71).

Face ao pressuposto concluímos que, considerando a prestação pecuniária de Rendimento Social de Inserção, os beneficiários encontram-se em privação face ao lazer e, portanto, sem liberdade de opção para usufruir do mesmo.

Em relação ao exercício físico também é possível constatarmos que dos 12 entrevistados, sete não valoriza esta prática, sendo que um é por motivos de doença, sustentando cada vez mais a ideia de uma vida sedentária.

Neste seguimento, iremos verificar o tipo de experiências vividas e respetivas partilhas, por parte dos entrevistados, face ao mundo do trabalho e à baixa escolaridade que eles mesmos possuem.

Desta forma, apesar de haver a ideia de que pelo facto de não estarem empregados têm mais tempo livre, como vimos, tal não acontece. Como foi possível comprovarmos, através dos beneficiários entrevistados, eles próprios não têm tempo livre, uma vez que o dedicam maioritariamente ao trabalho doméstico, sendo que aquele é indispensável para o próprio desenvolvimento individual e social.

De um modo geral, ao refletirmos sobre esta questão e, fazendo a ponte com a disponibilidade que os beneficiários de RSI têm para tratar de assuntos burocráticos, como obter uma declaração de inscrição no Centro de Emprego ou uma declaração do Instituto da Segurança Social, aferimos que frequentemente estes não o conseguem fazer devido às próprias “limitações” físicas e psicológicas.

Como refere o informante privilegiado sobre esta questão:

Logicamente que às vezes os pobres estão tão degradados, não têm competências, não têm aptidões, não têm capacidade, não têm potencial nenhum, porque se (...) pedires para (...) fazer algum procedimento (...) eles já nem se arrastam para ir buscar uma certidão. Eles nem capacidade para isso têm, é verdade (...). (J.A.P.,2015)

Assim, concluímos que o facto de não terem tempo de lazer contribui para acentuar ainda mais os processos de exclusão e o “distanciamento” da sociedade.

Em forma de síntese e fazendo uma caracterização geral das trajetórias de vida dos entrevistados, evidenciamos que estes dificilmente têm uma estrutura familiar consistente. Por sua vez, para além de se encontrarem desempregados, devido à idade, à baixa escolaridade e condição física e

psicológica, não dispõem de tempo livre de lazer para fazer algo que desenvolva a sua criatividade, dedicando-se a maior parte deles, a tempo (quase) inteiro, ao trabalho doméstico. Por outro lado, salientamos também que o próprio RSI de que auferem é insuficiente para satisfazer as suas necessidades básicas. No que respeita a saúde, a maior parte dos entrevistados refere apresentar um problema de saúde, frequentemente, crónico.

Ainda com base no que foi referido pelos entrevistados, é possível chegar a algumas conclusões sobre o impacto do RSI. Neste sentido, Isabel Guerra define impacto como sendo:

(...) um momento de reflexão (e de ação) dos diferentes parceiros sobre as casualidades dos problemas e os efeitos das ações, bem como sobre as decisões sobre a melhor forma de agir. Assim, torna-se um mecanismo de investigação-ação e de aprofundamento da democracia participativa através de uma ação coletiva. (Guerra, 2002:187).

Tendo como base a definição de impacto de Isabel Guerra, verificamos que o impacto do RSI enquanto medida de inserção de inserção social e profissional não apresenta os efeitos esperados. Enquanto prestação em dinheiro o RSI não garante a satisfação das necessidades básicas. Por um lado constatamos que atenua a severidade da pobreza e que sem o pagamento deste tipo de transferências sociais, a situação seria pior, como refere Maria: *“(...) tem sido uma grande ajuda. Se não fosse isso pior eu estava”* (Entrevista 2, Anexo III, 2). No entanto, por outro lado, faz com que a pobreza se reproduza uma vez que as pessoas não conseguem sair do ciclo *“pedir dinheiro emprestado”, receber o RSI e pagar, e ficar novamente sem dinheiro.*

Assim, no que respeita ao RSI, a par das palavras “rendimento” e “social”, a palavra inserção assume um significado aquém das expectativas no sentido em que esta última é resumida a um conjunto de direitos e deveres propostos ao beneficiário conforme a situação de necessidade e fragilidade económica em que este se encontra. Por exemplo, para um indivíduo isolado, como é o caso de Sérgio (Entrevista 3, Anexo III, 2.), com o valor que recebe, dificilmente se autonomizará. Existe sempre a possibilidade de ficar a residir numa pensão, que tenha parceria com a Segurança Social. Todavia, mesmo

sendo parte da prestação do RSI retida para pagamento da sua estadia, pouco restaria para o beneficiário despende no seu próprio bem-estar ou tempo livre.

Constatamos que o mesmo acontece com a interdependência económica de todos os elementos de um determinado agregado familiar que, como refere Marília: “(...) *eu quero ser independente, mas eu quero deixar o Rendimento Mínimo, não é? Meto o meu abaixo, vai tudo abaixo*” (Entrevista 8, Anexo III, 2.).

A este respeito o informante privilegiado corrobora o que foi dito anteriormente considerando que esta medida “*Tem três mentiras: nem é rendimento digno, é uma esmola, (...). Nem é social, nem é de inserção*” (JAP, 2015).

Podemos ainda referir que, e um modo geral, apesar da demora de todo o processo burocrático, da intervenção, da carência de recursos técnicos que muitas vezes influenciam o insucesso dos programas de inserção e, por conseguinte, o desespero por parte de muitos beneficiários, a avaliação interinstitucional é fundamental uma vez que é através do trabalho em rede que as entidades locais articulam para colmatar as fragilidades de cada concelho, promovendo a participação dos próprios beneficiários nestas ações (Rodrigues, 2005).

Trata-se de um trabalho persistente e de longa duração com o intuito de encontrar respostas para a crescente problemática da pobreza e do desemprego em que é necessário repensar na aplicação e funcionamento da medida, para que muitas pessoas possam ter uma qualidade de vida condigna.

5.8. A participação do indivíduo na construção do projeto de vida

No trabalho em presença torna-se fundamental realçarmos a importância da participação do indivíduo no próprio projeto, no sentido da autonomização do mesmo que, como reforça o nosso informante privilegiado: “*Não há luta contra a pobreza, não há resultados sérios no combate à pobreza se de facto não houver um envolvimento dos próprios pobres*” (J.A.P., 2015).

Sobre este assunto, a maior parte dos entrevistados refere que gostaria de ser inserido profissionalmente de forma a ter uma ocupação assalariada e a

colmatar a insuficiência económica sentida. Apesar do carácter inovador de inserção, implícito na medida, por parte das entidades e serviços, esta questão não foi reconhecida pelos beneficiários entrevistados.

De facto a maior parte dos entrevistados compreende minimamente o que significa o Contrato de Inserção contudo, ficamos com a ideia que alguns desconheciam a importância mesmo. No entanto, como sabemos, o CI implica um envolvimento de ambas as partes, agregado familiar beneficiário e técnico de acompanhamento, em que é delineado um projeto de vida em conjunto, com ações de acompanhamento estabelecidas e sustentado com a ajuda dos Núcleos Locais de Inserção - NLI'S, onde estes criam recursos e parcerias no sentido de diligenciar as soluções mais apropriadas às necessidades dos beneficiários (Rodrigues, 2010b). Para este cumprimento são realizadas articulações com as parcerias institucionais visando a promoção de uma ação local integrada.

Considerando os immobilismos verificados sobre a medida pensamos ser pertinente tornar os dados públicos. Não só no sentido de proporcionar aos entrevistados um momento de participação social, mas também visando agradecer a sua cooperação no trabalho realizado.

5.9. Devolução dos dados à comunidade como forma de participação e intervenção comunitária

5.9.1. Seminário de intervenção comunitária

O conceito de comunidade remota à sua origem etimológica em que deriva do latim *Communitas*, “comunidade, companheirismo”, de *Communis*, “qualidade daquilo que é comum”. Este conceito tem um carácter polissémico e designa ainda a ideia de situações em que as opiniões comuns são acerca de interesses comuns.

Existem várias definições de comunidade, contudo, Gomez, Freitas & Callejas (2007) descrevem-na como: “*área da vida social que se singulariza pela adesão que mantêm os seus integrantes, com um sentido de pertença que não se entende sem a presença de níveis mínimos de solidariedade e de intercâmbio de significados, características psicológicas e culturais*”.

Esta definição é claramente significativa dado que, em comunidade, não conseguimos interagir com todas as pessoas presentes num território, nem em todas as esferas do mesmo.

Aquando da investigação para este trabalho, possuir o conhecimento sobre a comunidade foi algo essencial e a ter como condição prévia.

Neste sentido, Luís Capucha (2000) indica que a intervenção política está na base:

(...) de boa parte dos estudos que colocaram a questão dos territórios da pobreza no centro da análise (...). Muitas medidas e programas da última década tiveram como eixo de intervenção o próprio território. A lógica de aproximação às pessoas não é feita em função de problemáticas específicas, mas das zonas onde elas se encontram concentradas e onde tais problemáticas se cruzam. (Capucha, 2000:13).

É com base nesta afirmação que consideramos que a aproximação às pessoas é fulcral e deve ser realizada a partir do território.

Assim, ao longo deste trabalho, de modo a espelhar e demonstrar socialmente, desejos, receios, necessidades e sugestões expostas pelos beneficiários de RSI da freguesia de Campanhã, o auditório da junta de freguesia de Campanhã pareceu-nos o local ideal para realizarmos esta intervenção para e com a comunidade, particularmente com o público-entrevistado.

Para a realização deste evento foi elaborado um *Cartaz* (Anexo IV, 1.), para divulgação do mesmo, com o respetivo programa e com a identificação dos elementos que iriam participar nas comunicações.

A apresentação dos dados obtidos foi realizada, tal como referido, no Auditório da Junta de Freguesia de Campanhã no dia 17 de junho de 2016, através da realização do Seminário – Campanhã: O impacto do RSI nas trajetórias de vida dos seus beneficiários e participaram como elementos oradores da mesa: o Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã, o Técnico Superior de Serviço Social da Junta de Freguesia de Campanhã, Professora da Escola Superior de Educação Paula Frassinetti e a estudante de Mestrado em Intervenção Comunitária da mesma escola. O evento foi realizado de forma oral e através da apresentação de um *PowerPoint* (Anexo IV, 2.) onde foram discutidos os seguintes assuntos: fragilidades da freguesia de Campanhã, a importância do acompanhamento aos agregados familiares que

recebem RSI, a utilidade dos trabalhos académicos e, por fim, as fases da análise das entrevistas, as metodologias utilizadas e a apresentação dos resultados com base em citações proferidas pelos 12 entrevistados.

De facto, este último tópico foi o que suscitou mais discussão no debate do Seminário obtendo um *feedback* positivo por parte do Técnico Superior de Serviço Social da Junta de Freguesia de Campanhã que referiu que os resultados iam ao encontro do que teria sido apresentado em assembleia. Para além disso e, sendo o objetivo deste trabalho promover, através da intervenção comunitária, um trabalho de proximidade com a comunidade-alvo, através do *empowerment* pelo reconhecimento das capacidades dos entrevistados e, de forma, a que os seus direitos e a sua participação ativa, em situações de discriminação e exclusão, seja reconhecida (Fazenda, 2005), no público do Seminário estiveram presentes duas das doze pessoas beneficiárias de RSI entrevistadas. Apesar de estarem presentes apenas duas entrevistadas, o objetivo deste evento foi cumprido dado que foi possível assistirmos à participação ativa das mesmas através da valorização do trabalho de proximidade realizado e do carinho demonstrado.

Contudo, a ausência dos restantes elementos entrevistados pode ser explicada por compromissos já assumidos por estes, anteriormente, aquando da entrega dos convites. Contudo, presumimos também que, noutros casos, a vergonha e o receio de exposição tenham prevalecido.

Posto isto, e na linha de pensamento de Fazenda (2005) com a realização deste seminário, como forma de intervenção comunitária, pretendemos aplicar o *empowerment* como instrumento potenciador da participação social e da defesa dos direitos humanos dos mais desfavorecidos incentivando, com este trabalho, os beneficiários de RSI a participarem com a sua opinião, no funcionamento desta medida e a nível da freguesia.

É essencial que os profissionais da área social que se encontram em permanente contato com este tipo de beneficiários inculquem atitudes de *empowerment*, no sentido de promover a sua autonomia e participação igualitária baseadas sobretudo no reconhecimento das suas capacidades.

O *empowerment* tem como objetivo fortalecer os direitos e a participação de pessoas ou grupos vulneráveis sujeitos a discriminação e exclusão (como é o caso dos beneficiários de RSI). O *empowerment* possui quatro fases:

inicialmente é necessário que os indivíduos tomem consciência da sua situação de exclusão e da sua falta de poder. Numa segunda fase é necessária a identificação destes indivíduos com outros em situação semelhante. Depois é necessário efetuar o levantamento de competências e recursos dos indivíduos para poderem controlar melhor as suas vidas. E, por fim, é necessário que tenham a decisão de agir através da participação ativa (Fazenda, 2005).

Face a um desenvolvimento e intervenção comunitários, o papel dos profissionais das áreas sociais é essencial, no sentido em que não basta efetuar a atribuição das prestações sociais, é necessário educar as pessoas mais desfavorecidas para o conhecimento e exercício dos seus direitos e deveres sociais e humanos potenciando, desta forma, comportamentos e atitudes de *empowerment* através de uma participação ativa e autónoma.

Neste sentido, aquando da realização das entrevistas, os entrevistados propuseram várias alterações que gostariam de ver surtidas na freguesia em que residem, nomeadamente: a existência de superfícies comerciais, dado que as pequenas lojas de comércio apresentam preços muito elevados e referiram também que deveria haver uma maior frequência dos transportes públicos, como é possível verificarmos através da listagem presente no Anexo III, 5.

Apesar do debate do Seminário se ter prolongado muito para além da hora de término prevista, ficamos com a sensação que haveria muito mais a debater em relação à medida de RSI. No entanto, importa reter pelo menos duas das propostas apresentadas pelo público presente, nomeadamente, um maior reforço do acompanhamento aos agregados familiares no sentido de fortalecer laços e melhorar o estado emocional das pessoas, sendo-nos também sugerido a marcação de uma audiência com a Comissão Parlamentar para partilha do estudo realizado.

No final do evento, os participantes procederam ao preenchimento de um questionário (Anexo IV, 3.), entregue no início, juntamente com a capa oferecida aquando da sua chegada, de modo a recolhermos a opinião dos mesmos sobre o evento e sobre as informações partilhadas, criando a oportunidade para proporem sugestões sobre esta temática.

Obtivemos resposta ao questionário por parte de 17 participantes. Os resultados da aplicação do questionário foram positivos. A maior parte dos participantes referiram ter sido uma boa iniciativa, classificaram o evento

interessante e sugeriram que deveriam existir mais iniciativas do género (Anexo IV, 4.).

No que respeita ao tema abordado no Seminário, este foi ao encontro das expectativas criadas pelos participantes, tendo surgindo, já no final, um debate prolongado sobre o mesmo.

Como verificamos no Anexo IV, 4., 10 dos 17 participantes revela estar totalmente satisfeito com o tema abordado (Anexo IV, 4.).

Foi também criado um momento para partilha de dúvidas, receios e interesses para que o público, particularmente os entrevistados, tivessem a oportunidade de participar socialmente. Face a esta questão, 10 dos 17 participantes referiram estar totalmente satisfeitos (Anexo IV, 4.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo de investigação em presença pretendemos perceber o impacto do RSI nas trajetórias de vida dos seus beneficiários, assim como perceber a sua importância e os seus efeitos enquanto medida política.

Consideramos pertinente explicar, no primeiro capítulo, o surgimento dos fenómenos que afetam, atualmente, a população beneficiária de RSI – a pobreza e a exclusão social. De facto, as várias situações de pobreza criadas pela Revolução Industrial suscitaram inquietações sociais e, por sua vez, a necessidade de colmatar as necessidades básicas sentidas pela população. Para este propósito foram criados vários Programas Europeus de Luta Contra a Pobreza entre (1975 e 1994).

No segundo capítulo, ainda no âmbito da proteção social, só nos anos 80 com a entrada de Portugal na União Europeia é que foi possível evidenciarmos os primeiros passos no que concerne à intervenção e ao trabalho em rede a par do surgimento e aplicação de várias políticas sociais, nomeadamente o RMG em 1996, atualizado em 2003, passando a designar-se Rendimento Social de Inserção.

Através desta exploração teórica, e no sentido de irmos ao encontro dos objetivos inicialmente propostos neste trabalho, importa referir que compreendemos o funcionamento RSI, enquanto medida política, desde a sua conceção até aos dias de hoje e com as suas respetivas alterações durante este percurso.

Durante a realização deste trabalho o estabelecimento de parcerias locais com a Junta de Freguesia de Campanhã e com a Associação Mutualista Benéfica e Previdente constituíram um contributo essencial para a promoção do desenvolvimento local e coesão social no território.

No terceiro capítulo realizamos um diagnóstico social através da caracterização do território e com base nas necessidades sentidas pela população residente na freguesia de Campanhã. O levantamento de dados e a respetiva caracterização das famílias beneficiárias de RSI, residentes na nesta freguesia, quanto às dimensões: demográfica, económica, educativa, de saúde e de segurança, permitiu-nos conhecer as particularidades intrínsecas à população a ser estudada e ter um olhar mais abrangente sobre o a mesma.

Com a análise do impacto do RSI nas trajetórias de vida percebemos que esta medida não garante a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, nomeadamente, da maior parte dos beneficiários entrevistados/residentes na freguesia de Campanhã.

O estudo em presença permitiu-nos identificar e interpretar situações de pobreza e exclusão social através do testemunho dos entrevistados, bem como promover a participação social dos mesmos através de um momento de discussão conjunto sobre os dados recolhidos, num Seminário de intervenção comunitária, em Campanhã. Com a realização deste evento foi possível sensibilizar a sociedade civil para questões de vulnerabilidade social emergentes.

Apesar das dificuldades sentidas, este trabalho de investigação foi deveras gratificante dado que os objetivos estabelecidos foram cumpridos.

Tendo em conta a hipótese orientadora: durante o período em que auferem esta prestação, os beneficiários de RSI reconhecem, nesta medida, práticas facilitadoras de mudança e evolução nas trajetórias das suas vidas; E relembando as hipóteses desdobradas a partir desta: enquanto medida de carácter temporário o RSI permite o acesso à inserção social e profissional dos seus beneficiários e, a prestação em dinheiro, atribuída aos beneficiários de RSI, garante a satisfação das necessidades básicas dos mesmos, constatamos com base nos dados recolhidos através do público-entrevistado, que o RSI, enquanto medida de política social operacionalizada não cumpre o seu dever de garantir as dimensões económica, social e de inserção. Assim, as hipóteses teoricamente construídas inicialmente, e com base nas directrizes oficiais abrem caminhos de investigação, mas não vão ao encontro dos dados recolhidos.

Concluimos portanto que, apesar do RSI ser uma medida de carácter temporário, um agregado familiar pode estar, há mais de 10 anos a auferir desta prestação sem que seja inserido social ou profissionalmente.

Em relação ao facto dos beneficiários de RSI reconhecerem, durante o período que auferem da prestação, práticas facilitadoras de mudança e evolução nas trajetórias das suas vidas, concluimos que tal não acontece. O público entrevistado refere que o RSI não permite evoluir, admitem que caso não recebessem esta prestação possivelmente a situação seria pior, no

entanto, reconhecem sim que quando recebem o RSI é sobretudo “receber-pagar”, não permitindo uma melhoria significativa das suas condições de vida.

Consideramos também curioso perceber junto do público entrevistado de que forma é-lhes permitida autonomização e independência face à medida, quando o valor em dinheiro da prestação é tão reduzido. Percebemos, na voz dos beneficiários, que o RSI não garante, em muitos casos, a satisfação das necessidades básicas e, que algumas destas pessoas, recorrem a comportamentos autodestrutivos como a prostituição e toxicodependência, como alternativa de obter algum rendimento ou fuga a esta realidade. Outras, pedem dinheiro emprestado junto de vizinhos e familiares para pagamento das despesas fixas mensais e alimentação.

Com este estudo percebemos, sobretudo, que o RSI é uma medida de que não está a ter os efeitos pretendidos e que mesmo assim continua a ser aplicada de forma a “remediar” muitas situações de carência económica, não garantindo em 10 anos de existência, um rendimento digno capaz e qualidade de vida aos beneficiários. Deste modo, estes, por si só, não usufruem de uma “vida social”, nem do seu tempo de lazer de forma devida. No que concerne à inserção profissional, também não permite que estas pessoas acedam mais facilmente ao mercado de trabalho através de um encaminhamento que deveria ser eficaz.

Neste sentido e relembrando a pergunta de partida: ***Qual o impacto do RSI nas trajetórias de vida dos seus beneficiários?*** podemos referir que, enquanto política social, o RSI mantém as situações de pobreza inalteráveis, contribui para a reprodução social da pobreza acentuando a exclusão e os próprios beneficiários, em vez de se sentirem proactivos, manifestam nitidamente situações de exclusão subjetiva.

Posto isto, seria importante repensar o funcionamento do RSI para que os indivíduos não permanecessem tanto tempo na medida e pudessem ser rapidamente (re)inseridos no mercado de trabalho. Deste modo, os indivíduos teriam oportunidade de investirem, segundo as suas vontades e interesses, nos próprios projetos de vida. Algo que atualmente não acontece.

A este respeito o público-entrevistado sugere algumas melhorias necessárias em relação ao RSI, nomeadamente: aumento o valor da prestação; maior acompanhamento socioeducativo às famílias beneficiárias;

atribuição do valor correspondente ao salário mínimo por casal; pagamento do valor de RSI apenas para fins alimentares, sendo que as despesas fixas mensais (incluindo medicação) deveriam ser asseguradas pela Segurança Social; independência económica de cada um dos elementos do agregado familiar e um maior apoio económico às famílias.

No sentido de apresentarmos pistas para futuros trabalhos, consideramos que seria pertinente e urgente um estudo nacional para avaliar o funcionamento e aplicação do RSI.

Em jeito de síntese, o RSI enquanto medida política foi implementado com o intuito de promover a inserção social e profissional através da autonomização dos indivíduos. Isto aconteceria de forma temporária ou, como está mencionado no Guia Prático da Segurança Social sobre o Rendimento Social de Inserção, com a duração máxima até 12 meses. O que é certo é que chegados esses 12 meses, as pessoas voltam a efetuar a renovação do Contrato de Inserção, no âmbito da atribuição do RSI e continuam como vimos, ano a ano, há mais de dez anos. Importa referir que no decorrer deste trabalho, contemplamos uma mudança governamental, em que na última versão do Guia Prático sobre o RSI, de 2016, o CI é visto como uma ajuda para que os indivíduos possam integrar-se social e profissionalmente, não sendo considerado uma garantia absoluta, denotando-se pois um certo descomprometimento.

Efetivamente as transferências sociais atenuam o risco de pobreza. Contudo, no contacto com a população entrevistada constatamos que o RSI, do ponto de vista socioeconómico e culturalista, para além de um suporte básico em situações cíclicas de pobreza, é um modo de vida.

BIBLIOGRAFIA

AGUADO, T. (2003). Pedagogía Intercultural. Espanha: McGraw-Hill.

AIRES, L. (2011). Paradigma Qualitativo e práticas de Investigação Educacional. Lisboa: Universidade Aberta.

ALMEIDA, J. F. (2013), Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos. Portugal e Europa, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

AMARAL, L. (2010). Economia Portuguesa: As últimas décadas? Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

AMARO, F., SILVA, L., C., LOURENÇO, M., & SILVA, A., M. (2001). Filhos e Netos da Pobreza. Lisboa: Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso.

AMARO, S. (2015). Visita Domiciliária. Coleção: Educação e Trabalho Social. Porto: Porto Editora.

BANDEIRA, C. M., & HUTZ, C. S. (Janeiro/Junho de 2010). As implicações do bullying na auto-estima de adolescentes. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, 14, pp. 131-138. Acedido em 16/06/2016 através do link <http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a14>

BAPTISTA, I., PERISTA, H. & REIS, A.L. (1995). A pobreza no Porto: representações sociais e práticas institucionais. Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza.

BARRETO, A. (1995). Portugal na periferia do Centro: mudança social, 1960 a 1995. Revista Análise Social, Vol.XXX, n.º134, pp. 841-855.

BARRETO, A. e PONTES, J. (2007). Portugal, um retrato social. 01: Gente

Diferente. Quem somos, quantos somos e como vivemos. Lisboa: Público - Comunicação Social, SA.

BODGAN, R. & BIKLEN, S. (1994). Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora.

BORN, C. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. *Sociologias* [online]. 2001, n.5, pp.240-265. ISSN 1807-0337. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222001000100011>.

BOULANGER, F. (1992). Droit civil de la famille. 2. Éd. Paris: Economica.

BRANCO, F. (2001). O Rendimento Mínimo Garantido como Direito de Cidadania em Portugal: Virtualidade e Limites. *Revista Intervenção Social* nº23/24. Lisboa: Universidade Lusíada.

BRANDÃO, A. (2007). Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica. Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho.

BRONFENBRENNER, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, n. 32, p. 513-533.

BRONFENBRENNER, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development. *Developmental Psychology*, 22(6), 723-742.

CAMARGO, L. O. (1992). O que é o Lazer? São Paulo: Ed. Brasiliense.

CAPUCHA, L. (2000). Territórios da pobreza, onde é preciso voltar. *Sociedade e Território*, nº 30, pp.8-15.

CAPUCHA, L. (2005). Desafios da Pobreza. Lisboa: Celta Editora.

CAPUCHA, L. (2008). Para que serve um novo limiar oficial de pobreza em Portugal?, acedido em 20 de novembro de 2015, através do link:
http://www.gep.msss.gov.pt/seminarios/audicaopublica_17

CARMO, R., CANTANTE, F., & CARVALHO, M. (2012). Políticas públicas para a redução das desigualdades. Em M. L. Rodrigues, & P. A. Silva, *Políticas Públicas em Portugal* (pp. 313-336). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

CARVALHO, A. & BAPTISTA, L. (2004). Educação Social – Fundamentos e estratégias. Porto: Porto Editora.

CASTEL, R. (1998). As metamorfoses da questão social. Rio de Janeiro: Vozes.

CES - Conselho Económico e Social. (1996). Administração consultiva em Portugal: incluindo legislação respeitante aos conselhos e comissões consultivas. Lisboa : Conselho Económico e Social.

CLAVEL, G. (2004). A Sociedade da Exclusão. Porto: Porto Editora.

COSTA, A. B. (2007). Exclusões Sociais. Lisboa: Gradiva.

COSTA, K. E. (2015). Trajetórias, estratégias e percepções de atendentes de supermercado que vivenciam uma tripla jornada: Trabalho remunerado, trabalho doméstico e escolarização. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

CROCHIK, J. L. (Maio-Ago. de 2012). Fatores Psicológicos e Sociais associados ao Bullying. *Psicologia Política*, 12, pp. 211-229. Acedido em 15/12/2015 através do link:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n24/v12n24a03.pdf>

- DIOGO, F. (1993). Cultura da pobreza: uma abordagem crítica da teoria. Arquipélago, Universidade dos Açores, nº 7/8, pp. 15-30.
- DUBAR, C.. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educ. Soc.* [online]. 1998, vol.19, n.62, pp.13-30. ISSN 1678-4626. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301998000100002>.
- DUBET, F. (2001). As Desigualdades Multiplicadas. Revista Brasileira de Educação, Nº 17. São Paulo: ANPED. pp. 5-19.
- DUMAZEDIER, J.(1997).Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1990). The Three Worlds of Welfare Capitalism. Princeton: Princeton University Press.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1991). Orçamentos e democracia: o Estado Providência em Espanha e Portugal, 1960-1986, Revista Analise Social, vol. XXVIII, nº 122, pp. 589-606
- ESPING-ANDERSEN, G. (2001). Un État Providence Providence pour le XXI siècle, in Christine Daniel ; Bruno Palier (eds.). La Protection Sociale en Europe: Le Temps des Réformes, Paris: La Documentation Française, pp.75-105.
- FARIA, J. H. & RAMOS, C. L. (2014). Tempo dedicado ao trabalho e tempo livre: os processos sócio-históricos de construção do tempo de trabalho. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenziea. Pp. 47-74
- FERNANDES, A. T. (1991). Formas e mecanismos de exclusão social. Revista de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, Série I.

- FERNANDES, A. T. (1995). Etnicização e racização no processo de exclusão social, In. O Estado democrático e a cidadania, Porto: Edições Afrontamento, 1998, pp.9-66.
- FERNANDES, A.T. (2006). Monotonia Democrática e Diluição das Regulações Sociais. Porto: Edições Afrontamento.
- FERREIRA, E. V., «Modelos Sociais Europeus – Crescimento, emprego e igualdade », Forum Sociológico [Online], 26 | 2015, Consultado online no dia 01/09/2016 através do link: <https://sociologico.revues.org/1184>
- FERREIRA, L. (1997). Teoria e metodologia da pobreza na década de 80. Lisboa: ISEG.
- FERREIRA, S. H. A. & BARREIRA, S. D. (2010). Ambiente familiar e aprendizagem escolar em alunos da educação infantil. V.41, n.4, pp.462-478, out../dez.2010. Revista PSICO. Porto Alegre.
- FERREIRA, R. S. (2015). Rendimento Social de Inserção, tolerância zero: o embrutecimento do estado Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIX, 2015, pág. 147-169.
- FASSIN, D. (1996). Revue Française de Sociologie, Jan-Mars, XXXVII-1, 37-76
- GARRETT, T. S. C., & TIDWELL, R. (1999). Differences between adolescent mothers and non-mothers: na interview study. Adolescence, 133, 91-105.
- GHIGLIONE, R. & MATALON, B. (2001). O Inquérito (4ª ed.). (C. L. Pires, Trad.) Lisboa: Celta.
- GIDDENS, A. (2013). Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GUERRA, I. (1993). Modos de vida: Novos percursos e novos conceitos, Sociologia: Problemas e Práticas,13, 59-74.

- GUERRA, I. C. (2002). Fundamentos e processos de uma sociologia da ação: o planeamento em Ciências Sociais. 2.^a ed. Cascais: Principia.
- GUERRA, I. (2002b). Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das “novas políticas sociais”, Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002: 47-74.
- JUSTO, J. (2000), Gravidez Adolescente, Maternidade Adolescente e Bebés Adolescentes, Causas, Consequências, Intervenção Preventiva e Não Só, “Revista Portuguesa de Psicossomática”, Porto, Vol 2, nº 2, Julho-Dezembro, pp 97-147.
- LIMA, R. (2009). O declínio da autoridade: efeitos na família e na escola. Revista Espaço Académico, nº 102, Ano IX, pp. 111-119.
- LIMA, J. A. Por uma análise de conteúdo mais fiável. In Revista portuguesa de pedagogia. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2013.
- LOPES, J. R. (2008). Processos sociais de exclusão e políticas de enfrentamento da pobreza. Salvador: CADERNOCRH, Vol. 21, Nº. 53, pp. 349-363.
- MAGALHÃES, A., & STOER, S. (2005). A diferença somos nós: A gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais (1^a ed.). Porto: Afrontamento.
- MARX, K., & ENGELS, F. Manifesto Comunista. Estudos Avançados, São Paulo, v.12, n.34, pp.7-46, dec. 1998. Acedido em 07/08/2016 através do link: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n34/v12n34a02.pdf>

MEIRINHOS, M. & OSÓRIO, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. EDUSER: Revista de educação. Instituto Politécnico de Bragança-Portugal, Vol.2, pp.49-65.

OIT & OPS: Organización Internacional de Trabajo & Organización Panamericana de la Salud (1999). Extensión de la protección social en salud a los grupos excluidos en América Latina y el Caribe. Washington D.C.: OIT, OPS/OMS.

OLIVEIRA, J. B. (1994). Psicologia da Educação Familiar. Coimbra: Almedina.

O'NEILL, B. J. (2003). "Histórias de vida de professores: a propósito do livro de Ricardo Vieira (Histórias de vida e identidades: Professores e interculturalidade)" in Educação, Sociedade e Culturas, nº 19, (pp. 227-243).

PAIAS, T., & ALMEIDA, A. (01 de Junho de 2006). Esteja atento ao Bullying Escolar. Obtido de PSICRONOS - Psicologia Clínica e Formação: http://www.psicronos.pt/artigos/esteja-atento-ao-bullying-escolar_5.html

PAIVA, J. (Coord.) (2010). Portugaliae Monumenta Misericordiarum: Tradição e modernidade o período da monarquia constitucional (1834-1910). Vol. 8. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.

PALIER, B. (2002). Gouverner la Sécurité Sociale. Paris: PUF.

PARDAL, L. & CORREIA, E. (1995). Métodos e Técnicas de Investigação Social. Porto: Areal Editores.

PARDAL, L. & LOPES, E. (2011). Métodos e Técnicas de Investigação Social. Porto: Areal Editores, S.A.

PAUGAM, S. (1996). L'exclusion, l'état des savoirs. Paris: Éditions La Découverte.

- PAUGAM, S. (2003). A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza. Coleção Educação e Trabalho social 6. Porto: Porto Editora.
- PEREIRINHA, J. (1992). Pobreza e exclusão social: Fronteiras conceptuais, relevância para a política social e implicações na sua medida. In *Análise Social*, nº102. Lisboa: ICS.
- PERISTA, P., & BAPTISTA, I. (2010). A Estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a ação. *Fórum Sociológico*, nº20, pp.39-46.
- POLETTI, M. & KOLLER, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PONTE, J. P. (2006). Estudos de caso em educação matemática. *Bolema*, 25, 105-132.
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, V. L. (1998). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Editora Gradiva.
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V. (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais. 5ª Ed. Lisboa: Gradiva.
- RODRIGUES, C. F. (2012). O fim do ciclo de redução das desigualdades económicas em Portugal. Entrevista de Carlos Farinha Rodrigues ao Observatório das Desigualdades, disponível em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=news&id=234>. Acedido em 09/09/2016.
- RODRIGUES, C. F. (coord.), FIGUEIRAS, R. & JUNQUEIRA, V. (2012), *Desigualdade Económica em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- RODRIGUES, E. V., SAMAGAIO, F., FERREIRA, H., MENDES, M. M. & FERREIRA, H. (1999). A Pobreza e Exclusão Social Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. Revista de Sociologia da FLUP, pp.63-101.
- RODRIGUES, E. V. (2000), O Estado-Providência e os processos de Exclusão Social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português, in Sociologia, nº 10, Porto, FLUP, pp. 173-200.
- RODRIGUES, E. V. (2008). O desenvolvimento a Região Norte. Revista da Faculdade de Letras. Departamento de Sociologia. Universidade do Porto, II Série, Volume II, pp.169-174.
- RODRIGUES, E. V. (2010a). O Estado e as Políticas Sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção. Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XX, 191-230.
- RODRIGUES, E. V. (2010b). Escassos Caminhos: os processos de imobilização sociais dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Porto: Afrontamento, Biblioteca das ciências sociais.
- ROSANVALLON, P. (1995). La nouvelle Question Sociale – Repenser l’État-Providence. Paris: Les Éditions de Seuil.
- ROSANVALLON, P. & FITOUSSI, J-P. (1997). A nova era das desigualdades. Oeiras: Celta Editora.
- ROWNTREE, B. S. & BRADSHAW, J. (2000). Poverty: A study of Town Life. Bristol: The Policy Press.

- SANTOS, B.S. (1993) (Org.) Portugal, um retrato singular: O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, S. R. & MARQUES, J. F. (2014). O Rendimento Social de Inserção e os beneficiários ciganos...Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais, pp. 37-56.
- SCHUMPETER, J. A. (1961). Capitalismo, socialismo e democracia, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. Disponível em:
<http://www.libertarianismo.org/livros/jscsd.pdf>
- SEN, A. (1982). Poverty and Famines - An essay on Entitlement and Deprivation. United Kingdom: Claredon Press/Oxford University Press.
- SEN, A. (1999 [1981]), Pobreza e Fomes: um ensaio sobre direitos e privações (Freitas e Silva, Trad.). Lisboa: Terramar.
- STAKE, R. E. (1999). Investigación con estudio de casos. Madrid: Morata.
- TOWNSEND, P. & GORDON, D. (2000). Introduction: the measurement of poverty in Europe". Breadline Europe: the measurement of poverty. Bristol: The Policy Press.
- VALA, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Orgs.), Metodologia das ciências sociais (pp. 101 -128). Porto: Afrontamento.
- VIANA, R.G.C. A família. In VIANA, R. G. C. & NERY, R. M. A. (Orgs.). Temas atuais de direito civil na Constituição Federal. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.
- VIEIRA, R. (1999). Histórias de Vida e Identidade. Professores e Interculturalidade. Porto: Edições Afrontamento.

VIEIRA, R. 2003. "(Re)viver: etnografia, histórias de vida e (trans)formação", Trabalho apresentado em Actas da Conferência Internacional de Investigação em Educação, In Actas da Conferência Internacional de Investigação em Educação, Viana do Castelo .

VIEIRA, R. (2007). Identidades, Histórias de Vida e Culturas Escolares: Contribuições e Desafios para a formação de professores. III Seminário de Educação "Memórias, Histórias e Formação de Professores". Brasil: IPLeira.

XIBERRAS, M. (1993). As Teorias da Exclusão: Para uma Construção do Imaginário do Desvio. Lisboa: Instituto Piaget.

YIN, R. (1993). Applications of case study research. Beverly Hills, CA: Sage Publishing.

YIN, R. (1994). Case Study Research: Design and Methods (2ª Ed) Thousand Oaks, CA: SAGE Publication.

YIN, R. (2005). Estudo de Caso. Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman.

Documentos oficiais consultados:

Departamento de prestações e contribuições (2015). Guia Prático – Rendimento Social de Inserção. Lisboa: ISS, IP.

Departamento de prestações e contribuições (2016). Guia Prático – Rendimento Social de Inserção. Lisboa: ISS, IP.

Comunidades Europeias. Comissão Europeia, 1967-1993. LinkDiscurso do Presidente Jacques Delors proferido perante o Parlamento Europeu por ocasião do debate de investidura da nova Comissão : programa de trabalho da

Comissão para 1993-1994 : programa legislativo da Comissão para 1993 : declaração comum sobre o programa legislativo para 1993 / Comissão das Comunidades Europeias. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Acedido em 07/08/2016 através do link:

<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000031001-000032000/000031457.pdf>

Lei de Bases da Saúde – Lei nº48/90 de 24/08

Lei de Bases da Segurança Social – Lei 28/84 de 14 de agosto

Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro

Lei nº 19-A de 1996

Lei nº13/2003 de 21 de Maio

Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho.

Decreto-Lei n.º 133/2010, de 27 de Junho

Sistema de Segurança Interna (2014). Relatório Anual de Segurança Interna.

Instituto Nacional de Estatística, IP. (2012). Censos 2011: Resultados Definitivos - Região Norte. Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística, IP. (2014). Censos 2011: Mudanças Demográficas. Lisboa: CMP|DMU|DMPU|DMPOT

Instituto Nacional de Estatística, IP. (2016). Censos 2011: Região Norte em números – 2014. Lisboa: INE

Câmara Municipal do Porto (2013). Monitorização Social do Porto – 2013.

Porto: CMP|DMU|DMPU|DMPOT